

Arqueologia Pública

ARQUEOLOGIA PÚBLICA

Arqueologia Pública

Arqueologia Pública

Arqueologia Pública

Arqueologia Pública

Arqueologia Pública

Arqueologia Pública

Arqueologia Pública

Arqueologia Pública

Arqueologia Pública

Arqueologia Pública

nº3



UNICAMP
NEE/ARQUEOLOGIA PÚBLICA

2008

ARQUEOLOGIA PÚBLICA

Revista Arqueologia Pública

Publicação Anual

nº 3

2008



UNICAMP
NEE/ARQUEOLOGIA PÚBLICA

São Paulo, Brasil

Editores

Pedro Paulo Abreu Funari (NEE/UNICAMP)
Erika Marion Robrahn-González (NEE/UNICAMP)

Comissão Editorial

Lourdes Dominguez (Oficina del Historiador, Havana, Cuba)
Andrés Zarankin (UFMG)
Gilson Rambelli (NEE/UNICAMP)
Nanci Vieira Oliveira (UERJ)
Ana Pinon (Universidad Complutense de Madrid, Espanha)
Pedro Paulo Abreu Funari (NEE/UNICAMP)
Erika Marion Robrahn-González (NEE/UNICAMP)
Charles Orser (Illinois State University, EUA)

Conselho Editorial

Gilson Martins (UFMS)
José Luiz de Moraes (MAE/USP)
Peter Ucko (Institute of Archaeology, UCL)
Laurent Olivier (Université de Paris)
Sian Jones (University of Manchester)
Martin Hall (Cape Town University, South Africa)
Bernd Fahmel Bayer (Universidad Nacional Autónoma de México)

Projeto gráfico

José Luiz de Magalhães Castro Neto

EDITORIAL

Arqueologia Pública: comunidades indígenas, mídia e ciência aplicada.

A Arqueologia Pública alcança, a cada ano, novos horizontes e perspectivas. Isto se deve, em não pequena medida, à crescente inserção das disciplinas científicas e acadêmicas no campo da ciência aplicada. Se isto ocorre em diversos campos, de forma variada, no âmbito da Arqueologia estas posturas de interação com a sociedade generalizam-se em ritmo acelerado. A diversidade de grupos sociais interessados na pesquisa arqueológica revela-se, em toda sua riqueza, neste terceiro número da revista Arqueologia Pública. Diversos artigos tratam da Arqueologia em contextos indígenas, com práticas de inserção das comunidades na gestão e preservação do patrimônio arqueológico/cultural. A mídia merece destaque, assim como as implicações educacionais da disciplina e discussões de caráter teórico. Também neste volume mesclam-se autores brasileiros e estrangeiros, em artigos voltados para situações diversas. Boa leitura!

*Pedro Paulo A. Funari
Erika Robrahn-González*

Sumário

Artigos

- 7 UM SÍTIO, MÚLTIPLAS INTERPRETAÇÕES: O CASO DO CHAMADO “STONEHENGE DO AMAPÁ”
Mariana Petry Cabral
João Darcy de Moura Saldanha
- 15 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO EM TERRAS INDÍGENAS
Erika M. Robrahn-González
Maria Clara Migliacio
- 19 ARQUEOLOGIA E CINEMA, UMA HISTÓRIA EM COMUM
Gonzalo Ruiz Zapatero
Ana Maria Mansilla Castaño
- 33 ARQUEOLOGIA E PÚBLICO: PESQUISAS E PROCESSOS DE MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA NA IMPRENSA BRASILEIRA
Manuelina Maria Duarte Cândido
- 49 ¿Actividad liberal o libertinaje? La práctica laboral en la Arqueología de Contrato en Uruguay.
Irina Capdepont Caffa
- 65 PROJETO CULTURA E EDUCAÇÃO: UMA NOVA PROPOSTA MUSEOLÓGICA REGIONAL NA DIMENSÃO DO MUSEU HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE POÇOS DE CALDAS MG
Daniel Fernandes Moreira
Haroldo Paes Gessoni
Sônia Maria Sanches
- 81 Sob Fogo Cruzado: Arqueologia Comunitária e Patrimônio Cultural
Lúcio Menezes Ferreira

UM SÍTIO, MÚLTIPLAS INTERPRETAÇÕES: O CASO DO CHAMADO "STONEHENGE DO AMAPÁ"

Mariana Petry Cabral*
João Darcy de Moura Saldanha**

Resumo: As pesquisas em um sítio de megalitos no Amapá nos colocaram de frente com a construção de vários discursos sobre os vestígios arqueológicos. A partir da perspectiva interpretativa que perpassa o projeto, a profusão de interpretações surgidas com a visibilidade que o sítio ganhou foi entendida como parte importante no processo de construção do próprio discurso científico. Este artigo discute como a abertura a múltiplas interpretações, oriundas de múltiplos autores/atores, contribui para a construção de discursos menos autoritários, logo também para a prática de arqueologias híbridas.

Palavras-chave: Arqueologias híbridas; Interpretação; Vantagem epistemológica; Arqueologia amazônica; Patrimônio arqueológico.

"Isso não é um cachimbo"

A arqueologia é uma dessas ciências com cadeira cativa no imaginário popular. Os arqueólogos aparecem nos filmes de Hollywood, em livros e gibis e agora até em novelas. E ainda que possamos discutir sobre o perfil destes personagens, muito mais próximos de colecionistas do século XIX do que profissionais contemporâneos, não há como negar a atração que eles exercem sobre o público.

Se essa é a imagem que o grande público recebe sobre os arqueólogos, o que será que eles entendem por "trabalho de arqueologia"? O que os arqueólogos fazem? Poderíamos culpar a grande mídia pelas informações distorcidas, mas até que ponto nós também não somos responsáveis por isso? Nossos textos, nosso discursos, alcançam esse público tão atraído pela arqueologia? Nossos projetos permitem participação? Nossas maneiras de construir interpretações estão abertas para não-arqueólogos, para não-cientistas?

Já não é recente a argumentação de que a ciência em geral, e também a arqueologia em particular, não são neutras. Nas palavras de Christopher Tilley (1989), "uma arqueologia apolítica é um perigoso mito acadêmico". Se a arqueologia é feita por pessoas – que são sempre falíveis, sempre posicionadas – por que o produto do trabalho dessas pessoas – que é conhecimento arqueológico – seria neutro? Como seria possível retirar o sujeito – que é o próprio pesquisador – do contexto de produção? Essas questões críti-

(*) Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá. mariana.cabral@iepa.ap.gov.br

(**) Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá. joao.saldanha@iepa.ap.gov.br

cam uma postura que afirmava não apenas a possibilidade, mas também a necessidade, da arqueologia como ciência ser imparcial, objetiva, neutra.

Desde pelos menos a década de 1980, na Europa e nos Estados Unidos, os arqueólogos discutem sobre nosso papel social (entre outros, Wylie 1989; Tilley 1989; Shanks & Tilley 1987; Shanks & Tilley 1992; Hodder 1992). Se pensarmos que a arqueologia é também uma forma de agir no mundo, uma forma de sermos sujeitos em sociedade, o que nós produzimos como arqueólogos é tão importante quanto a maneira como chegamos a isso. A produção arqueológica não é dada. Ela é construída. Não existe um passado – perdido, enterrado, submerso – de um lado, e a ciência arqueológica do outro. O passado só existe na prática científica.

É através desse fazer arqueológico, da prática, que mesmo os objetos são constituídos (Shanks & Tilley 1992: 23). Isso não significa que os objetos não existam, que eles não estejam lá, no sítio. Mas, como afirma Julian Thomas (1996: 63), é apenas o reconhecimento do arqueólogo de que aquele vestígio tem relevância que o constitui de fato. Um arqueólogo que não saiba reconhecer uma pederneira, por exemplo, não a encontrará. E se mesmo os objetos materiais são constituídos na prática, o que dizer dos objetos intelectuais?: como problemas de pesquisa, temáticas de projetos, as afirmações que fazemos? (Tilley 1990: 298-300). Ora, também eles não existem fora da prática. Como disse Ian Hodder (1992): “O que medimos e como medimos são questões teóricas”. Portanto, toda observação é também uma interpretação.

E se o arqueólogo tem um papel ativo como produtor de conhecimento, isso obviamente significa que a produção de conhecimento não é uma tarefa automática. Pelo contrário, produzir conhecimento arqueológico é um processo interpretativo, é a construção de um discurso: transformar coisas em palavras, dar sentido às coisas através das palavras. Então a relação entre as coisas e o texto é feita pelo arqueólogo, que

deliberadamente ou não está dando valores, significados, às coisas e a seu texto.

A produção arqueológica, então, como toda produção científica, é escrita, é articulada, é discursiva. Então podemos dizer que a escrita da arqueologia não é só um meio para divulgar resultados de pesquisa. A escrita da arqueologia é também a própria construção dos resultados. O discurso é a produção.

É como a pintura do cachimbo de René Magritte: entre a linguagem e as coisas, existem os significados. Não existe uma relação direta, transparente, entre a linguagem e as coisas (Tilley 1990:282). Se “isso não é um cachimbo”, a escavação também não é o passado. O passado é a construção que nós fazemos hoje, a partir das informações que conseguimos perceber dos vestígios.

Quando fazemos um projeto de arqueologia, nós escolhemos como vamos construir o passado. Escolhemos quem poderá participar dessa construção. Escolhemos o que poderá fazer parte desta construção. É uma responsabilidade nossa. E é sobre essas escolhas, em um projeto que desenvolvemos no Amapá, que discorreremos aqui.

Políticos, imprensa e cientistas

O Projeto de Investigação Arqueológica na Bacia do Rio Calçoene é um projeto financiado pelo Governo do Estado do Amapá, que teve início do final de 2005. Calçoene é um dos 16 municípios do Estado do Amapá, e tem sido a sede dos trabalhos de campo até o momento. Calçoene fica a 270km da capital, Macapá, na região Nordeste do Estado. É um município de área enorme, mas com população pequena, por volta de sete mil habitantes, sendo 5000 na área urbana (IBGE 2000).

Esse projeto foi criado sobre duas questões principais: a produção de conhecimento científico sobre as antigas populações indígenas e o envolvimento da comunidade local. Sendo um projeto totalmente financiado pelo Governo do Estado, houve sempre

um interesse explícito em promover desenvolvimento econômico e social para a região. Com isso, o projeto nunca teve interesses apenas acadêmicos. A história de criação do projeto ajuda a explicitar esse contexto sócio-político.

O que ocorreu foi que em Novembro de 2005, uma equipe de pesquisadores e técnicos do Estado estava na região de Calçoene fazendo alguns trabalhos. Uma dessas pessoas convidou a equipe para visitar um local onde havia umas pedras fincadas no chão. Esse era o sítio AP-CA-18, na época conhecido basicamente só pela população local e uns poucos visitantes. É um sítio belíssimo. É uma estrutura circular de grandes megalitos, com 30 metros de diâmetro. Nas escavações, a nossa percepção é de contextos cerimoniais: enterramentos, oferendas, visitas.

Além da impressionante estrutura que eles viram, um dos participantes, Elias José Ávila, meteorologista do IEPA, teve a sensibilidade de observar em um dos blocos um possível alinhamento com o sol durante o Solstício, até aí apenas como hipótese, que depois foi comprovada. Então o botânico Benedito Rabelo, na época Diretor do Centro de Ordenamento Territorial do IEPA, escreveu um relatório sobre essa situação. E enviou-o diretamente para o Governador. O relatório começa assim:

“Ao: Excelentíssimo Senhor Antônio Waldez Góes da Silva

Governador do Estado do Amapá

Dirigimo-nos a Vossa Excelência para dar conhecimento sobre uma condição histórica-cultural (arqueológica) do Estado do Amapá que, ao nosso ver, antes mesmo de ser tratada como objeto de estudos especializados, pode ser considerada como condição de importância estratégica para o Estado e carecer de medidas urgentes que lhes assegurem guarda e proteção frente à vulnerabilidade em que se encontra.” (Rabelo, 2005:1)

O que ele destaca é que patrimônios deste tipo devem ser tratados não apenas como objeto de pesquisa, mas também como questão de gestão e ordenamento territorial. A importância estratégica não é apenas pela preservação de patrimônio como responsabilidade social ou cultural, mas ao uso que pode ser dado a esse patrimônio, como turismo, por exemplo. Tanto mais interessante se lembrarmos que o Amapá já usa o simbolismo do equinócio como atrativo turístico. Como Rabelo descreve no relatório:

“Ao lembrar que o Marco Zero do Equador, com seu simbolismo, mesmo construído em cimento e areia tanto vem contribuindo com o desenvolvimento deste Estado o que não pensar de relíquias que em tempos pretéritos também foram utilizadas para demarcar hábitos e costumes de outras gerações com a dimensão temporal?” (Rabelo 2005: 8)

O sítio AP-CA-18 tem sido, desde então, entendido como um atrativo turístico com alto potencial. Durante muitos encontros que nós tivemos com políticos, autoridades do estado e outros pesquisadores, sempre o turismo apareceu como o principal meio de desenvolvimento econômico através da arqueologia. Esse é um dos motivos que fez o Governo do Estado investir na pesquisa. Outro motivo é um interesse que o governo tem expressado para a preservação e para a valorização do patrimônio arqueológico.

Como exemplo disso, em 2005, foi criado o Programa Estadual de Preservação do Patrimônio Arqueológico. Em 2006, junto com o SEBRAE/AP, foi publicado um livro-manual para incentivar o uso de grafismos arqueológicos hoje. Como afirma o governador na apresentação do livro: “A herança cultural identificada nos sítios arqueológicos encontrados em nosso estado (...) muito contribuirá para o entendimento e esclarecimento desse período histórico, ao mesmo tempo em que promoverá a redescoberta de nossas raízes” (Góes da Silva, 2006: 5).

Foi nesse ambiente muito sensível ao patrimônio arqueológico que nosso projeto

teve início. Mas esse interesse explícito do governo, de autoridades, de políticos, de setores empresariais, também mostrou claramente que muitos discursos seriam – ou até já estavam sendo – produzidos. E essa situação destacou a necessidade de fazermos um projeto inclusivo, que fosse aberto não só para os discursos dos nossos financiadores (o próprio Estado), mas também para outros discursos possíveis, como da comunidade local. E essa é ainda uma experiência em andamento.

Quebrando a barreira epistemológica

O Município de Calçoene hoje em dia é habitado principalmente por população cabocla, portanto pessoas inseridas na cultura Ocidental. Isso é importante por que elas têm um conhecimento básico sobre o que é uma pesquisa científica, ao menos na forma como é transmitido pelos grandes meios de comunicação ou nas escolas. Isso permitiu uma situação para nós confortável de início, já que existia uma base para apresentarmos nossos objetivos. Mas ao mesmo tempo, é uma situação que traz já uma barreira pré-estabelecida. Nós chegamos portando o que Viveiros de Castro chama de “vantagem epistemológica” (2002:2). De um lado estamos nós, arqueólogos, cientistas portadores do conhecimento; e do outro lado estão eles, comunidade local, receptores de conhecimento. Eles já nos receberam como portadores de conhecimento, como os especialistas, o lugar-comum de cientistas. E o desafio ainda é quebrar essa barreira, transformá-los de parceiros passivos a parceiros ativos.

Além de formas bem usuais de inserção com a comunidade, como palestras nas escolas, em centros comunitários, e muita conversa informal, nós também usamos um outro meio de comunicação: a rádio.

No interior do Estado há muito poucas linhas telefônicas, e elas só alcançam os pequenos centros urbanos. As estações de rádio funcionam como o principal meio de co-

municação. As pessoas trocam recados pela rádio: desde avisos entre parentes em situações graves, como doença e morte, a recados entre patrões e empregados, e entre amigos. A rádio Calçoene FM tem, portanto, uma audiência incrível. E é possível encontrar aparelhos de rádio em todas as casas, especialmente nas mais distantes; sem luz, sem água, mas com rádio. A rádio é o principal meio de comunicação.

E nós fizemos muito uso desse meio. E enquanto falávamos na rádio, ouvintes ligavam, outros iam até lá, e outros ainda deixavam recados. Daí surgiram não apenas muitas informações, como dúvidas da população e mesmo muitos questionamentos, principalmente sobre o destino das peças que poderiam ser encontradas.

Quando nós começamos a escavação, depois de seis meses de visitas e contatos na cidade, a maior parte da população conhecia o projeto e sabia qual era nossa posição sobre a participação deles, sobre a guarda do material, sobre futuros projetos. E com a participação de alunos de segundo grau nas escavações, que receberam treinamento de campo e laboratório, e também participaram nas entrevistas com informantes, a colaboração se fortaleceu. Nós já não éramos mais estranhos, e uma confiança mútua surgia.

Uma parte importante desse processo tem sido algumas aparições do sítio AP-CA-18 na grande mídia. Em maio de 2006, quando as escavações nem tinham sido iniciadas, o Governo do Estado decidiu apresentar a “descoberta”. Foi feita uma entrevista coletiva no Palácio do Governo, e o próprio governador anunciou a descoberta arqueológica. Era ano eleitoral, e o governador era candidato a re-eleição.

O resultado desse anúncio público gerou uma cadeia de publicação nos mais inesperados meios de comunicação. Do Jornal Nacional à revista Seleções, o sítio apareceu praticamente no mundo todo. E o sítio levou o pequeno e pobre município de Calçoene para a mídia, para os jornais e para a televisão. E aparecer no Jornal Nacional é algo

raro mesmo para o Estado do Amapá, imaginem o que não foi para Calçoene... E daí nasceu um sentimento de orgulho, orgulho por ver uma coisa do seu município sendo chamada de especial, orgulho por conhecer de perto, de ser um pouco dono daquilo. E esse sentimento de propriedade desse patrimônio ajudou muito na participação das pessoas no projeto. O que nós sentimos é que eles começaram a querer participar do projeto.

Isso garantiu uma aproximação muito mais interessante entre nós e eles. É claro que a barreira entre conhecedores e receptores não foi ainda desfeita, mas ela diminuiu. Durante as escavações, nós recebemos centenas de visitantes. Alguns, como estudantes de primeiro e segundo grau, eram esperados, faziam parte da rede de contatos formais que tínhamos com as escolas e a prefeitura. Mas muitos outros não eram. E tirar fotos no sítio era sagrado. O interessante é que a máquina era nossa. Então não eram fotos para eles terem cópias, mas fotos para nós termos eles dentro do projeto.

É claro que a maior parte dos visitantes demonstrou apenas uma curiosidade geral, interessados em ver de perto o que apareceu na TV. A barreira epistemológica continuava lá. Mas algumas situações nos convenceram que era possível realmente superá-la. Foi o caso com o Senhor Roseno Sarmento dos Santos.

As únicas descrições sobre poços funerários no Amapá eram as de Emilio Goeldi, do final do século XIX (Goeldi 1905). Goeldi havia escavado dois poços no Cunani, uma localidade no norte do Município de Calçoene. E ali estava o Roseno, na nossa frente, que já havia aberto três poços funerários em vários sítios na área. Tornou-se um grande parceiro; não apenas nos levando a vários outros sítios, mas também nos ajudando a compreender o primeiro poço funerário que escavamos.

Um outro exemplo é o Sr. Lailson Camelo da Silva, ou Garrafinha. É dele o relato mais antigo que temos do sítio AP-CA-18, assim como os relatos das transformações

mais recentes: retirada da floresta de galeria, queimadas, pasto, criação bovina. A partir de Setembro de 2006, ele tornou-se o guardião do sítio, e hoje está a serviço do IEPA, cuidando da área, e recebendo os visitantes, que continuam a aparecer. Houve um momento muito interessante durante as escavações. O Garrafinha é um grande contador de histórias, e jamais perde a oportunidade de contar o que ele sabe e conhece sobre o sítio. Porém, em algum momento, ele começou a mudar seu discurso. Ele começou a ressaltar o quanto ele mesmo havia destruído do sítio. Fazendo queimadas, derrubando árvores, juntando peças. E em seguida dizia: “eu era ignorante, mas hoje eu sou o guardião do sítio, e agora eu faço tudo pra preservar”.

Para nós está bem claro que ainda temos muito a fazer, principalmente por que a gente gostaria que a comunidade fosse mais ativa em relação ao projeto, que a barreira epistemológica fosse vencida. A relação especialistas-receptores ainda domina a cena, mas um sentimento de responsabilidade em relação ao patrimônio está crescendo; e isso nos motiva a seguir esse caminho. Hoje, uma discussão na câmara de vereadores de Calçoene reforça essa mudança de percepção sobre o patrimônio. Eles estão discutindo a guarda do material arqueológico, propondo alternativas para que o material volte ao Município.

Isso nos mostra que o principal resultado dessa experiência de tentar incluir a comunidade local, pelo menos até o momento, é essa mudança de percepção. O patrimônio arqueológico transformando-se de simples curiosidade (se tanto), para uma questão política no município.

São mudanças deste tipo que nos fazem agir muito mais cautelosamente na construção dos nossos discursos. O que nós falamos sobre o sítio, a forma como recebemos as visitas, a forma como nos relacionamos com eles, tudo influi na nossa construção. E quanto mais direto o envolvimento de outros atores, mais cuidado nós temos que ter nas nossas afirmações, por que elas alcançam

de fato essas pessoas. Especialmente em casos como o do sítio AP-CA-18, que deve ser transformado em um parque para visitação, a forma como o projeto é conduzido pode transformar essa comunidade. E pode não ser uma transformação igualitária (Sandlin & Bey 2006).

A experiência que nós participamos hoje em Calçoene é uma tentativa de romper essa barreira epistemológica. Não podemos falar em

“abrir” um sítio à interpretação, simplesmente porque é impossível fechá-lo à interpretação. Todos nós, arqueólogos ou não, estamos interpretando sítios quando os visitamos. O que nós precisamos não é abrir os sítios à interpretação; o que nós precisamos é abrir nossos projetos a outras interpretações. E abrir nossas práticas, nossas teorias e nossos discursos aos outros pode ser o início da construção de arqueologias realmente híbridas.

Abstract: Research at a megalithic site in Amapá exposed us to the construction of a variety of discourses on archaeological vestiges. Considering the interpretative perspective guiding the project, we understood the multiple interpretations raised by the site visibility as an important part of the building process for scientific discourse. This paper discusses the way through which an opening for multiple interpretations, made by multiple authors/actors, favors the building of less authoritarian discourses, thus also a practice of hybrid archaeologies.

Key-words: Hybrid archaeologies; Interpretation; Epistemological advantage; Amazonian archaeology; Archaeological heritage.

Referências bibliográficas

- GOELDI, E.
1905. Excavações Archeologicas em 1895. 1ª parte: As Cavernas funerarias atificiaes dos indios hoje extinctos no rio Cunany (Goanany) e sua ceramica. *Memórias do Museu Goeldi*.
- GÓES DA SILVA, A.W.
2006. Identidade Fortalecida. In: SEBRAE/AP. *O legado das civilizações Maracá e Cunani: o Amapá revelando sua identidade*. Macapá: SEBRAE/AP.
- HODDER, I.
1992 *Theory and practice in archaeology*. London/ New York: Routledge.
- IBGE.
2000 Censo Demográfico.
- RABELO, B.V.
2005 Relatório Cunani. Macapá: IEPA. 9p.
- SANDLIN, J.A. & G.J. BEY III.
2006 Trowels, trenches and transformation: A case study of archaeologists learning a more critical practice of archaeology. *Journal of Social Archaeology*. (9) 2. p.255-276.
- SHANKS, M. & C. TILLEY.
1987 *Social theory and archaeology*. Cambridge: Polity Press.
1992 *Re-Constructing Archaeology - Theory and Practice*. London/ New York: Routledge.
- THOMAS, J.
1996 *Time, Culture and Identity - An interpretive archaeology*. London/ New York: Routledge.
- TILLEY, C.
1989 Archaeology as socio-political action in the present. In: Wylie, A. & V. Pinsky. *Critical traditions in contemporary archaeology: Essays in the Philosophy, History and Socio-Politics of Archaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press.

1990. Michel Foucault: Towards an Archaeology of Archaeology. In: Tilley, C. *Reading Material Culture: Structuralism, Hermeneutics and Post-Structuralism*. Oxford: Basil Blackwell.
- VIVEIROS DE CASTRO, E.
2002 O nativo relativo. *Mana*. (8) 1.
- WYLIE, A.
1989 Introduction: socio-political context. In: WYLIE, A. & PINSKY, V.(ed) *Critical traditions in contemporary archaeology: Essays in the Philosophy, History and Socio-Politics of Archaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press.

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO EM TERRAS INDÍGENAS

*Erika M. Robrahn-González**
*Maria Clara Migliacio***

Resumo: Este artigo apresenta o resultado do trabalho desenvolvido durante o "I Seminário Internacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico Pan-Amazônico", promovido em novembro/2007 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na cidade de Manaus/AM, mais especificamente, na Sessão Temática intitulada "Preservação do Patrimônio Arqueológico em Terras Indígenas".

Palavras Chave: Patrimônio Cultural, herança indígena, arqueologia pública, legislação.

Introdução

Este artigo apresenta o resultado do trabalho desenvolvido durante o "I Seminário Internacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico Pan-Amazônico", promovido em novembro/2007 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na cidade de Manaus/AM, mais especificamente, na Sessão Temática intitulada "Preservação do Patrimônio Arqueológico em Terras Indígenas".

Durante este evento foram realizadas apresentações sobre o tema e debates subsequentes, visando elaborar uma síntese de pontos sensíveis e apresentar diretrizes e recomendações a serem observadas por

aqueles que desenvolvam trabalhos voltados ao patrimônio arqueológico, histórico, cultural e/ou paisagístico localizado em terras indígenas.

O resultado final do trabalho foi apresentado na forma de uma Moção de Encaminhamento, apresentada na íntegra no texto abaixo.

O objetivo maior do trabalho é contribuir para um aperfeiçoamento e, em especial, uma postura ética e multicultural no tratamento do patrimônio cultural de comunidades indígenas, dentro do conceito de Arqueologia Pública e Arqueologia Colaborativa, amplamente discutido no corpo teórico e metodológico da disciplina arqueológica.

Moção de encaminhamento

Esta moção visa sintetizar os principais pontos de reflexão abordados durante a presente Sessão Temática. Para tanto, o texto é composto por dois blocos, a saber:

(*) Professora Livre Docente, pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE) da Universidade Estadual de Campinas.

(**) Professora Doutora, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mato Grosso.

- Pontos sensíveis, diretrizes e recomendações, que organiza os principais tópicos de discussão e indica questões sensíveis e recomendações a serem consideradas sobre o assunto;
- **Ações**, que indica ações a serem desenvolvidas, visando o detalhamento e continuidade das reflexões aqui levantadas para alcance de resultados mais abrangentes nos aspectos estratégicos e operacionais do tema.

PONTOS SENSÍVEIS, DIRETRIZES E RECOMENDAÇÕES

- o Conceito de “terra indígena”: no presente trabalho considera-se como terra indígena tanto aquelas terras administrativamente demarcadas pelo governo brasileiro (TIs), aquelas de alguma forma reconhecidas e assumidas pelos outros países da América do Sul, como as áreas consideradas tradicionais pelas populações indígenas, demarcadas ou não, em especial seus locais de significância simbólica/sagrada/ cultural. Portanto, as diretrizes técnicas, éticas e operacionais relacionadas ao longo da presente Moção devem ser igualmente aplicadas em todas as situações acima mencionadas, que passam a ser designadas simplesmente como “terras indígenas tradicionais”.
- o O desenvolvimento de Programas Arqueológicos em terras indígenas tradicionais necessita se dar dentro da perspectiva da Arqueologia Colaborativa, com base na ação compartilhada e no envolvimento pluricultural, não assimétrico ou hierárquico, envolvendo equipes formadas por pesquisadores e por representantes indígenas, que serão co-responsáveis pelo Programa como um todo, e abrangendo o conjunto de suas etapas.
- o As comunidades indígenas envolvidas devem ser os principais beneficiários do desenvolvimento e resultados dos Programas Arqueológicos.
- o Os Programas devem garantir a apropriação, pelas comunidades indígenas, do conjunto de dados e resultados obtidos, incluindo o registro do conhecimento e publicações especificamente voltados para elas. Devem, ainda, promover uma análise conjunta, pela equipe de pesquisadores, comunidades indígenas e IPHAN, sobre a destinação final do acervo arqueológico que venha a ser gerado.
- o O Programa Arqueológico deve abranger o conjunto do patrimônio cultural, como é entendido e percebido pelas comunidades indígenas, englobando tanto os vestígios arqueológicos em si, quanto bens e/ou vestígios históricos, culturais e paisagísticos, materiais e imateriais, incluindo perspectivas alternativas de abordagem. No caso do patrimônio paisagístico, o Programa deverá considerar áreas de significância cultural, simbólica e sagrada das comunidades, não necessariamente abrangendo vestígios materiais de sua ocupação.
- o Possíveis análises patrimoniais de valoração realizadas em terras indígenas tradicionais (e em especial aquelas voltadas ao licenciamento ambiental de obras de engenharia) devem ser realizadas de maneira compartilhada, participativa e colaborativa junto às comunidades indígenas envolvidas, incluindo, de forma não assimétrica ou hierárquica, a identificação, valoração e análise de significância do patrimônio a partir da perspectiva indígena. O mesmo se aplica na indicação de medidas mitigadoras e/ou compensatórias incluídas nos processos de licenciamento ambiental.

- o Estudos de diagnóstico arqueológico realizados na bacia amazônica devem incluir nos levantamentos documentais etnohistóricos regionais (já exigidos pela Portaria IPHAN 230/02) uma análise específica da possível presença, na área de impacto do empreendimento, de locais e/ou paisagens de significado simbólico/ sagrado para sociedades indígenas que ali se desenvolveram, mesmo que atualmente não mais habitem a área.
- o O desenvolvimento de Programas Arqueológicos em terras indígenas tradicionais deve prescindir de autorização específica das comunidades no que se refere ao seu escopo, objetivos, métodos de realização e formas de apresentação dos resultados. No caso do Brasil, recomenda-se que o IPHAN exija este documento de apoio institucional das comunidades indígenas envolvidas, complementarmente ao documento de apoio institucional já exigido nos processos de solicitação de Portaria de Pesquisa, conforme definido pela Portaria 07/88.
- o Os Programas Arqueológicos em terras indígenas tradicionais devem incluir a realização de pesquisas em sítios de interesse indígena, além daqueles definidos através da perspectiva científica.
- o A realização de qualquer intervenção no patrimônio arqueológico, histórico, cultural e paisagístico presente em terras indígenas tradicionais deve contar com o consentimento das comunidades envolvidas. Inclui-se aqui toda atividade que abranja coletas de material e cortes de terreno, como abertura de sondagens, poços-teste e áreas de escavação.
- o Os Programas Arqueológicos em terras indígenas tradicionais devem incluir a capacitação de técnicos indígenas para atividades voltadas à Arqueologia, Educação Patrimonial, Museologia e Conservação, bem como garantir a maior participação possível de indígenas em todas as fases da pesquisa.
- o A elaboração de Programas de Gestão, Manejo, Monitoramento, Preservação e outros, deve incorporar a perspectiva indígena, na busca de uma condução compartilhada e colaborativa entre as diferentes abordagens envolvidas (abordagem científica, abordagem legal, abordagem indígena).
- o Esta Moção recomenda, por fim, a realização de gestões, em diversas instâncias, para que os sítios arqueológicos e/ou paisagísticos de significado mítico e/ou sagrado para as populações indígenas sejam poupados de empreendimentos causadores de impactos ambientais, que não devem incidir sobre eles. No Brasil tal medida poderá ser buscada por meio de Resolução CONAMA, Portaria do IPHAN, Leis, Decretos ou, ainda, de outras formas de controle sócio-ambiental. Em outros países da América do Sul deverão ser desenvolvidas propostas no âmbito de seus próprios instrumentos de controle sócio-ambiental.

AÇÕES

Considerando os pontos sensíveis sobre os temas levantados pela presente Sessão, são recomendadas as seguintes ações:

- 1) Criação de um Grupo de Trabalho** para detalhamento das reflexões aqui iniciadas e acréscimo de outras que se mostrarem pertinentes, com objetivo último de elaborar uma Agenda para Pesquisa e Preservação do Patrimônio Arqueológico, Histórico, Cultural e Paisagístico em Terras Indígenas Tradicionais. Esta Agenda de-

verá indicar diretrizes técnicas, éticas e operacionais para trabalhos de pesquisa patrimonial a serem desenvolvidos em terras indígenas, abrangendo tanto as terras indígenas administrativamente demarcadas pelo governo brasileiro (Tis), e aquela reconhecidas por cada país amazônico, como aquelas não demarcadas, mas reconhecidas pelas próprias comunidades indígenas como locais ou paisagens de especial significado simbólico/ cultural. A diretriz deste GT deverá estar voltada ao desenvolvimento de uma Arqueologia Colaborativa, nos termos indicados pela presente Sessão. O GT deverá ser composto por representantes indígenas e não indígenas, visando abranger a diversidade de perspectivas necessárias.

2) Criação de Grupos de Trabalho em cada país amazônico, com finalidade de organizar um mapeamento e cadastro de sítios e/ou paisagens de especial significado simbólico/ sagrado/ cultural para as comunidades indígenas da Amazônia. O resultado deste trabalho deverá, entre outros, subsidiar a realização e análise de estudos de diagnóstico arqueológico de empreendimentos e avaliações de

impacto junto a processos de licenciamento ambiental e outros, voltados à implantação de obras desenvolvimentistas.

3) Criação de Portaria IPHAN no Brasil, e de outros instrumentos normativos em cada país amazônico, objetivando normatizar a realização de pesquisas patrimoniais em terras indígenas tradicionais, a partir das especificidades técnicas, éticas e operacionais que lhe são intrínsecas.

Composição da Sessão Temática “Preservação do Patrimônio Arqueológico em Terras Indígenas”

Maria Clara Migliacio (Coordenadora)
Erika M. Robrahn-González (Relatora)
Fabiola Andrea Silva
Bonifácio José Baniwa
Afukaká Kuikuro
Mutuá Mehinaku
Michael J. Heckemberger

Esta moção soma, ainda, as contribuições oferecidas pelos diferentes participantes do Seminário, que contribuíram durante o debate ocorrido ao final das apresentações.

Abstract: This article presents the results of the “I International Seminar on Management of Archaeological Heritage Pan-Amazonian”, promoted in November/2007 by the Institute of National Historical and Artistic Heritage (IPHAN) in the city of Manaus / AM, more specifically, the Thematic Session on “Preservation of Archaeological Heritage in Indigenous Lands.”

Keywords: Cultural heritage, indigenous heritage, public archaeology, legislation.

ARQUEOLOGIA E CINEMA, UMA HISTÓRIA EM COMUM

*Gonzalo Ruiz Zapatero**
*Ana Maria Mansilla Castaño***

Resumo: O presente artigo analisa as relações entre a arqueologia e o cinema, apresentando três diferentes tipos de cinema arqueológico, o documentário, o docudrama e a dramatização ou cinema de ficção pretérita. Destaca-se seu potencial didático, a partir da experiência da sua utilização prática de visionado e avaliação crítica dentro do programa formativo universitário de Pre-história na UCM.

Palavras Chave: Arqueologia, cinema, recursos didáticos.

O cinema tem olhado sempre para a arqueologia com relativo interesse, na medida em que lhe proporcionava paisagens, cenários, objetos e, em definitiva, mundos para recriar visualmente. A pura materialidade da arqueologia tem oferecido continuamente elementos visuais para serem filmados. E evidentemente a arqueologia é –mesmo que isto não seja reconhecido por tudo o mundo– uma disciplina fortemente visual, como tem dito bem Stephanie Moser (1998), pioneira na análise da dimensão propriamente visual da arqueologia. Os arqueólogos têm sido representados no cinema popular desde começos do Século XX (Day 1997: 3, Membury 2002) e especialmente pelo cinema no estilo Hollywood (Baxter 2001). Aos modelos de arqueólogo herói, estilo Indiana Jones (Zarmati 1995), o único durante muito tempo, têm sido acrescentados os modelos das

arqueólogas-heroínas como Lara Croft (Zorpidu 2004). Por outro lado, os arqueólogos tenderam ao uso do cinema inclusive como metáfora do seu trabalho. Philip Barker (1982: 12), em um dos manuais de arqueologia de campo mais celebrados dizia que, em última instância, a tarefa dos arqueólogos ao tentar representar o que aconteceu no passado a partir de uma escavação era semelhante à realização de um filme da história do sítio arqueológico.

Que a pesquisa arqueológica é assimilável à construção de um filme é provado, entre outras coisas, pela importância que têm os médios audiovisuais para transmitir o conhecimento histórico gerado, sob a forma de vídeos e documentários para apresentar ao público os resultados da escavação de um sítio arqueológico qualquer. Se olharmos para trás, descobriremos na arqueologia dos tempos pioneiros a importância da fotografia (Lyons et alii 2005), do desenho e da reconstrução histórica (Hodgson 2001, Lewuillon 2002), nos tempos mais recentes do vídeo (Hanson & Rahtz 1988), dos documentários (Kulik 2006), da reconstrução digital através

(*) Departamento de Prehistoria. Universidad Complutense de Madrid E-mail: gonzalor@ghis.ucm.es
(**) Departamento de Prehistoria. Universidad Complutense de Madrid E-mail: anamansillac@hotmail.com

de computadores (Forte e Siliotti 1997) e inclusive dos grupos de recriação histórica, *reenactment*, para representar o passado (Appleby 2005). A prova mais impressionante de que as *performances* têm hoje plena vigência tem sido a finais de setembro de 2006, a representação ao vivo das cenas do *Ben-Hur* (1959) de Billy Wyler, incluindo a espetacular carreira de quadrigas, em cenários criados no grande Stade de France de Paris, com centenas de atores e extras, e com vários centenas de milhares de espectadores que tinham pagado bilhetes mais do que caros por assistir ao vivo (<http://news.bbc.co.uk/2/hi/intertainment/5337836.stm>). Este espetáculo imita ao cinema, embora é representação ao vivo e constitui uma particular mistura de teatro, cinema, experimentação, *reenactment* e aparato visual do passado. (Fig.1 e Fig. 2)

Se em geral o mundo do cinema tem mostrado relativo interesse pela arqueolo-

gia, os arqueólogos temos sido mais desconfiados com o gênero cinematográfico, fundamentalmente pela tendência a pensar que no cinema a ficção é o componente mais poderoso e pelo tanto uma coisa muito afastada do obsessivo cientificismo da nossa disciplina. Aos arqueólogos tem-nos importado muito pouco o cinema (Day 1997: 4), o temos desapreciado por ser anticientífico e veículo de anacronismos ou ucronias e apenas nas últimas décadas temos começado a manifestar interesse em várias direções (Hernández Descalzo 1997, Pohl 1996). Mesmo assim, as coisas não resultam fáceis. Assim, ante o sucesso dos filmes de Steven Spielberg de *Indiana Jones* (Sánchez-Escalonilla 2004), os arqueólogos têm se posicionado sempre fortemente contra a visão que a trilogia oferece da arqueologia. Apenas consegui achar uma visão positiva num breve artigo do arqueólogo britânico John Gowlet (1990) nas páginas de *Antiquity* no qual o que vinha a dizer era que Indiana



Fig.1 - O Stade de France de Paris cenário contemporâneo da representação ao vivo das cenas do *Ben-Hur*.



Fig. 2 - Cartaz de promoção da representação das cenas ao vivo do *Ben-Hur*.

era simplesmente o arqueólogo mais famoso do mundo porque tinha levado a arqueologia a muita mais gente do que todos os arqueólogos que tinham vivido na história juntos. O que é rigorosamente certo. Desde então tenho partilhado a ideia de Gowlett e acredito que é mais inteligente se associar ao Professor Jones para interessar às pessoas e depois tentar explicar algumas coisas que não funcionam bem nos filmes. Vale mais ensinar com Indy para mostrar alguns erros do que desqualificá-lo sem raciocinar (Baxter 2002). Pois finalmente, e por muito que tinha sido criticado, Indy nunca está infectado pela obsessão de adquirir ou acumular riquezas, para ele a descoberta é a aventura e o conhecimento a recompensa. “A Arqueologia trata de fatos não de verdades”, diz Indy aos seus estudantes, lhes proporcionando assim uma pequena verdade que bem merece ser retida (Johanson 2003).

O que tento expor aqui é que a arqueologia, tratada de formas diferentes no cinema, pode ser um importante recurso didático. O cinema com diferentes formatos, ao tempo que os filmes de arqueologia, apresentam aspectos da arqueologia para muitas pessoas de nível cultural muito diverso. A arqueologia filmada tem chegado a ser hoje, para muitos públicos, a primeira fonte de conhecimento sobre o passado remoto. É óbvio que estes filmes utilizam modos de relatar muito diferentes dos da arqueologia, mas com tudo, como diz Rosenstone (2005: 337), se trata de uma forma legítima de mostrar a história, isto é, de dar sentido explicativo ao passado, mesmo que exposta desde necessidades e valores muito diferentes. Uma de essas necessidades é trasladar mensagens a umas audiências muito heterogêneas. A conexão cinema-história tem chegado a ser tão atrativa que têm surgido revistas acadêmicas para estudar suas ligações como é o caso de *Screening the past* (www.latrobe.edu.au/screeningthepast/) da universidade australiana de La Trobe ou a espanhola *Film Historia*, da Universidad de Barcelona (www.pcb.unb.es/filmhistoria) por citar apenas alguns exemplos.

Tipos de arqueologias cinematográficas

O cinema de arqueologia, “cinema arqueológico”, ou simplesmente o cinema sobre passados remotos inclui gêneros diversos (Hernández Descalzo 1997: 312-313): i) O documentário, no sentido estrito, no qual os britânicos e os estadunidenses têm sido os mestres inicialmente com produções já quase míticas como as da BBC (Daniel 1978) e outras produtoras muito ativas como Channel 4 (2005), com grandes sucessos de público (Kulik 2006); ii) O Docudrama, no qual se misturam imagens documentais junto com outras de ficção o que é o formato mais recente e o que tem o maior sucesso divulgativo (Bourdial 2002 e Gamble 2003 a); iii) a dramatização ou cinema de ficção pretérita, que pode oscilar entre aqueles filmes que

procuram as maiores cotas de rigor histórico-arqueológico e os outros de ficção livre em simples “cenários” de passados pouco ou nada críveis (Solomon 2002).

Todos estes gêneros do “cinema arqueológico” oferecem muitas possibilidades como recursos didáticos no ensino da arqueologia. Especialmente numa época na qual tudo o audiovisual nos envolve e domina e na que reconhecemos que –finalmente- a arqueologia é uma disciplina “fortemente visual”, embora não o manifeste explicitamente (Smith & Moser 2005). As imagens de paisagens, assentamentos, tombas e objetos do passado formam parte da centralidade da arqueologia e pelo tanto, o “cinema arqueológico” tem muitas razões para ser considerado um instrumento de aprendizado (Rosenstone 2005). Concordo plenamente com Robert Rosenstone (2005: 350) em que “o cinema oferece uma importante e complexa visão do passado”. É uma forma de apresentar a História que precisa da nossa minuciosa atenção, especialmente porque muito do que temos aprendido no passado sobre o passado nos é transmitido hoje precisamente através deste médio e deste gênero, no telão e na tela da televisão para audiências muito amplas.

Na verdade, os arqueólogos não temos tido quase interesse pelo “cinema de arqueologia”, daí que os estudos relevantes e inclusive as recopilações de filmes, apenas têm começado a serem realizadas nos últimos dez ou quinze anos e nem sempre por parte dos arqueólogos. Em primeiro lugar, é preciso destacar que a consideração de “cinema de arqueologia” precisa ser incluída dentro de aquela de cinema de história. Este constitui a categoria superior e tem recebido certo interesse por parte dos historiadores (Barra 1998, Carnes 1995, Fraser 1988). Talvez os livros de Rosenstone (1995a, 1995b, 1997) sejam os melhores exemplos de um olhar especializado e lúcido para os filmes históricos e para a leitura da história no cinema. Mas a bibliografia sobre o tema é já muito

ampla (Ibars & López Soriano 2006). No cinema de arqueologia, em sentido amplo, a tradição anglo-saxona (Archaeology & You 2004, Baxter 2001, Downs, Allen, Meister e Lazio 1995, Day 1997, Pohl 1996) e a francesa (Lambotte 1990, Bourdial 2002) têm sido as mais ativas, mas outras, e também a espanhola, vão se acrescentando à especialidade (Hernández Descalzo 1997, Moreno i Gimenez 2002). Ao mesmo tempo, é conveniente apontar que o interesse continua estando mais no lado do cinema do que da arqueologia. E assim, a recopilação mais ampla de por volta de 140 filmes e vídeos nos quais os protagonistas são arqueólogos, o livro de David Howard Day *A treasure Hard to Attain. Images of Archaeology in Popular Film with a Filmography* (1997), não é a obra de um arqueólogo. Mesmo que se pudesse deduzir claramente depois da leitura dos onze breves capítulos do ensaio que antecede à filmografia comentada, verdadeiramente o mais útil do livro. Muito mais amplo como catálogo de filmes de Pré-História e Mundo Antigo é o livro de Herbert Verreth (2003) *De oudheid in film. Filmografie*. E certamente, é claro que a informação mais atualizada e ampla é preciso procura-la na Internet (<http://www.saa.org/public/fun/movies.html>).

Um gênero destaca por cima dos outros, o *peplum* ou “cinema de romanos” (Fig. 3). O estudo de Jon Solomon *Peplum. O mundo antigo no cinema* (2002) é, sem dúvida alguma, o melhor, e na Espanha o estudo pioneiro de Fernando Lillo *O cinema de romanos e sua aplicação didática* (1994) tem seguido o ensaio mais aprofundado e amplo de Alberto Prieto *A Antiguidade filmada* (2004) O melhor site, com um amplíssimo repertório é PEPLUM Images de l'Antiquité Cinema et BD (<http://www.peplums.com>).

Dimensão didática da arqueologia cinematográfica

Sob o ponto de vista do professor é fundamental estimular as práticas de visionado

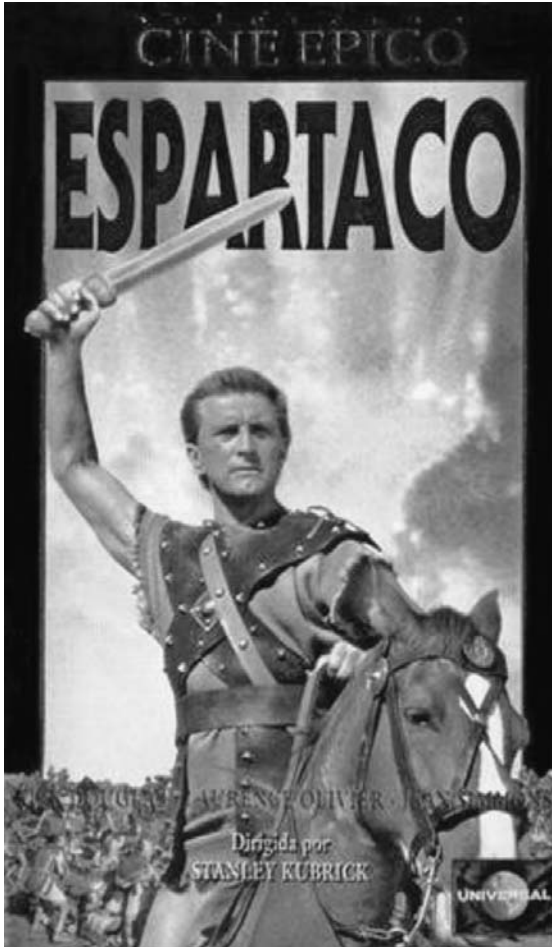


Fig. 3 - Cartaz do filme *Espartaco* um dos peplum mais celebrado protagonizado por Kirk Douglas na década de 1960.

crítico, sobre tudo nos filmes que reclamam estar baseados “completamente” na história real. As visões críticas não se referem apenas à crítica sobre a fraca informação que contém ou ficar ofendidos pelo vandalismo cultural que é possível achar as vezes (<http://www.earlymodernweb.org.uk/eur/index.php/early-modernity-in-film/historians-and-historical-film>). A visão crítica supõe que os filmes arqueológicos não devem ser vistos em termos de como são, comparadas com a arqueologia e a história escrita, mas como uma forma de volver a contar o passado com

as próprias regras de representação do cinema (Rosenstone 1995b: 3). A arqueologia filmada não proporciona – não pode fazê-lo de jeito nenhum- um conjunto claro e ordenado de elementos explicativos e de referência. Um filme ou um documentário não são textos científicos, nem têm bibliografia, nem notas a rodapé. Nesse sentido, o filme arqueológico vai ser sempre um “passado-imperfeito” (Carnes 1995). Mas pode sim, mover à curiosidade, à indagação posterior e pode proporcionar idéias que vão mais além dos limites do próprio filme (Hall 2004). Na minha opinião, as razões fundamentais do valor educativo do cinema na arqueologia podem-se resumir da seguinte maneira:

i) O cinema é um médio ideal para analisar, avaliar e explorar a importância das imagens na arqueologia (Smith & Moser 2005). A Arqueologia é imagem, praticamente tudo o que está relacionado com a arqueologia pode se reduzir a imagens, os objetos, os restos das vivendas e das tombas, as paisagens, até os próprios processos e trajetórias temporais podem ser apresentados em gráficos e diagramas. De alguma maneira, pensar em arqueologia é pensar em imagens. Pelo tanto, o cinema supõe um médio interessantíssimo de como traduzir em imagens narrativas a história do passado.

ii) A pura empatia que produz no espectador possibilita que nos desloquemos melhor ao passado e que habitemos –mesmo que por alguns minutos- passados “vivos”; condição indispensável para se interessar pela história e suscitar questões e temas de interesse. Mergulharmos na ficção de um passado facilita a compreensão das características do passado histórico ao proporcionar chaves, tanto visuais quanto interpretativas, do mesmo. E pode proporcionar, ao mesmo tempo, uma dimensão emotiva e afetiva que com frequência acompanha também à arqueologia.

iii) Permite utilizar os erros e anacronismos para introduzir informação arqueológica

ca, não simplesmente para censurar maus assessoramentos históricos dos filmes, mas bem mais para reconstruir esses erros e possibilitar uma verdadeira “genealogia do anacronismo”. A análise de filmes e documentários permite identificar erros e no jogo da sua procura e sua crítica permite despertar o interesse pela realização de visionados inteligentes e com critério histórico. Alguma coisa semelhante, salvando as distâncias, ao desafio de alguns livros infantis e juvenis de arqueologia muito instrutivos que propõem a descoberta de erros e anacronismos em desenhos de reconstrução cênica (Leronge 2006), ou aqueles que mostram simplesmente a evolução de uma rua ou uma cidade ao longo de milhares de anos (Millard & Noon 1999, Steele & Noon 2006).

iv) Permite refletir sobre as vidas dos elementos materiais do passado – autênticas “biografias” das coisas – até chegar à tela e desvendar assim todo um complexo “imaginário popular” do passado. A aparição no cinema de objetos, artefatos, construções e máquinas que tentam vestir uma época determinada oferece a possibilidade de uma desconstrução de esses elementos. Permite, assim mesmo, separar os autenticamente históricos e ajustados à documentação arqueológica de aqueles que têm ganho sua adscrição a uma época graças aos erros transmitidos por diferentes vias e que resultam pelo tanto, anacrônicos. Um exemplo: os capacetes com chifres dos celtas; excepto um exemplar britânico – o qual é inclusive duvidoso que possa ser qualificado de “celta” – se desconhece a associação de este tipo de capacete aos celtas da Idade de Ferro europeia, mas as gravuras especialmente desde o século XIX têm-na difundido erroneamente. No cinema se utilizam elementos que pertencem ao imaginário popular mais do que às imagens arqueológicas. O que importa não é o autêntico tipo de capacete celta, o que importa é que seja identificado pelo público como céltico, embora seja falso. Uma coisa é a arqueologia e uma outra é o imaginário popular, a primeira é minoritária no entanto o segundo é majoritário. Tudo isso é tremendamente útil para o aprendizado arqueológico.

v) A partir da atração da imagem pode se confrontar informação cinematográfica com informação arqueológica (menos atrativa no começo) e gerar assim curiosidade histórica sobre o passado. Não há dúvida que poder comparar a reconstrução da Roma de um *peplum* da década dos 50, a do filme *Gladiator* e as das reconstruções arqueológicas mais sérias e fidedignas constitui um exercício didático de grande atrativo (Wyke 1997). Como se apresenta o Homen de Neandertal no filme *O Clã do urso das cavernas* e como se tem representado antropologicamente e arqueologicamente? O contraste das imagens do Neandertal gera interesse e curiosidade sobre os processos para representar visualmente o passado paleolítico. O sugestivo e atrativo do cinema, embora seja anti-histórico, cria um ponto de interesse que dificilmente a arqueologia vai conseguir por sim mesma.

Em última instância, o processo de representação do passado no cinema pode servir para analisar e refletir sobre os processos que a arqueologia utiliza para representar os passados pré-históricos e históricos e contextualizar o que alguns arqueólogos têm chamado “imaginação arqueológica” (Gamble 2003b). Como o diretor de um filme constrói sua obra é uma boa metáfora de como os arqueólogos construímos nossas representações do passado. E de fato, uma das últimas novidades nos estudos de pós-graduação em arqueologia é a oferta dos cursos “Masters Screen Media” (Máster 2006) ou “Archaeology and the Media: Digital Narratives in, for and about Archaeology” dirigido por Ruth Tringham (2006) na Berkeley University. Também sessões de congressos internacionais se ocupam do tema como a Mesa Redonda: “Teaching Archaeology using Film and Television” no 71 Annual Meeting of the Society for American Archaeology (San Juan de Puerto Rico, 26-30 Abril de 2006). Na Espanha também não faltam cursos universitários que abordam estes temas, o mais recente O mundo antigo e medieval no cinema (Curso da Universidad Internacional

Menéndez y Pelayo em Valencia, 10-14 de julho de 2006).

Resumindo, considero que o interesse dos arqueólogos no “cinema de arqueologia” deve se centrar em duas questões fundamentais: primeiro, ver se seu conteúdo e discurso gerais proporcionam alguma coisa de interesse sobre nosso passado com rigor histórico e segundo, ver se transmite, de forma clara, um sentido de passado e suas implicações atuais para uma audiência ampla (Rosenstone 2005: 350). E com caráter mais secundário, como também aponta Robert Rosenstone, avaliar a veracidade da reconstrução dos detalhes.

O documentário de arqueologia como gênero específico

O gênero do documentário tem raízes antigas, e, pelo menos no âmbito anglo-saxão, uma tradição bem estabelecida desde a década de 1960. Os vídeos da BBC e Channel 4 (Kulik 2006) e a National Geographic (www.nationalgeographic.com/siteindex/archaeology.html) têm tido, e continuam tendo, um grande prestígio e atrativo. O formato tradicional oferece informação de culturas, sítios arqueológicos ou fenômenos com três ingredientes chave: primeiro, a base documental visual, isto é, os materiais arqueológicos, os sítios arqueológicos e as paisagens; segundo, o apoio científico, normalmente sob a forma de arqueólogos e especialistas que são entrevistados em seus respectivos escritórios ou que, de forma mais ativa e sugestiva, falam ante os próprios monumentos e sítios arqueológicos e terceiro, a interpretação visual na forma de gráficos, mapas e diagramas que tem revolucionado sua capacidade informativa com a chegada da infografia (Aguilera 1990). Além das distribuidoras comerciais The Archaeology Channel (www.archaeologychannel.org) oferece uma extensa coleção que abrangere desde temas da Origem da Humanidade às civilizações do mundo clássico (Bahrami 2006).

Nos últimos anos a tentativa de chegar a maiores audiências tem feito com que os documentários se orientem para o docudrama, no qual se combina o documental clássico com dramatizações que conseguem maior atenção do espectador. Até o ponto de que alguns docudramas recentes, caso do Neandertal, é a história de ficção que articula o documentário e de forma secundária, no fio da ficção, se apresentam dados informativos sob a forma de rápidos flashes. Hoje contamos com ótimos documentários de qualquer temática arqueológica. Entre os mais significativos dos últimos anos vale a pena destacar Caminhando entre as Bestas (Haines 2002) e Caminhando entre Hominídeos (Lynch & Barret 2003, Gamble 2003a) da BBC e a produção franco-canadense A Odiséia da espécie (Bourdiol 2002). Na produção nacional Atapuerca (2002) de Javier Trueba sobre o famoso sítio arqueológico de Burgos tem-se convertido em uma grande referência, mas também vão se realizando documentários vinculados a projetos de pesquisa arqueológica de grande qualidade como Castellón Alto, um povoado argárico na província de Granada. Pelo contrário, o seriado da TVE Memória de Espanha (2003-2004), sob a direção de Fernando García de Cortazar, teve uma encenação muito fraca, especialmente nos primeiros episódios com abuso de encenações, que ainda por cima resultaram muito ruins, e em geral, como poucos médios e menos idéias. O texto dos historiadores liderados por García de Cortazar era bem aceitável, embora TVE não colocasse nem imaginação, nem dinheiro. Mesmo assim, os índices de audiência foram elevados, especialmente para um documentário de história. Em qualquer caso, ao tomar algumas notas sobre aqueles episódios acabei pensando que a avaliação do seriado não podia ser realizada apenas pelos profissionais, e seria preciso pensar fórmulas para conhecer a avaliação dos não-especialistas: Quais os valores que apreciam?, Que capacidade crítica têm? As respostas a estas perguntas e a outras de semelhante índole seriam de grande ajuda para os historiadores e os arqueólogos.

Nas aulas práticas, facilito aos estudantes algumas idéias gerais sobre como assistir a documentários e tomar notas, e mais tarde lhes peço que escrevam suas avaliações, pontuem cada documentário – é importante ver diferentes tipos, incluindo os ruins- e justifiquem dita pontuação. Na visão geral que lhes ofereço incluo muitas das idéias aqui expostas e no plano prático insisto nos seguintes aspectos: (i) que os vídeos têm dois grandes discursos: o visual, as mensagens exclusivamente transmitidas pelas imagens e o verbal, a informação falada em *off* que acompanha às imagens. Os dois são importantes e precisam de uma análise simultânea de cada um deles; (ii) que no discurso visual é preciso, por um lado, aprender a catalogar os tipos de imagens (objetos, sítios arqueológicos, paisagens, mapas e infografia, arqueólogos ou especialistas entrevistados ou apresentando informação – “bustos falantes” -, reconstruções dramatizadas, gravuras antigas, etc...) e pelo outro lado é preciso realizar estimações temporais de cada um dos tipos de imagens, isto é, se na porcentagem predomina o tempo dedicado aos objetos, aos sítios arqueológicos ou às reconstruções e como se distribui – aproximadamente- o tempo do conjunto das imagens. Pois esta distribuição não é casual e deve refletir as intenções do produtor. Depois é preciso desenvolver estratégias para medir o impacto e a força de cada imagem e seu grau de inteligibilidade; (iii) que o discurso verbal, os conteúdos específicos, exige também uma análise hierarquizada, primeiro uma avaliação global, a quantidade de informação e o ritmo de apresentação; segundo, uma análise das idéias centrais que se transmitem; terceiro, uma consideração do léxico utilizado e finalmente, descobrir as possíveis “iscas” do discurso falado e apresentar a arquitetura completa do “texto” para sua posterior crítica; e (iv) finalmente, incidir na importância de refletir sobre o grau de complementaridade existente entre as imagens e as palavras, isto é, de que maneira se tem conseguido, ou não, um ajuste entre o que se vê e o que se escuta. Embora possa

parecer qualquer coisa de irrelevante, em alguns casos a informação falada que não guarda relação alguma com as imagens que se visualizam, fica praticamente perdida, escondida, por trás de imagens, que literalmente, engolem o discurso falado. Se em algum caso se pode ter a filiação do Como se fiz... do documentário podemos acrescentar mais elementos de interesse para o debate, a mesma coisa que se proporcionarmos algum texto que explique a realização, como no caso da Odisséia da Espécie (Bourdial 2002).

Os resultados habitualmente são bastante bons, hoje a cultura audiovisual dos estudantes é muito alta e com apenas umas poucas idéias a modo de roteiro, como as arriba indicadas, eles são muito capazes de oferecer avaliações críticas e razoadas, que sem nenhuma dúvida me ajudam a re-situar meu próprio análise frente ao rico panorama que meus estudantes me oferecem. Uma tarefa final de debate ou discussão completa perfeitamente as opiniões pessoais colocadas por escrito.

Os filmes de ficção arqueológica/histórica na moda

O caso dos filmes de ficção com ambientação arqueológica/histórica é um pouco diferente. Fundamentalmente podemos afirmar que a avaliação deve ser diferente pela simples razão de que, como temos visto com Rosenstone, os diretores de cinema não são - e não pretendem ser – historiadores, mesmo que alguns deles reivindicuem um altíssimo grau de verismo histórico nos seus filmes. Os cinco critérios que aplico para a análise didática nas aulas de arqueologia são perfeitamente aplicáveis para todos os filmes de este gênero, independentemente de que uns se situem na mais disparatada uchronia e outros no intento mais encomiável de mergulhar-se na *atmosfera* de sua época histórica. O que se ganha em atrativo – parece claro que segura mais o interesse dos estudantes uma boa ficção do que um bom documentário – é óbvio que se

perde na qualidade da informação oferecida, mas ao mesmo tempo a ficção permite debates mais críticos e mais abertos do que no caso dos documentários. Vou comentar, muito brevemente, apenas uns poucos filmes que reúnem muitos elementos de interesse para sua utilização em atividades didáticas: *A guerra do fogo*, *Gladiator*, *Troja*, *Alexandre* e *O guia do desfiladeiro*.

A guerra do fogo de J.-J. Annaud (1981), baseada no celebrado romance de J.H. Rosny (2004) [1911], que tem tido um grande impacto (Felici 2000), é um filme fantástico (Fig. 4). Continua sendo meu filme favorito no apartado de filmes de Pré-história, uma categoria esta que na verdade não tem uma relação muito ampla de filmes atrativos e com um mínimo de rigor arqueológico (Moreno i Jiménez 2002). As possibilidades didáticas são muito amplas, desde a coexistência de diferentes espécies e a possível interação entre neandertais-cromagnons, às estratégias de caça e os modelos sócias dos diferentes tipos humanos que aparecem. A ambientação, vestimentas e armas, assim como a forma de se movimentar e de falar das diferentes formas humanas têm criado todo um modelo a seguir.

Gladiator (2000), de Ridley Scott tem conseguido revitalizar, de forma espetacular, o cinema de romanos, o famoso peplum, que levava anos em decadência (Landau 2000). O filme oferece múltiplas possibilidades para exercitar as atividades didáticas que tenho indicado acima e de fato conta com muitas leituras como recurso didático (García Beguería & Lérica Lafarga 2006). Por sua parte, *Troja* (2004) de W. Petersen, com Brad Pitt no papel de estrela, tem seguido a trilha aberta por *Gladiator* e, embora os muitos erros, logra transmitir ao grande público um certo sentido histórico do grande poema homérico (Solomon 2006, Winckler 2006) e sobre tudo conseguiu que muitas pessoas se mergulhassem na leitura de a *Iliada*. Como no mais recente caso de *Alexandre* (2004) de Oliver Stone, inclusive com os erros que se podem detectar, é preciso pensar nos acer-



Fig. 4 - Cartaz do filme. *A guerra do fogo* de Jean-Jacques Annaud.

tos (Fig. 5). Como bem tem dito Fernando Quesada (2005: 88) “não façamos de arqueólogos fundamentalistas”, e celebremos que por alguns dias Alexandre, bissexual, homossexual ou o que quer que fosse entre no coração de milhares de pessoas que de outra maneira jamais teriam ouvido falar da vida do grande personagem grego. Daí podem surgir outros interesses mais sérios. Mas nem todas são grandes superproduções. Em filmes de baixo orçamento é possível achar autênticas jóias que nos deslocam para passados menos hollywoodienses, mas não por isso menos atrativos. É esse o caso do filme *O guia do desfiladeiro* (1987), um deslumbrante filme do norueguês Nils Gaup, ambientado na Idade de Ferro tardia da Escandinávia que mostra a vida de uma comunidade lapona atacada por uma *mannerbunde* de sinistros guerreiros que chegam de terras mais meridionais (www.imdb.com/title/tt0093668).

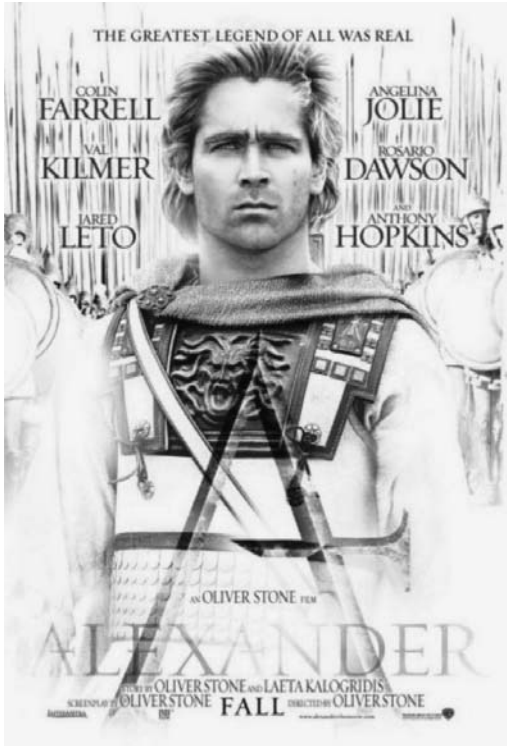


Fig. 5 - Cartaz do filme *Alexandre*, protagonizado por Colin Farrell.

Conclusão

Como reflexão final penso que é importante destacar como as imagens do passado, que até há apenas dez ou quinze anos estavam sob a dominação quase exclusiva do cinema, têm passado a formar parte dos “poliedros visuais” que trocam, transformam e recriam imagens continuamente (Finn 2001). Esses “poliedros” não são outra coisa mais do que a interatividade crescente entre diferentes meios que “produzem/fagocitam” imagens: cinema (Pohl 1996), televisão (Fagan 2003, Payton 2002 e Silberman 1999), Internet, Vídeo e DVD, Video-games (Watrall 2002) e as próprias telas dos celulares e do iPod. Todos eles estão gerando certo interesse entre os arqueólogos. O fascínio de todos os públicos pela arqueologia significa que os arqueólogos cada vez mais têm que estar tratando com os diferentes meios, com certeza mais do que outras disciplinas, e pelo tanto tem chegado a ser uma questão crucial como se comunicar com as audiências através dos diferentes meios e como os próprios meios vêm a arqueologia (Clack & Brittain 2007, Van Dyke 2006).

Abstract: This article analyses the relations between archaeology and cinema, presenting three different types of archaeological cinema, documentary, docu-drama and drama or past fiction cinema. It emphasizes its didactic potential, from the experience of its practical use of viewing and evaluating, in the Prehistory university formative program in the UCM.

Key Words: Archaeology, cinema, teaching resources.

Bibliografia

- AGUILERA, H.
1990 Infografía, comunicación humana y evolución social. In: H. Aguilar, M. de Vivar et alii (eds), *Las nuevas imágenes de la comunicación audiovisual en España*. Madrid. Fundesco.
- APPLEBY, G. A.
2005 Crossing the rubicon: fact or fiction in Roman re-enactment, *Public Archaeology*, 4: 257-265.
- ARCHAEOLOGY & YOU
2004 Movies, Television Programs, and Videos

- about Archaeology, (<http://www.saa.org/publications/ArchAndYou/learning/movies.html>).
- BAHRAMI, B.
2006 Channeling Archaeology. In: *Archaeology*, 59 (2), march/april: 55.
- BARRA, T.
1998 *Screening the Past: Film and the Representation of History*. Westport. Praeger.
- BARKER, PH.
1982 *Techniques of archaeological excavation* Londres. B. T. Batsford, Ltd.
- BAXTER, J.
2001 Archaeology Hollywood-style and Beyond. In: *The SAA Archaeological Record*, 1 (5): 21-23.
- BAXTER, J.
2002 Teaching with "Indie": Using Film and Television to Teach Archaeology. In: *The SAA Archaeological Record*, 2 (5): 18-20.
- BOURDIAL, I.
2002 La Préhistoire comme si vous y étiez. L'Odissée de l'Espèce. In: *Science & Vie*, 1023: 168-175.
- CARNES, M. C. (Ed.)
1995 *Past Imperfect: History According to the Movies*. Nueva York. Henry Holt and Company.
- CLACK, T. & BRITAIN, B. M.
2007 *Archaeology and the Media*. Oxford. Berg Publishers.
- CHANNEL 4
2005 Time Team (<http://www.channel4.com/history/timeteam>). Acceso 1-VII-06.
- DANIEL, G.
1978 Introduction. In R. Sutcliffe (ed.) *Chronicle: Essays from Ten Years of Television Archaeology*. Londres. BBC: 7-9.
- DAY, D. H.
1997 *A Treasure Hard to Attain: Images of Archaeology in Popular Film, with a Filmography*. Boston. Scarecrow Press.
- DOWNS, M., ALLEN P. S., MEISTER, M. J. Y LAZIO, C.
1995 *Archaeology on Film*. Boston. The Archaeological Institute of America.
- FAGAN, G. G.
2003 Far- out television. In: *Archaeology*, 56 (3): 46-50.
- FELICI DE, R.
2000 Émotions et langages dans le roman préhistorique de J. H. Rosny Aîné. In: A. J. Ducros (dirs.) *L'Homme Préhistorique. Images et im aginaire*. Paris. L'Harmattan: 243-271.
- FINN, C.
2001 Mixed Messages – Archaeology and the Media. In: *Public Archaeology*, 1: 261-268.
- FORTE, M. Y SILIOTTI, A. Eds.
1997 *Virtual Archaeology*. Londres. Thames and Hudson.
- FRASER, G. M.
1988 *The Hollywood History of the World*. Londres. Harwill Press.
- GAMBLE, C.
2003a Walking tall, not talking heads. Resenha de "Walking with Cavemen". In: *Nature*, 422: 473.
- GAMBLE, C.
2003b *Arqueología Básica*. Barcelona. Ariel.
- GARCÍA BEGUERÍA, A. & LÉRIDA LAFARGA, R.
2006 *Gladiator*. El cine y su aplicación didáctica (<http://clio.rediris.es/fichas/Gladiator/GLADIATORL.htm>).
- GOWLETT, J.
1990 Indiana Jones: crusading for archaeology? Recensão de S. Spielberg (dir.) *Indiana Jones and the Last Crusade*. In: *Antiquity*, 64: 157.
- HAINES, T.
2002 *Caminando entre las Bestias. Un safari prehistórico*. Barcelona, Planeta.
- HALL, M. A.
2004 Romancing the Stones: Archaeology in Popular Cinema. In: *European Journal of Archaeology*, 7 (2): 159-176.
- HANSON, W. S. Y RAHTZ, P. A.
1988 Video recording on excavations. In: *Antiquity*, 62: 106-111.
- HERNÁNDEZ DESCALZO, P. J.
1997 "Luces, Cámara, ¡Acción!: Arqueología, Toma 1". In: *Complutum*, 8: 311-334.
- HODGSON, J.
2001 *Archaeological Reconstruction: Illustrating the Past*. Institute of Field Archaeologists. IFA Paper, nº 5.
- IBARS FERNÁNDEZ, R. & LÓPEZ SORIANO, I.
2006 Historia y el cine (http://www.antroposmoderno.com/antropo-articulo.php?id_articulo=919).
- JOHANSON, M. A.
2003 Real Archaeologists Wear Whips. In: *Archaeology*, 56 (6): 58.
- KULIK, K.
2006 Archaeology and British television. In: *Public Archaeology*, 5: 75-90.
- LAMBOTTE, B.
1990 *Le cinéma au service de l'archéologie*. Lieja. Mémoires de Préhistoire Liégeoise.
- LANDAU, D. Ed.
2000 *Gladiator – The Making of the Ridley Scott Epic*. Londres. Bxotree.
- LERONGE, J.
2006 *La Historia a lo loco*. Madrid. Editorial SM.

- LEWUILLON, S.
2002 Archaeological Illustrations: a new development in 19th century science. *Antiquity*, 76: 223-234.
- LILLO REDONET, F.
1994 *El cine de romanos y su aplicación didáctica*. Madrid, Ediciones Clásicas.
- LYONS, A. et alii
2005 *Antiquity and Photography: Early Views of Ancient Mediterranean Sites*. J. Paul Getty Museum, Getty Trust Publications.
- LYNCH, J. & BARRETT, L.
2003 *Walking with Cavemen*. Nova Iorque. DK Publishing.
- MASTER
2006 MA in Archaeology for Screen Media, (<http://www.bristol.ac.uk/archanth/postgrad/screema.html>).
- MEMBURY, S.
2002 The Celluloid Archaeologist – an x-rated exposé. In M.
- MILLARD, A. Y NOON, S.
1999 *A street through time: a 12000 year journey along the same street*. Londres. Dorling Kindersley.
- MORENO I GIMÉNEZ, V. A.
2002 Cine y Prehistoria. In: *Caleidoscopio*, 5, 2002 (<http://www.uch.ceu.es/caleidoscopio/numeros/cinco/moreno.htm>).
- MOSER, S.
1998 *Ancestral images. The iconography of Human Origins*. Ithaca. N.Y. Cornell University Press.
- PAYNTON, C.
2002 Public Perception and “Pop Archaeology”: A Survey of Current Attitudes Toward Televised Archaeology in Britain. In: *The SAA Archaeological Record*, 2 (2): 33-36 y 44.
- PEPLUM
2006 Images de l’Antiquité Cinema et BD (<http://www.peplums.com>). Acceso 10-06.
- POHL, J. M. D.
1996 Archaeology in film and television. In B. M. Fagan (ed.) *The Oxford Companion to Archaeology*. Oxford. Oxford University Press: 574-575.
- PRIETO ARCINIEGA, A,
2004 *La Antigüedad filmada*. Madrid. Ediciones Clásicas.
- QUESADA, F.
2005 Alejandro ante Tiro, asedio salvaje. In: *La Aventura de la Historia*, 75: 82-91.
- ROSENSTONE, R. A.
1995a *Visions of the Past: the Challenge of Film to Our Idea of History*. Cambridge. Harvard University Press.
- ROSENSTONE, R. A.
1995b *Revisioning history: film and the reconstruction of a new past*. Princeton. Princeton University Press.
- ROSENSTONE, R. A.
1997 *El pasado en imágenes. El desafío del cine a nuestra idea de la historia*. Barcelona. Ariel.
- Rosenstone, R. A. 2005 La Audiencia modela la Historia. In J. Montero & J. Cabeza (eds.) *Por el precio de una entrada. Estudios sobre Historia Social del cine*: Madrid, Ediciones Rialp: 337-350.
- ROSNY, J. H.
2004 *La conquista del fuego*. Barcelona. Hipòtesi, S.L.
- RUSSELL, L.
2002a Archaeology and Star Trek: exploring the past in the future. In
- SÁNCHEZ-ESCALONILLA, A.
2004 *Steven Spielberg. Entre Ulises y Peter Pan*. Madrid. Cie Inversiones Editoriales Dossat
- SILBERMAN, N. A.
1999 Is Archaeology Ready for Prime Time?, Digging and Discovery as Mass Entertainment. In: *Archaeology*, May/June: 79-82.
- SMITH, S. & MOSER, S. Eds.
2005 *Envisioning the Past. Archaeology and the Image*. Oxford. Blackwell Publishing.
- SOLOMON, J.
2002 *Peplum. El mundo antiguo en el cine*. Madrid. Alianza Editorial.
- SOLOMON, J.
2006 Viewing Troy: Authenticity, Criticism, Interpretation. In: Winckler, M. M. *Troy: From Homer’s Iliad to Hollywood epic*: Oxford, Blackwell: 85-98.
- STEELE, PH. & NOON, S.
2006 *Una ciudad a través del tiempo*. Barcelona. Blume.
- TRINGHAM, R.
2006 Anthropology 136i: Archaeology and the Media: Digital Narratives in, for, and about Archaeology (http://www.mactia.berkeley.edu/courses/Anthro136i/html/136iSu06_intro.html). Acceso 31-IX-06.
- VAN DYKE, R. M.
2006 Seeing the Past: Visual Media in Archaeology. In: *American Anthropologist*, 108 (2): 370-384.
- VERRETH, H.
2003 *De Oudheid in Film. Filmografie*. Universidad de Lovaina (<http://www.ars.kuleuven.be/alo/klasieke/docs/film>) .
- WATRALL, E.
2002 Digital pharaoh: archaeology, public

- education and interactive entertainment.
In: *Public Archaeology*, 2: 163-169.
- WINCKLER, M. M.
Troy: *From Homer's Iliad to Hollywood epic*: Oxford, Blackwell.
- WYKE, M.
1997 *Projecting the past: ancient Rome, cinema, and history*. Nueva York. Routledge.
- ZARMATI, L.
1995 Popular archaeology and the archaeologist as hero. In: J. Balme y Beck, W. eds. *Gendered Archaeology. The Second Australian Women in Archaeology Conference*. Canberra. ANH Publications: 43-47.
- ZORPIDU, S.
2004 The Public Image of the Female Archaeologist. The Case of Lara Croft. In H. Bolin ed. *The Interplay of Past and Present*: Huddinge. Södertörns högskola: 101-107.

ARQUEOLOGIA E PÚBLICO: PESQUISAS E PROCESSOS DE MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA NA IMPRENSA BRASILEIRA

*Manuelina Maria Duarte Cândido**

Resumo: Este artigo desenvolve uma reflexão sobre Museus, Arqueologia e Imprensa. Seu objetivo é discutir como a Arqueologia é apresentada para o grande público pela imprensa e que papel cabe à musealização da Arqueologia na relação entre Arqueologia e público. O texto compara as matérias publicadas na mídia escrita em 2000 e 2006 e tenta compreender que imagens de arqueólogos, da Arqueologia e dos museus de Arqueologia são construídas por estes veículos de comunicação.

Palavras-chave: Arqueologia, Arqueologia Pública, imprensa, museus

Introdução

Desenvolvemos aqui uma reflexão sobre Museus, Arqueologia e Imprensa. O objetivo é discutir como a Arqueologia é apresentada para o grande público pela imprensa e também o papel da musealização da Arqueologia nesta relação entre Arqueologia e público.

Por que este destaque especial para a busca de referências a museus nas matérias? A publicização da Arqueologia, é sabido, tem sido realizada também por outros caminhos como a educação patrimonial, a abertura de espaços à visitação pública e a organização de publicações voltadas para leigos. Consideramos, porém, que o processo de musealização é a única via capaz de consoli-

dar a cadeia operatória completa de preservação, indo da salvaguarda à comunicação patrimonial podendo, no caso da Arqueologia, abrigar acervos coletados, propiciar a pesquisa interdisciplinar, estabelecer processos de gestão do patrimônio arqueológico em longo prazo e fomentar a extroversão dos acervos juntamente com a publicação dos resultados das pesquisas, por meio de exposições e ação educativa sistemática e permanente (CÂNDIDO, FORTUNA e POZZI, 2001). Por esta razão, mostras temporárias não correspondem amplamente à nossa busca pela referência a museus, embora quando elas servem à extroversão para públicos remotos geograficamente, de um acervo museológico que itenera, possamos compreender aí uma extensão da comunicação museológica.

Este artigo originalmente foi um trabalho da disciplina Patrimônio Arqueológico e Musealização, realizada no âmbito do mestrado em Arqueologia, em 2001, com a

(*) Historiadora, especialista em Museologia, Mestre em Arqueologia, Diretora do Museu da Imagem e do Som do Ceará. manuelin@uol.com.br

profa. Dra. Cristina Bruno. Na época o período destacado para análise foi o ano de 2000, que além de recente oferecia a possibilidade de confrontar as reportagens referentes à Mostra do Redescobrimento¹, evento realizado por ocasião dos 500 anos da chegada dos portugueses às terras brasileiras, com as ocorrências de matérias sobre Arqueologia de uma maneira mais geral. Para a presente publicação foi feita uma atualização, confrontando com dados de 2006.

Em 2001, selecionamos como fontes de pesquisa os seguintes veículos de comunicação: a revista semanal *Veja*, o diário *Folha de São Paulo* e a revista *Ciência Hoje*, periódico mensal de divulgação científica, mas ainda de caráter leigo. As buscas foram feitas na *internet* (*Folha de São Paulo* e *Veja*) a partir da palavra-chave Arqueologia. Foi localizada uma série ampla de matérias, lida na íntegra, a partir da qual buscamos, inicialmente, perceber as imagens da Arqueologia e dos profissionais arqueólogos divulgadas.

Esta opção partia de um pressuposto, confirmado no decorrer das pesquisas, de que as ocorrências estritamente vinculadas a museus de Arqueologia seriam muito pouco freqüentes. Por outro lado, a percepção do universo mais amplo da divulgação da Arqueologia em periódicos para só então afinar e chegar à presença ou não de menções, nessas matérias, de processos ou instituições museológicas atreladas à pesquisa arqueológica, oferece, pela própria existência de lacunas, uma informação indubitavelmente relevante.

(1) A "Mostra do Redescobrimento Brasil + 500" foi um grande evento expositivo na cidade de São Paulo, que pretendeu reunir um amplo panorama da arte brasileira, da pré-história à contemporaneidade. Ocorreu no Parque do Ibirapuera, entre 25 de abril e 10 de setembro de 2000, tendo se estendido dois dias além do previsto devido à procura massiva do público. Localizava-se em três pavilhões do Ibirapuera e numa tenda construída para abrigar o Cine Caverna.

O terceiro periódico selecionado, *Ciência Hoje*, não disponibiliza pela *internet* os mesmos recursos dos demais, como íntegra das matérias e busca por palavras-chave. Portanto, recorreremos à consulta direta dos mesmos em biblioteca, respeitando o critério adotado para os demais, segundo o qual as matérias que mencionassem a Arqueologia foram lidas integralmente para apreensão da forma de divulgação dela e de seus profissionais, e só então lançamos um olhar dirigido para a percepção da presença ou não de informações acerca de museus ou processos e instituições museológicas relacionados ao tema.

Para efeito dos dados quantitativos apresentados no artigo, esclarecemos que não foram contabilizadas as referências a museus quando apareciam apenas como instituição de origem de um pesquisador citado na matéria. Feita esta observação, podemos, porém perceber que no campo das publicações os arqueólogos têm tomado iniciativas voltadas à produção de livros para o público leigo e duas ações neste sentido se destacaram em 2006, aparecendo com proeminência nas matérias da *Folha de São Paulo* à época dos respectivos lançamentos: *O Brasil antes dos Brasileiros*, de André Prous, e *Arqueologia da Amazônia*, de Eduardo Góes Neves.

Arqueologia e imprensa: criando os mitos

"A voz de Niède Guidon soa divertida, ainda que cansada, quando fala de seus desafetos nos feudos da arqueologia brasileira. Estava certa a agente de turismo Rosa Trakalo ao dizer que a melhor hora para entrevistar a "doutora" seria de carona com ela em suas andanças por São Raimundo Nonato, no sudeste do Piauí. Guidon, 67, dirigindo uma picape Nissan Frontier cabine dupla, conta com tração nas quatro rodas para enfrentar qualquer atoleiro da caatinga verde de inverno (estação de chuvas), e não tem travas na língua.

Ar-condicionado ligado, garrafa de água mineral Perrier acondicionada entre o banco e o freio de mão, a arqueóloga dispara tranqüila seus ataques a adversários como André Prous, da Universidade Federal de Minas Gerais, contra o qual move processo por danos materiais." (Folha de São Paulo, 19/03/2000)

"Em meio ao caos de sua sala no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, o arqueólogo Eduardo Góes Neves, 34, ouve Led Zeppelin e vasculha arquivos num laptop. Ao lado do computador, uma profusão de slides, mapas, livros e cacos de cerâmica. Dentro dele, uma seqüência de números que, se confirmados, podem mudar as teorias sobre a ocupação da Amazônia." (Folha de São Paulo, 29/10/2000)

Com estas descrições de alguns dos profissionais de Arqueologia brasileiros e de suas atitudes, introduzimos nosso tema de discussão. A imagem de um Indiana Jones ou de um ser tão exótico quanto o esperado dos objetos de sua pesquisa é a tônica de grande parte do que a imprensa divulga quando fala dos arqueólogos. Predomina uma visão fantasiosa, realçando detalhes escolhidos a dedo para reforçar a imagem pretendida.

Para RENFREW e BAHN (1998:09) esta tendência é compreensível pela combinação de atividade física de campo com busca intelectual, de tal forma que inclusive escritores de ficção enxergaram este filão gerado pelo fascínio com a mescla de perigo e trabalho investigativo. Exemplo clássico é o da escritora Agatha Christie, que buscou inspiração em casa: seu marido era arqueólogo.

Por outro lado, as confusões recorrentes no senso comum ainda ocorrem nos órgãos de imprensa, como se percebe ao solicitar em consulta pela palavra-chave 'Arqueologia', a chegada de diversas matérias cujo teor, na verdade, é de Paleontologia.

As ocorrências do termo Arqueologia nos órgãos de imprensa selecionados para a pesquisa, em busca feita por palavra-chave,

muitas vezes vêm associadas a outros temas, onde apenas a expressão Arqueologia é mencionada em contextos distintos. Por exemplo, quando o assunto é comportamento e é usada a expressão "arqueologia das atitudes", significando uma busca de aprofundamento e de desvelar um assunto em camadas. Estas matérias não foram elencadas nos anexos e nossa análise deteve-se sobre aquelas estritamente de caráter arqueológico.

No periódico Folha de São Paulo, no ano 2000, apareceram 149 matérias onde se encontrava a temática da Arqueologia. Destas, aproximadamente 62% são nacionais (sendo que 16% falam sobre a Mostra do Redescobrimto) e 38% são internacionais.

Estas porcentagens refletem também o fato de que outras matérias, ainda que não diretamente ligadas à Mostra, possam ter surgido também do contexto de atração do público pelos temas lá expostos, como o caderno especial MAIS! de março de 2000 e várias pequenas matérias explicativas para o público infantil na Folhinha.

Da mesma forma, seria bastante significativa a elaboração de pesquisas sobre a conseqüência dos eventos em torno dos 500 anos e da Mostra do Redescobrimto na freqüência a museus, especialmente na cidade de São Paulo.

As opiniões a respeito da Mostra que permeiam o material estudado também soam muito variadas, indo do total deslumbre à crítica voraz. Alguns títulos referem-se à mesma como, por exemplo, Mostra do Deslumbramento.

Na Veja, a proporção acima se inverte, com 13 matérias no ano de 2000, sendo 10 internacionais, 3 nacionais e, destas, 1 sobre a Mostra do Redescobrimto. Portanto, é posta em relevo a Arqueologia estrangeira, mas não as pesquisas realizadas aqui. Nesta revista, é de se destacar, ainda, que a matéria de maior volume seja uma entrevista com o escritor Christian Jacq, que escreve livros de ficção, tendo a Arqueologia apenas como uma inspiração livre para sua obra.

A revista Ciência Hoje, periódico mensal de divulgação científica da Sociedade Brasi-

leira para o Progresso da Ciência (SBPC), pode ser considerada uma intermediária entre uma revista de caráter científico e um órgão de divulgação para públicos leigos. Ela faz parte do Projeto Ciência Hoje, integrado ainda pela revista Ciência Hoje das Crianças; o multimídia Ciência Hoje das Crianças; a Ciência Hoje Online, na *internet*; e os volumes temáticos Ciência Hoje na Escola.

No ano 2000, foram publicados 11 números dessa revista, do número 157 ao 167, compreendendo três volumes, do 26 ao 28. Nestes, localizamos 6 itens relacionados ao tema da Arqueologia, sendo um deles uma resposta a pergunta de um leitor, uma resenha de livro de Arqueologia e 4 matérias. Todos eles são a respeito de questões da Arqueologia brasileira e nenhum se refere explicitamente à Mostra do Redescobrimto, embora uma matéria faça parte da série Brasil 500.

Na Veja e na Folha de São Paulo, o perfil das matérias é, em grande parte, sensacionalista, ligado a uma imagem bastante fantasiosa do arqueólogo e da Arqueologia. Além das descrições já transcritas aqui, várias expressões presentes nos textos remetem a um certo fascínio pela Arqueologia e a uma história de pilhagens ainda contemporaneamente. Há também um reforço do imaginário já forjado em filmes de ficção, onde as equipes de arqueólogos estão em disputa por tesouros ou pela primazia da descoberta, mas não propriamente por conclusões científicas.

Já a publicação da Ciência Hoje, tem claramente um objetivo mais científico, condizente com suas origens, e os artigos são muitas vezes redigidos pelos próprios arqueólogos. No caso dessa revista, uma observação a ser destacada é a não inclusão ou mesmo menção de fontes arqueológicas (musealizadas ou não) nos textos relacionados a pesquisas de cunho histórico, incluídos aí aqueles originários da Série Brasil 500. Exemplo disso são a matéria "O resgate da Amazônia colonial", cujas fontes são documentos do Arquivo Ultramarino de Portugal, e a entrevista concedida por Ronaldo Vainfas a Carlos Fausto e a Juliana Caetano sobre "A verdadeira conquista do

Brasil" (publicados em maio e outubro de 2000, respectivamente).

A questão do abandono das fontes arqueológicas nas interpretações da cultura brasileira já teve tratamento aprofundado na tese de doutorado de Cristina BRUNO (1995), sendo considerada "*uma estratigrafia de olhares interpretativos míopes em relação ao passado pré-colonial*". Essa dívida da historiografia nacional com relação ao olhar sobre a cultura material não se refere, segundo a autora, somente aos bens arqueológicos, mas aos museus em geral.

A hipótese sugerida na tese é pela utilização da Museologia como caminho de articulação entre o patrimônio arqueológico e as demais vertentes patrimoniais consideradas na constituição da memória nacional. Os modelos de musealização então apresentados são propostas para a efetivação desta idéia.

A autora denominou como "*estratigrafia do abandono*" a omissão dos intérpretes do Brasil diante das fontes arqueológicas, baseando esta afirmação em vasto exame bibliográfico. Os estudos analisados recorrem às fontes escritas, em detrimento das orais e da cultura material, fato observado também nas matérias acima mencionadas, a despeito do limitado universo de observação do estudo que agora realizamos.

Ainda na tese de Bruno, encontramos uma reflexão sobre os resultados desta postura dos intérpretes da cultura brasileira, realizada, a seu ver, em prejuízo da Arqueologia e como motor do distanciamento entre ela e o processo cultural contemporâneo. Para ela, a origem deste fenômeno está no desinteresse dos arqueólogos pela comunicação museológica das pesquisas de sua área.

Com base nessa análise, BRUNO (1995: 196) define o perfil dos problemas da musealização da Arqueologia:

"a) dificuldades em comunicar informações que apresentam problemas básicos, no que diz respeito à produção e gerenciamento do conhecimento;

b) problemas inerentes à aproximação entre a sociedade contemporânea e

os vestígios de um passado, cujo fio condutor foi rompido pelos processos de colonização e imigração;

c) impasses no que diz respeito à mediação entre as características dos museus tradicionais e a demanda relacionada aos novos processos museais”.

Museus de Arqueologia e imprensa: longa distância a ser percorrida

Entendemos a Museologia como disciplina aplicada ligada à experimentação, sistematização e teorização do conhecimento produzido em torno do fato museal, ou seja: da relação do homem com o objeto no cenário museológico. Cada vez mais, os museus têm se afirmado como canais de comunicação, como se pôde ver no documento internacional denominado Carta de Caracas, de 1992.

Apesar disto, ainda hoje muitos museus têm priorizado as ações de salvaguarda patrimonial – embora também existam aqueles que só se importam com a extroversão – e muitas discussões recentes da Museologia têm se debatido ainda com a problemática do equilíbrio entre salvaguarda e comunicação patrimoniais.

Por outro lado, a Arqueologia, que em muitos momentos se aproxima da Museologia em princípios (como a relação estreita com a cultura material – ver CÂNDIDO, 2004) ou problemas (patrimônio fragmentário, vestigial), forma um universo de aplicação da Museologia que convive muito fortemente com as dificuldades de comunicar o patrimônio material e o conhecimento científico produzido sobre ele para os públicos leigos.

Na tese citada, BRUNO (1995: 65) aponta vários desafios para os museus hoje, entre eles, os de Arqueologia: a necessidade de critérios para guarda e controle do volume dos acervos, em irrefreável expansão; a adequação das instituições às crescentes demandas sociais e a resolução dos impasses no diálogo com o público; e a delimitação

precisa da função social da instituição museu de acordo com um perfil preservacionista, científico e educativo.

Entretanto, as pesquisas arqueológicas têm tradicionalmente uma tendência à divulgação de seus resultados nos meios acadêmicos, realizada via congressos e publicações científicas. Isto reforça uma característica de restrição da comunicação dos resultados dos trabalhos dos pesquisadores de Arqueologia aos seus pares, cenário que vem tendo alguma alteração nas publicações das últimas décadas (FUNARI e ROBRAHN-GONZALEZ, 2006; BASTOS, BRUHNS e TEIXEIRA, 2006; SCHMITZ, 1988; ANDRADE LIMA, 2000; JORGE, 2000; ALMEIDA, 2002; MILDRE, 2006, entre outros) e na programação do XIV da Sociedade de Arqueologia Brasileira, de 2007, com várias sessões de comunicações sobre educação patrimonial e sobre museus e coleções.

Acontece que se, em geral, esta não é ainda uma preocupação largamente disseminada, por outro a busca dos arqueólogos em divulgar seus trabalhos para públicos leigos não significa que estejam, em todos os casos, contemplando também os museus como veículo para esta comunicação².

Isto reflete de uma maneira ainda mais distorcida na imprensa, onde os museus só são citados em matérias a respeito da Arqueologia como instituição de origem dos pesquisadores. Algumas das opções dos arqueólogos para a comunicação pública de suas pesquisas citadas nas matérias jornalísticas em questão são a exploração

(2) Isto pode significar processos de extroversão das pesquisas arqueológicas de contrato, por exemplo, feitas de uma maneira muito imediata e por vezes superficial, apenas para atender à legislação em vigor. É comum não haver continuidade, no caso das ações educativas, e nem ações relativas à responsabilidade definitiva pelo patrimônio que vem à luz por um procedimento destrutivo (a escavação), responsabilidade esta que só será plenamente atendida se gerar processos de musealização (que englobam as plenas salvaguarda e a comunicação do acervo).

turística, a reconstrução de ruínas em realidade virtual, etc.

Outra evidência desta distorção é o fato observado na Folha de São Paulo, de que, no que se refere à comunicação dos resultados das pesquisas arqueológicas, a Editoria de Ciências privilegia divulgar informações oriundas de revistas científicas, enquanto a de Turismo é que abre espaço para o destaque à existência dos museus. Os museus não são tidos como lugares de produção científica e de construção do saber, apenas de exibição de objetos para apreciação.

Até mesmo a discussão de polêmicas atuais da musealização da Arqueologia, como a musealização *'in situ'* x deslocamento dos vestígios para museus, são encontradas em artigos da Editoria de Turismo – mas não na de Ciências – introduzindo o tema, apesar de sua superficialidade. É o caso da matéria intitulada “História é resgatada na terra e no mar” (Folha de São Paulo, 17/01/2000), sobre escavações arqueológicas no centro de Beirute. A menção dos museus como atrativo turístico em cidades como Beirute (Líbano), Barcelona (Espanha), Conímbriga (Portugal), San Pedro de Atacama (Chile) etc, é a motivação mais freqüente para que apareçam na Editoria de Turismo. Desta forma, a despeito de outras funções e atividades desempenhadas pelo museu, notadamente aquelas ditas ‘de bastidores’, o que chega ao público por intermédio deste veículo de imprensa é meramente a existência de peças em exposição. O aspecto científico dessas instituições fica em segundo plano.

Igual tratamento recebe o Museu Dom Bosco, de Campo Grande em matéria da Editoria de Turismo da Folha, uma das poucas que detalham o interior de um museu brasileiro. A frase a seguir pode ser elucidativa sobre o teor do texto “Conchas e cocares cobrem parede de museu” (27/11/2000): “*A visita é válida se você é daqueles que gostam de ver curiosidades...*”

Por outro lado, uma editoria como a de Ciências, realça a credibilidade das pesquisas arqueológicas ao vincular o pesquisador a alguma universidade renomada, ou mes-

mo ao citar a publicação de suas pesquisas por revistas científicas internacionais, mas não dá o mesmo peso à necessidade de divulgação deste saber para o grande público.

Ademais, a imprensa destaca como pesquisa arqueológica a escavação, não apontando as possibilidades da Arqueologia não destrutiva ou da pesquisa em acervos de museus. Nas raras ocasiões em que chega a apontar trabalhos de gabinete, refere-se somente aos resultados divulgados via periódicos científicos, não em exposições museológicas, por exemplo.

Há que se observar também que a Folha, editoria do Jornal Folha de São Paulo destinada ao público infantil, que ao longo do ano analisado exerceu forte influência na interlocução entre a Arqueologia e as crianças, esclarecendo questões como o surgimento dos Tupi, o modo de vida indígena na atualidade ou o trabalho do arqueólogo, não destaque com a mesma ênfase a atividade museal. Isto significa a desconsideração da possibilidade de uma larga formação de futuros públicos para os museus.

As numerosas ocorrências da palavra-chave Arqueologia na ‘Ilustrada’ dizem respeito, em geral, a matérias sobre a Mostra do Redescobrimto que traziam em algum momento a menção ao Módulo de Arqueologia ou ao Cine Caverna, onde um filme a este respeito estava sendo apresentado durante todo o evento.

Na Veja, em todo o ano de 2000, aparecem 13 matérias de Arqueologia, apenas 3 delas sobre temáticas nacionais. A grande maioria é internacional e não menciona museus.

Uma matéria curiosamente captada pela palavra-chave Arqueologia na Veja foi “Escola de profissões: as matérias que ajudam na orientação vocacional” (23/08/2000), em que foi tratada a oportunidade que algumas escolas brasileiras começam a oferecer, do aluno conhecer universos profissionais em meio às disciplinas optativas, como forma de orientação para as escolhas vocacionais. Conhecer o trabalho dos arqueólogos teve, no texto, o mesmo destaque dado à possibilidade de ver a ação de um advogado no fórum.

A matéria “Mausoléu na selva: urnas antropomorfadas revelam segredos de um povo amazônico extinto há mais de 300 anos” (14/06/2000), faz referência a urnas funerárias e maracás, mencionando o Museu Paraense Emílio Goeldi como guardião de uma coleção deles e sua catalogação como objetos museológicos. Portanto, sutilmente introduz o tema do museu como local de estudo de coleções, apesar de esclarecer que esta catalogação era, até então, bastante genérica. O potencial museológico dos objetos em questão ainda não estava devidamente explorado, apesar das peças terem vindo para a Mostra do Redescobrimento.

O texto “História afogada: represa na Turquia vai inundar antigas cidades romanas com mosaicos de 2000 anos” (17/05/2000) dá espaço para a informação sobre trabalhos de salvamento arqueológico como o que removeu, na década de 60 do século XX, as estátuas de Ramsés II ameaçadas pela represa de Assua, no Egito.

Mas é interessante perceber que das poucas matérias internacionais que mencionam museus (duas), uma é a entrevista já mencionada com o escritor Christian Jacq, que toca num tema bastante polêmico, a questão da repatriação de bens arqueológicos egípcios que hoje se encontram em grandes museus europeus. Ainda arrisca uma sugestão: a colocação de reproduções dos monumentos nos lugares de origem e a manutenção dos originais nos museus onde hoje se encontram.

A matéria “Impávido colosso: Mostra do Redescobrimento é a maior já feita no país, reunindo 15000 obras” (26/04/2000) revela uma curiosa visão de museu. Segundo seu autor, Carlos Graieb, a mostra evidenciou um debate entre os críticos que consideram o museu um ‘repositório de tesouros’ e os que vêem nele um espaço para o entretenimento.

Em primeiro lugar, a matéria nos remete à questão da inexistência de críticos especializados em museus, que debatam, com maior propriedade, as questões e os eventos da área na grande imprensa. Esta crítica acaba sempre nas mãos de artistas

plásticos, historiadores da arte e jornalistas, com uma visão externa e desprovida de bases conceituais, perpetuando o senso comum e a avaliação meramente estética dos mesmos.

Por outro lado, o autor demonstra desconhecer outras potencialidades dos museus e todo o debate em torno do museu-fórum, de sua função social, entre outros temas (CÂNDIDO, 2003). O museu, naquele discurso, tem somente duas alternativas: o museu-templo ou um parque de diversões. Mais uma vez, não é espaço do conhecimento, da razão.

A matéria propõe ainda uma moderação quanto ao otimismo gerado pelo interesse da iniciativa privada em financiar o evento, criticando a conclusão apressada de que uma ‘nova classe de mecenas’³ estivesse surgindo. Cita um dos organizadores da mostra para realçar o fato de que os novos públicos de exposições que foram atraídos pelo evento precisem continuar a ser estimulados. Acrescentamos que seria interessante uma pesquisa que avaliasse a consequência deste tipo de evento na frequência a museus.

A Ciência Hoje, como já foi mencionado, tem uma postura mais científica no tratamento das questões de Arqueologia, uma preocupação em esclarecer sem cair no senso comum, e, especialmente, espaço para os próprios arqueólogos se colocarem, seja na resposta aos leitores, seja na resenha de obras de circulação acadêmica da área.

É nela também que encontramos pela primeira vez a palavra “Museologia”, na matéria “Um museu no cerrado”, de Maya Mitre. Refere-se ao núcleo museológico da Estação Ecológica de Corumbá, em Arcos (MG),

(3) Caberia uma menção ao fato da empresa organizadora da Mostra ser ligada ao antigo Banco Santos, instituição financeira sob intervenção do Banco Central. Seu proprietário, Edegar Cid Ferreira, está sendo investigado por lavagem de dinheiro, desvio de recursos, evasão de divisas e ocultação de obras de arte, entre outras. Em virtude disto, teve seus bens particulares, incluídos acervos como o arqueológico – grande parte dele exposto na Mostra em questão – recolhidos a museus públicos até a definição da questão.

um espaço com exposição, centro de visitantes e 120 peças catalogadas, além de um projeto educativo que enfatiza a necessidade de preservação das pinturas e gravuras rupestres existentes na região. O texto realça a característica do núcleo que, ao invés de situar-se longe das áreas de coleta do acervo, está localizado junto à área de pesquisas, inserido nas ações de preservação dos sítios arqueológicos e arquitetonicamente integrado à paisagem do lugar. Além disso, aponta para os fins de investigação e produção científica aos quais o núcleo pode atender. É uma pena que o âmbito de divulgação de textos como este não seja tão amplo quanto o dos demais meios de comunicação estudados.

Balanço das matérias publicadas no ano 2000

Inicialmente podemos considerar que a imprensa, no que diz respeito à Arqueologia, reforça velhos sentidos comuns e prolonga mitos, pouco contribuindo para uma informação séria e para o desenvolvimento da criticidade a respeito deste tema.

Em relação à musealização da Arqueologia, as abordagens são menos frequentes e remetem, muito comumente, não ao esclarecimento da Museologia como campo disciplinar com objetivos e metodologias próprios e em construção, mas ao realce do museu como lugar de relíquias e como cartão postal a ser visitado em outras cidades. Uma espécie de lugar sagrado imperdível em roteiros turísticos.

De uma forma geral, aspectos como a função social do museu, seu potencial educativo e fomentador de consciências críticas é ignorado e a divulgação dos museus passa ao largo de questões como a formação de identidades locais. Vemos uma repetição da noção já ultrapassada de museu-templo, em total desconhecimento das discussões da Museologia que visam sua transformação em local de diálogo com os públicos.

O tema da Arqueologia esteve em evidência nesse ano sob influência das comemora-

ções dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil e dos inúmeros eventos criados ao redor disto, especialmente, em São Paulo, a Mostra do Redescobrimento, no Parque do Ibirapuera. O grande interesse da população em mais uma vez 'marcar presença' num grande evento expositivo da metrópole fez explodirem as expectativas de público e foi ao mesmo tempo geradora e produto de uma irrefreada corrida dos meios de comunicação para noticiarem a mostra e apresentarem grande quantidade de informações sobre temas a ela relacionados. O que não significa, necessariamente, que estes temas voltem à baila com a mesma frequência, agora que arrefeceram os ânimos em relação a tudo que diz respeito às origens do país.

A relação entre a Arqueologia e a imprensa chegou a ser discutida ao final da 2ª Reunião internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul, em Olavarria, na Argentina, conforme foi divulgado na Folha de São Paulo em 29/10/2000. Lá, foi considerado que os meios de comunicação tendem a exagerar e simplificar alguns aspectos da Arqueologia.

A história da relação entre Arqueologia e imprensa ainda parece, hoje, marcada pelo estereótipo sensacionalista dos primórdios, como a quando a descoberta do túmulo de Tutancamon, em 1922, virou manchete nos jornais e originou todo um mito, rodeado por misteriosas lendas de maldições, etc.

O debate de Olavarria, como ocorre repetidamente nos encontros científicos de Arqueologia, não incluiu uma discussão equivalente no que diz respeito à musealização da Arqueologia. Esta é uma perspectiva aberta pouco a pouco por espaços de reflexão como a disciplina Patrimônio Arqueológico e Musealização, no âmbito da pós-graduação em Arqueologia da Universidade de São Paulo.

Análise das matérias publicadas em 2006

Foi feita uma busca abrangente que considerou todas as referências à Arqueologia, fosse vinculada a pesquisas, acervos ou pro-

fissionais da área. Novamente encontramos na busca uma série de matérias que não se referem propriamente à Arqueologia, mas na busca por palavras apareceram por terem o termo arqueologia como metáfora – “arqueologia da ética”, na matéria “Cinco anos sem Covas” (16/03/2006) –, como no caso da arqueologia da arquitetura citada na matéria “Artista francês modifica paredes do Sesc Paulista” (14/11/2006) não no sentido próprio da expressão⁴ mas no das intervenções artísticas ou instalações realizadas pelo artista plástico Georges Rousse em prédios prestes a demolição; no sentido de pesquisa e registro acurado de uma situação: “Gitai investiga microcosmo em ‘Notícias do Lar...’” (20/10/2006); “Arqueologia do PCC” (22/05/2006); no sentido de recuperação: “Arqueologia digital” (24/04/2006), sobre clássicos de Joaquim Pedro de Andrade, restaurados por meio de novas tecnologias.

Foram consideradas todas as inserções do tema Arqueologia no corpo do jornal, fosse em matérias completas, fosse em cartas de leitores, textos-legenda e serviços de informação sobre opções de lazer que incluíssem museus e exposições de Arqueologia. Há situações em que a matéria não se refere a Arqueologia mas, na busca por palavras, apareceu lista porque o arqueólogo é entrevistado, mas numa situação comum como cidadão, e a respeito de sua vida social ou política. Exemplos disto são Niède Guidon respondendo em quem votaria para Presidente da República, e Eduardo Neves falando de sua relação com a bola, em uma matéria sobre futebol. Nestes casos não consideramos a matéria para efeito desta análise. Como era de se esperar, aparece uma referência a Indiana Jones, na busca pela

palavra-chave arqueólogo: “O melhor de Harrison Ford” (10/02/2006) . Por motivos óbvios, não foi contabilizada.

Chama a atenção a grande incidência da palavra tesouro nos textos jornalísticos sobre Arqueologia. Apenas nas reportagens (129 no total) com a palavra Arqueologia, “tesouro” aparece 37 vezes. Esta observação é apenas para alertar a respeito da persistência da aura de exotismo e de “caça ao tesouro”, ainda muito associada à prática da Arqueologia e que motiva a ação ilegal de amadores e aventureiros. Entre as 129 matérias, 76 são internacionais (destas apenas 15 citam museus) e 53 são nacionais, sendo que 24 citam museus. Pelo menos nestes aspectos as matérias sobre Arqueologia no Brasil parecem ter mais consistência ou, minimamente, refletem um trabalho dos museus relativo à ênfase na divulgação do patrimônio em âmbito local.

Outros temas importantes abordados implícita ou explicitamente nas matérias foram: o tráfico ilícito de bens arqueológicos, a tradição de desterritorialização e os cada vez mais frequentes pedidos de repatriamento; a emergência da arqueologia de contrato; a publicização necessária sobre a legislação relativa a impactos; as demandas dos termos de ajuste de conduta; a mobilização pública em defesa do patrimônio; e a formação profissional neste novo contexto. No âmbito acadêmico essas discussões são candentes e estão presentes em autores como BRUNO (1995, 2005), FUNARI (2000, 2003), TAMANINI (1998, 1999), CÂNDIDO (2004), MARTINS (2000), só para citar alguns.

São questões que, para além da reflexão gerada por estes veículos junto à população em geral, intrigam e geram debates e polêmicas mesmo nos círculos especializados. Para o público leigo, porém, as matérias trazem algumas discussões implícitas que são relevantes para a compreensão da ciência em geral e da Arqueologia enquanto ciência, como a pesquisa baseada em hipóteses, a convivência de modelos interpretativos diferentes até a comprovação de uma hipótese, portanto, a ciência como construção. Maté-

(4) “Arqueologia da arquitetura” é uma expressão que designa trabalhos integrados de restauração e investigação arqueológica, como na experiência da reatuação da catedral de Santa Maria em Vitória-Gasteiz, Espanha. Ver o site <http://www.catedralvitoria.com/index.html>.

rias chegam a abordar a diversidade das evidências arqueológicas existentes em um sítio e, conseqüentemente, a necessidade de interpretação do sítio como um todo. Contribuem assim, para a conscientização sobre o problema da interpretação em sítios já alterados.

Considerações finais

A perspectiva teórica que conduz a esta análise sobre representações de Arqueologia e dos arqueólogos no Brasil parte da compreensão pós-processualista de que “o exercício da Arqueologia é um ato político” (ALMEIDA, 2002: 25) e de que a construção do conhecimento em Arqueologia não é neutra, mas historicamente elaborada. Nesta linha, a divulgação das pesquisas é entendida também como parte do compromisso profissional do arqueólogo.

BANH e RENFREW (1998: 505) alertam que a não publicação dos resultados das pesquisas é um roubo, mais que isto, um duplo roubo, já que recaem em mal-versação de verbas públicas e em ocultamento da informação. Em seguida, reconhecem um evidente apetite do público em relação à Arqueologia (1998: 507). Portanto, ao mesmo tempo em que cabe ao arqueólogo avançar na pesquisa e na produção de conhecimento, é sua responsabilidade avaliar as representações sociais da Arqueologia, dos arqueólogos, dos museus de Arqueologia, e desconstruir conceitos equivocados e estanques, propor uma crítica e autocrítica constantes no âmbito da Arqueologia e de sua relação com a sociedade.

Ao final da comparação entre as matérias publicadas na Folha de São Paulo em 2000 e em 2006 ficou confirmada a expectativa de que a proporção de mais matérias nacionais que internacionais vista em 2000 não se confirmasse, pois já se esperava que o chamariz maior daquele ano para matérias sobre arqueologia brasileira fosse o marco dos 500 anos e a Mostra do Redescobrimto. No geral, em

anos comuns, transparece ainda uma idéia de Arqueologia como algo reservado a países estrangeiros, especialmente no Mediterrâneo e Médio Oriente, e em parte da América espanhola, notadamente Peru e México.

Nesse intervalo de tempo entre os dois períodos analisados, houve um aprofundamento de alguns aspectos relativos a um novo panorama da relação entre Arqueologia e sociedade. Nas matérias publicadas em 2006 há indícios muito mais freqüentes que em 2000 da demanda por trabalhos de arqueologia de salvamento.

Há menções diversas a respeito da iminência de destruição de sítios arqueológicos no Brasil e no exterior por conta da expansão de obras públicas e empreendimentos privados. O tom oscila entre a denúncia da destruição dos sítios – “Obras da BR-1001 inutilizam sítio arqueológico em SC” – (26/11/2006) e a queixa sobre os atrasos em obras devido à pesquisa arqueológica: “Ruína arqueológica para obra em Pequim” (17/10/2006). Muito se falou sobre sítios arqueológicos encontrados nos locais em que seriam realizadas obras para as olimpíadas de 2008 – “Pequim-2008 encontra cemitério de eunucos” –, assim como já ocorrera no período anterior às Olimpíadas de Atenas, em 2004. Aliás, estará o Brasil preparado e com profissionais suficientes para as demandas em várias cidades decorrentes de obras de infraestrutura para a tão sonhada Copa do Mundo de 2014?

No Brasil, este avanço da atenção e da demanda por trabalhos de pesquisa arqueológica em áreas ameaçadas de impacto por empreendimentos, decorrem especialmente das pressões legais, como a lei 3924/61, a Constituição Federal de 1988 e a Portaria nº 230, de 17/12/2002, do IPHAN, que estabelece procedimentos para compatibilização das fases de obtenção de licenças ambientais com as da pesquisa arqueológica.

Pelas matérias publicadas em alguns dos mais importantes veículos da imprensa escrita brasileira, fica evidente que à legisla-

ção refinada não corresponde uma maior compreensão pela sociedade do sentido desta proteção: Matérias como “Ibama pára obra ferroviária do governo Lula” (18/10/2006) tocam um ponto sensível da relação entre preservação e desenvolvimento. Pode se estar criando aí um novo papel ou caricatura de arqueólogo.

Agradecimentos:

Agradeço à Profa. Dra. Cristina Bruno o incentivo para retomar este texto e prepará-lo para publicação. A Verônica Viana e Karlla Andrêssa Soares a leitura atenta e sugestões. A responsabilidade pelo conteúdo é exclusivamnte da autora.

Abstract: This article develops a reflection on Museums, Archaeology and the Press. Its objective is to discuss how Archaeology is presented for the great public for the press and the role of the Archaeology's musealization between Archaeology and public. The text compares the articles published in the written media in two different years, 2000 and 2006, and tries to understand how images of archaeologists, Archaeology and museums of Archaeology are constructed by these vehicles of communication.

Key words: Archaeology, Public Archaeology, press, museums

Fontes Bibliográficas

- ALMEIDA, MÁRCIA BEZERRA
2002 *O Australopithecus corcunda: as crianças e a Arqueologia em um projeto de Arqueologia pública na escola.* São Paulo: FFLCH/USP. (Tese de Doutorado)
- ANDRADE LIMA, TANIA
2000 “A ética que temos e a ética que queremos: (ou como falar de princípios neste conturbado fim de milênio)” in MENDONÇA DE SOUZA, S. M. F. (org.) *Anais do IX Congresso de Arqueologia Brasileira* [CD ROM], 1ª Edição [Rio de Janeiro], SAB, agosto.
- BAHN, PAUL; RENFREW, COLIN
1998 *Arqueologia: teorias, métodos y práctica.* Madrid: Akal Ediciones. (Serie Textos)
- BASTOS, ROSSANO L.; BRUHNS, KATIANNE; TEIXEIRA, ADRIANA
2006 *Vamos conhecer e colorir nossa arqueologia.* Florianópolis: IPHAN. v. 1. 15 p.
- BRUNO, MARIA CRISTINA OLIVEIRA
1995 *Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema.* São Paulo: FFLCH/USP. (Tese de Doutorado).
- BRUNO, MARIA CRISTINA OLIVEIRA.
2005 *Arqueologia e antropofagia: a musealização dos sítios arqueológicos.* *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 31, p. 234-247.
- CAMERON, DUNCAN.
1992 “*Le musée: un temple ou un forum*” (1971) in DESVALLÉES, André. *Vagues: une anthologie de la nouvelle museologie.* Paris: W M. N. E. S., p. 77-86.
- CÂNDIDO, MANUELINA MARIA DUARTE; FORTUNA, CARLOS ALEXANDRE; POZZI, HENRIQUE ALEXANDRE.
2001 “A Arqueologia na Ótica Patrimonial: uma proposta para ser discutida pelos arqueólogos brasileiros”. In: *Canindé – Revista do Museu de Arqueologia de Xingó*, nº 1. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, Dezembro. p. 129-156.
- CÂNDIDO, MANUELINA MARIA DUARTE.
2004 *Arqueologia musealizada: patrimônio cultural e preservação em Fernando de Noronha.* São Paulo: FFLCH/USP. (Dissertação de Mestrado em Arqueologia).
- CÂNDIDO, MANUELINA MARIA DUARTE
2003 *Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro.* Lisboa: ULHT. (Cadernos de Sociomuseologia, 20). 259 p.

- FUNARI, PEDRO PAULO A.
2003 *Arqueologia*. São Paulo: Contexto.
- FUNARI, PEDRO PAULO A.
2000 "Como se tornar arqueólogo no Brasil" in *Revista USP*, 44, 74-85. São Paulo: EDUSP.
- FUNARI, PEDRO PAULO A.; ROBRAHN-GONZALEZ, ERIKA (Eds.).
2006 *Revista de Arqueologia Pública*. Campinas: NEE/Unicamp.
- JORGE, VÍTOR OLIVEIRA
2000 *Arqueologia, Patrimônio e Cultura*. Lisboa: Instituto Piaget. (Coleção O Homem e a Cidade)
- MARTINS, LUCIANA CONRADO
2000 *Arqueologia de salvamento e os desafios dos processos de musealização*. São Paulo: MAE/USP. (Monografia do Curso de Especialização em Museologia)
- MILDER, SAUL EDUARDO SEIGUER (Org.).
2006 *As Várias Faces do Patrimônio*. Santa Maria: Pallotti.
- NEVES, EDUARDO GÓES.
2006 *Arqueologia da Amazônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Coleção Descobrimdo o Brasil)
- PROUS, ANDRÉ.
2006 *O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história do nosso país*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- SCHMITZ, PEDRO I.
1988 "O Patrimônio Arqueológico Brasileiro" in *Revista de Arqueologia*, vol. 05, Rio de Janeiro, SAB, pp. 11-18.
- TAMANINI, E.
1999 Museu, Educação e Arqueologia: Prospecções entre Teoria e Prática. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*, São Paulo, p. 339-345.
- TAMANINI, E..
1998 Museu, Arqueologia e o Público: um Olhar Necessário. In: FUNARI, Pedro Paulo. *Cultura Material e Arqueologia Histórica*, Campinas - SP, p. 179-220.

Periódicos

- Ciência Hoje. Ano 2000.
Folha de São Paulo. Anos 2000 e 2006.
Revista Veja. Ano 2000.

ANEXO 1

Lista de matérias que mencionam a Arqueologia no ano 2000

Folha de São Paulo

- Mostra celebra Brasil 500 com 5.800 obras (07/01/2000)
A saga de Ramsés e o preço do estrelato faraônico (08/01/2000)
Arranha-céu serve de fundo para ruína de Tiro (17/01/2000)
Viagem pela Costa é volta ao passado (17/01/2000)
História é resgatada na terra e no mar (17/01/2000)
O verdadeiro Armageddon (30/01/2000)
Arqueóloga diz que fósseis no Piauí podem ter 15 mil anos (10/02/2000)
Descoberta em Recife primeira sinagoga (08/02/2000)
Romanos passaram pela América (10/02/2000)
Ilhabela concentra 21 navios naufragados em sua costa (12/02/2000)
Lendas do mar viram realidade em Ilhabela (12/02/2000)
Paraná guarda últimos trechos da estrada indígena que cortava a América do Sul (20/02/2000)
Produtor rural preserva trilha (20/02/2000)
Cabeza de Vaca usou caminho (20/02/2000)
- Parabéns para quem? (22/02/2000)
Evento exhibe 6.500 obras no Ibirapuera (22/02/2000)
Sinagoga será centro de cultura judaica (28/02/2000)
SP ganha "oca mais bonita do mundo" (28/02/2000)
Equipe encontra artefatos de 800 mil anos (03/03/2000)
USP quer idéias de uso para casa tombada (11/03/2000)
Historiadores e aventureiros disputam sobra de naufrágios (19/03/2000)
União tem posse de objetos (19/03/2000)
500 anos de naufrágios (19/03/2000)
A falha arqueológica do Brasil (19/03/2000)
Arqueóloga é a alma do parque (19/03/2000)
Os sítios mais polêmicos do mundo (19/03/2000)
Masp festeja 100 anos de Bardi com mostra (23/02/2000)
Masp acelera reforma para homenagear Bardi (25/02/2000)
Civilização luxuosa (25/03/2000)
Mandioca e cerâmica colorida (25/03/2000)

- Em busca de Maira (25/03/2000)
Como surgiram os tupis (25/03/2000)
Como vivem os indígenas hoje (25/03/2000)
Brinque de arqueólogo (25/03/2000)
O Bambi da pré-história (25/03/2000)
Seis grupos que habitaram o Brasil (25/03/2000)
Como é o trabalho do arqueólogo (25/03/2000)
Montanhas de conchas (25/03/2000)
Casas debaixo do chão (25/03/2000)
Antes de o Brasil existir (25/03/2000)
Pé na estrada (25/03/2000)
Todo mundo morava junto (25/03/2000)
Retrato molecular do Brasil (26/03/2000)
Ossos e demografia desvendam desaparecimento e domesticação (27/03/2000)
'Os objetos vieram de forma legal' (02/04/2000)
Evento analisa a arqueologia no país (14/04/2000)
Redescobrimto se faz com R\$ 40 milhões e 15 mil obras (19/04/2000)
Artigo rebate tese sobre Kennewick (17/04/2000)
Pesquisadores estão pessimistas com a arqueologia brasileira (19/04/2000)
Oca (21/04/2000)
Identificado corpo do filho de Felipe 2º (21/04/2000)
O lascador de pedras (22/04/2000)
Oca de Niemeyer ganha cores indígenas (22/04/2000)
Módulos e destaques da mostra (25/04/2000)
Cine caverna aborda arqueologia (28/04/2000)
'Superdomingo' em SP atrai 170 mil pessoas (01/05/2000)
Homem pré-histórico ia à praia (08/05/2000)
Criticada, sinalização da exposição é toda refeita (11/05/2000)
Arte e história atraíram visitante da mostra (11/05/2000)
Conímbriga atrai pesquisador e turista (15/05/2000)
Oca do Ibirapuera recebe acervos do Beaubourg e do British Museum (20/05/2000)
A fabricação das bestas (21/05/2000)
Mostra temporária recria navios (22/05/2000)
Pesquisadores acham cidade de 6.000 anos (24/05/2000)
Urna funerária pode ter até 2.000 anos (27/05/2000)
Avião do escritor abatido em 1944 é descoberto (29/05/2000)
Dois museus podem conservar a peça (01/06/2000)
Livros tentam decifrar origens das receitas (09/06/2000)
Saiba mais sobre Zeugma (10/06/2000)
Perda é das maiores do mundo, diz pesquisador (10/06/2000)
Egito salvou sítios arqueológicos nos anos 60 (10/06/2000)
Turquia inunda tesouros gregos e romanos (10/06/2000)
Neandertais eram carnívoros vorazes e exímios predadores (13/06/2000)
Fabricação de tecidos ocorreu a 27 mil anos (16/06/2000)
Construção de hotel revela restos de aldeia (19/06/2000)
Cientistas estudam fóssil de réptil com penas mais antigo que dinossauros (23/06/2000)
Mostra do Redescobrimto faz workshop sobre conservação (25/07/2000)
Fortaleza do século 16 é descoberta na PB (26/07/2000)
Redescobrimto atinge marca de 1 milhão de visitantes em São Paulo (05/08/2000)
Femina ludopedicus (08/08/2000)
Tapeçaria asteca é encontrada no México (09/08/2000)
Gruta pode abrigar mapa astronômico de 16.500 anos (10/08/2000)
Invenções no Brasil (12/08/2000)
Homem já saiu da África com tecnologia (12/08/2000)
Barcelona transpira diversão e arte (14/08/2000)
Escavação tenta achar os alicerces do primeiro colégio jesuíta no país (15/08/2000)
Iglus de barro emergem de aldeia soterrada (21/08/2000)
Búlgaros acham palácio de líder do século 3º a.C. (24/08/2000)
Brasileiros mergulham no Titicaca (26/08/2000)
Mostra chega à reta final (27/08/2000)
Módulos irão para o Rio, Brasília, Europa e EUA (27/08/2000)
A segunda morte de Marajó (27/08/2000)
Pesquisadores acham sítios em Ilhabela (29/08/2000)
Veneza também já afundou no passado (30/08/2000)
Como salvar São Marcos (30/08/2000)
Em busca das raridades (01/09/2000)
Alemães descobrem observatório astronômico construído há 7.000 anos (02/09/2000)
Piauí tem pinturas rupestres em miniatura (04/09/2000)
Região teve duas escolas de arte em pedra (04/09/2000)
'Isso aqui é um negócio', diz Edegar Cid Ferreira (07/09/2000)
Galeristas criticam cenografia do evento (07/09/2000)
A mostra do deslumbramento (07/09/2000)
Ruína na Guatemala revela nova face maia (10/09/2000)
Redescobrimto termina em São Paulo hoje, às 22h (10/09/2000)
Mostra do Redescobrimto inicia 'turnê' pelo país (11/09/2000)
No mundo (11/09/2000)
Egito encontra mais de 102 múmias (12/09/2000)
Exploradores acham habitação humana vários metros abaixo do mar Negro (13/09/2000)
Sítio turco pode explicar 'dilúvios' (14/09/2000)
Mais de 900 mil pessoas visitam Mostra do Redescobrimto de graça (14/09/2000)
Chegada da National Geographic causa fim do Superstation (24/09/2000)
Cientistas iniciam caça a 'filhos' de Luzia (25/09/2000)
Fóssil de 9.300 anos pode ser dado a índios (29/09/2000)
Sítio arqueológico é aberto ao público; Psicanálise é tema de lançamentos (03/10/2000)
Cultura traz a vida do homem das cavernas (08/10/2000)

Grécia material (08/10/2000)
Um mundo das mulheres (19/10/2000)
Índios já plantavam milho há 7 milênios (19/10/2000)
A porta da esperança (24/10/2000)
Portugal se volta para o redescobrimto brasileiro (25/10/2000)
A revolução cultural na Amazônia (29/10/2000)
Arqueologia tateante (29/10/2000)
Adão e Eva não se conheceram, diz estudo (31/10/2000)
Eva chegou primeiro ao Éden, diz estudo (31/10/2000)
Pintura rupestre italiana pode ser a mais antiga (02/11/2000)
População europeia se divide em três grupos genéticos principais (10/11/2000)
O Império ligado na ciência (19/11/2000)
Museus (22/11/2000)
'Folha e a Escola do Masp' trata de características da arte egípcia (24/11/2000)
Conchas e cocares cobrem parede de museu (27/11/2000)
'Fóssil vivo' é fotografado na costa da África (02/12/2000)

Operários acham urna indígena em Manaus (13/12/2000)
A arte grega vira tema de palestra hoje na Folha (14/12/2000)
O Vale das Múmias Douradas (16/12/2000)
Site mostra faraós e a esfinge (16/12/2000)
Múmias de ouro são do período romano (16/12/2000)
O que é egiptologia (16/12/2000)
Livros para saber mais sobre a cultura egípcia (16/12/2000)
A construção das pirâmides (16/12/2000)
Rainha de uns 4.000 anos (16/12/2000)
Antigo Egito na *internet* (16/12/2000)
O Egito dos faraós (16/12/2000)
Religião com vários deuses (16/12/2000)
A escrita egípcia (16/12/2000)
Deuses e deusas (16/12/2000)
Mais achados da Arqueologia; descobertas no Amapá; pinturas pré-históricas (16/12/2000)
Restauração de igreja revela presença jesuítica no Rio (21/12/2000)
Retábulo é um dos mais antigos do país (21/12/2000)
O enigma da múmia (24/12/2000)

Revista Veja

Sexo à moda romana: exposição de arte erótica de Pompéia exhibe aspecto menos conhecido do cotidiano da cidade ressurgida das cinzas (15/03/2000)
Tesouro nos trilhos: abertura do metrô de Atenas desencava 10000 peças históricas e construções milenares (22/03/2000)
Construindo o passado: a França amplia seu patrimônio cultural com a reconstituição de um castelo medieval e uma fragata histórica (29/03/2000)
Eles eram assim: retratos mortuários que enfeitavam múmias revelam a fisionomia dos antigos egípcios (05/04/2000)
Impávido colosso: Mostra do Redescobrimto é a maior já feita no país, reunindo 15000 obras (26/04/2000)
Entrevista: Christian Jacq – Nós e as múmias (10/05/2000)
História afogada: represa na Turquia vai inundar

antigas cidades romanas com mosaicos de 2000 anos (17/05/2000)
Ele queria ser rei: encontrado mausoléu do governador egípcio cujo poder e riqueza rivalizavam com os do faraó (31/05/2000)
Mausoléu na selva: urnas antropomorfas revelam segredos de um povo amazônico extinto há mais de 300 anos (14/06/2000)
Escola de profissões: as matérias que ajudam na orientação vocacional (23/08/2000)
A fábrica de ouro: americanos encontram na Turquia os restos da primeira casa da moeda da História (30/08/2000)
Indo água abaixo: pesquisa adverte que comportas projetadas para proteger Veneza causarão maior estrago (06/09/2000)
Mercado na selva: ruínas de palácio mostram que havia comércio, e não apenas guerra, entre as cidades maias (20/09/2000)

Revista Ciência Hoje

Os 'homens do sambaqui' foram dominados pelos tupis por volta do ano 1000? Eles teriam ensinado aos tupis as técnicas de pesca no mar, com canoas e redes? – Pergunta da leitora Isabel Roque, respondida pela arqueóloga Maria Dulce Gaspar. Nº 160.
O Brasil antes dos portugueses – resenha do livro Pré-História da Terra Brasilis, org. por Maria Cristina

Tenório, redigida por Pedro Paulo Funari. Nº 163.
Brasil: colonização e resistência – matéria da série Brasil 500, por Pedro Putoni. Nº 164.
Um museu no cerrado – por Maya Mitre. Nº 164.
Os vegetais na vida dos sambaquieiros – por Rita Scheel-Ybert. Nº 165.
Código Costa Matoso – por Roberto Barros de Carvalho. Nº 167.

ANEXO 2

Lista de matérias que mencionam a Arqueologia no ano 2006

Folha de São Paulo

- Grupo decifra antigo computador grego (30/11/2006)
Obras da BR-101 inutilizam sítio arqueológico em SC (26/11/2006)
Com achados em estrada, ferrovia gera preocupação (26/11/2006)
Os artefatos achados na BR-101 (26/11/2006)
Rodovia liga boa parte do litoral do país (26/11/2006)
'Gordíssima', capital da Bahia agrada a 'crânios' e praianos (23/11/2006)
Mudança de porta faz público de museu multiplicar (23/11/2006)
Estudo revela segredo de arma medieval (20/11/2006)
Figura asteca é uma das mais relevantes (20/11/2006)
Exposição traz tesouros de civilização peruana (18/11/2006)
Destques da exposição (18/11/2006)
Caça ao tesouro (18/11/2006)
Quem foi o Senhor de Sipán (18/11/2006)
Casas históricas são restauradas em SP (11/11/2006)
Prefeitura de São Paulo restaura casas históricas (11/11/2006)
Cérebro humano herdou gene neandertal, diz estudo (10/11/2006)
Primo 'bruto' da humanidade também tinha dieta variada (10/11/2006)
A distribuição de matrículas no ensino superior brasileiro (23/10/2006)
Reforma em capela traz passado colonial (20/10/2006)
Ruína arqueológica pára obra em Pequim (17/10/2006)
Arqueologia metropolitana (06/10/2006)
A floresta dos homens (24/09/2006)
Palácio inspirou livros e ópera de Mozart (21/09/2006)
Objetos da Terra Santa (21/09/2006)
México já possuía escrita há 3.000 anos (15/09/2006)
Genes apoiam nova hipótese sobre Luzia (09/09/2006)
Os competidores atuais (09/09/2006)
Energia e calma resumem vida à moda riojana (31/08/2006)
Grécia (17/08/2006)
Pôr-do-sol de Oia guia turista até a ponta da ilha (17/08/2006)
História se infiltra no dia-a-dia de Atenas (17/08/2006)
Porto de fábulas justifica breve visita (17/08/2006)
Fachada simples esconde saga de coleção (17/08/2006)
Imponente, Acrópole paira acima de Atenas (17/08/2006)
Jovens do Cumbe retomam sua tradição (03/08/2006)
Pirataria à deriva (30/07/2006)
Pântano irlandês revela livro de salmos com 1.200 anos (26/07/2006)
Pequim - 2008 encontra cemitério de eunucos (26/07/2006)
Peru cultura e arqueologia (20/07/2006)
Peru incita turista a garimpar sua história (20/07/2006)
Machu Picchu impressiona por estar dependurada (20/07/2006)
Trilha curta dribla excesso de companhia (20/07/2006)
Costa norte procura sua vocação em ruína arqueológica (20/07/2006)
Tesouro de Sipán é ícone nacional, diz arqueólogo (20/07/2006)
Em feira, venda de peças (20/07/2006)
Mundo pré-incaico resiste na estrutura de Chan Chan (20/07/2006)
Recém-descoberta, múmia pode mudar face da região (20/07/2006)
Guidon diz que sai do Brasil em dezembro (08/07/2006)
SC encontra sambaqui de 6.000 anos (04/07/2006)
Fatos fundadores (25/06/2006)
Conchas são 'jóia' mais velha do mundo (23/06/2006)
Tumba etrusca de 690 a. C é descoberta (22/06/2006)
Figo da Palestina redefine data inicial da agricultura (02/06/2006)
'Hobbit' fazia ferramentas, diz cientista (01/06/2006)
Descoberta foi marco da antropologia (01/06/2006)
Coluna Mônica Bergamo (15/05/2006)⁵
Amapá pode ter 'observatório' pré-histórico (13/05/2006)
Ruínas zapotecas se enfileiram por vale a leste de Oaxaca (04/05/2006)
Porto romano pára túnel na Turquia (03/05/2006)
Dupla acha primatas mais velhos do país (24/04/2006)
Onde fica (23/04/2006)
Painel do leitor (18/04/2006)
Painel do leitor (17/04/2006)
SP não preserva sua memória arqueológica (16/04/2006)
Prefeitura diz que exige pesquisa prévia (16/04/2006)
Empresa nega ter sido avisada sobre sítio (16/04/2006)
A esfinge faz plástica (15/04/2006)
Mania de grandeza (15/04/2006)
Fóssil traça elo entre ancestrais humanos (13/04/2006)
Após incêndio, casarão é reerguido em Ouro Preto (12/04/2006)

(5) Refere-se à mostra "Por Ti América", no CCBB - SP, com 250 peças arqueológicas de sete países

- Casarão destruído é reerguido em Ouro Preto (12/04/2006)
- Jesus pediu traição, diz Evangelho de Judas (07/04/2006)
- 'Dentistas' podem ter atuado há 9.500 anos (06/04/2006)
- Histórias do subterrâneo (19/03/2006)
- A caminho das cinzas (12/03/2006)
- Ilha de Páscoa teve 'civilização-relâmpago' (10/03/2006)
- Peru quer ir à Justiça por acervo de Machu Picchu (06/03/2006)
- Museu do Ipiranga exhibe acervo do dono do Banco Santos (05/03/2006)
- América do Sul tem milho há 4.000 anos (02/03/2006)
- Estudo vê elo entre a Peste Negra e onda de frio que mudou clima do planeta (28/02/2006)
- Sítios pré-históricos seqüestram carbono (21/02/2006)
- Novo túmulo no vale dos Reis assombra arqueólogos (11/02/2006)
- Segredo do deserto (11/02/2006)
- É grátis (10/02/2006)
- Ötzi era infértil, diz estudo de DNA (04/02/2006)
- Pintura sugere que China pode ter inventado o esqui (24/01/2006)
- Estudo de DNA diz que tifo era a praga de Atenas (24/01/2006)
- ONG faz resgate de relíquias do mar (22/01/2006)
- Leme de 300 anos é tirado do fundo do mar (22/01/2006)
- Patrimônio submerso está vulnerável (22/01/2006)
- Outros programas que levam ao passado (20/01/2006)
- Casa de Edegar não deve mais virar museu (12/01/2006)
- Achado revela que maias tinham hieróglifos em tempos antigos (06/01/2006)
- Peru tem irrigação mais velha das Américas (05/01/2006)
- Americana tem nova tese sobre 'amazonas' (03/01/2006)
- Teoria propõe ocupação densa na pré-história (03/01/2006)
- Floresta esconde ruínas do século 18 no litoral paulista (01/01/2006)
- Arqueólogo mapeia e fotografa a arte da Pré-história na Bahia (15/10/2006)
- Relíquia do leste (31/08/2006)
- Desenhos ou letras? (07/08/2006)
- Antes de falar, neandertal criou rave (11/06/2006)
- Em evento raro, novo sarcófago é achado no Vale dos Reis, Egito (05/06/2006)
- Arqueólogos acham múmia tatuada (17/05/2006)
- Roma e Pavia desfizeram-se um dia (29/03/2006)
- A ciência do falso testemunho (15/01/2006)
- Caboclo da Amazônia está no limiar da subnutrição (27/11/2006)
- Arqueóloga que escreveu sobre o véu é absolvida (02/11/2006)
- Roma ibérica (02/10/2006)
- Caras-pintadas (26/09/2006)
- Exposição faz uma jornada à Antiguidade (18/08/2006)
- São Paulo recebe exposição sobre deuses gregos com 200 esculturas (17/08/2006)
- Conciliação egípcia (08/06/2006)
- Mostra busca visão comum da América antes de Colombo (16/05/2006)
- '1421': eram os chineses astronautas? (02/12/2006)
- Camboja (23/11/2006)
- Distâncias se encurtam em Sergipe (16/11/2006)
- No sertão, cânion transmite sensação de alma lavada (16/11/2006)
- Museu arqueológico guarda 55 mil peças (16/11/2006)
- Ibama pára obra ferroviária do governo Lula (18/10/2006)
- Obra danifica rede colonial de água em Diamantina (13/10/2006)
- SP quer tombar Palácio dos Bandeirantes (28/09/2006)
- Mulas ajudam a chegar ao topo de Fira, quase 600 graus acima do cais (17/08/2006)
- Cancún hippie (04/06/2006)
- Estação lunar (21/05/2006)
- Ruínas zapotecas se enfileiram por vale a leste de Oaxaca (04/05/2006)
- Lastarria é refúgio familiar dos fins de semana santiaguinos (20/04/2006)
- Aromas do bosque (23/03/2006)
- Teotihuacán atrai turista desde os astecas (09/02/2006)

¿ACTIVIDAD LIBERAL O LIBERTINAJE? LA PRÁCTICA LABORAL EN LA ARQUEOLOGÍA DE CONTRATO EN URUGUAY.

Irina Capdepont Caffa

Resumen: El desarrollo económico y los procesos de modernización gestados en Uruguay, generan transformaciones afectando al patrimonio arqueológico mediante la ejecución de obras. El aumento de estas, junto con la Ley de Impacto Ambiental forjó la ejecución de estudios de impacto arqueológico. Ello generó un crecimiento en el campo laboral que no ha sido acompañado de un cambio legal, administrativo y académico. La problemática originada por todo ello hacen abordar y reflexionar sobre la situación actual del accionar arqueológico, los procedimientos metodológicos y éticos y el rol de los organismos fiscalizadores en el contexto de la Arqueología de Contrato o Arqueología Aplicada.

Palabras Claves: Impacto Arqueológico, Campo Laboral

Introducción

Con el aumento de las obras públicas y privadas y la existencia de la Ley de Medio Ambiente 16.464, la Dirección Nacional de Medio Ambiente contempla el relevamiento y rescate de sitios de valor cultural, situación que debe reflejarse en las Evaluaciones de Impacto Ambiental. La Ley de Medio Ambiente, promulgada en 1994, cuanta con 18 Artículos y un Decreto Reglamentario, de los cuales se desprenden y enmarcan las ejecuciones de los Estudios de Impacto Arqueológico:

Art. 2° de la Ley de Medio Ambiente 16.464/94.- *Se considera impacto ambiental negativo o nocivo toda*

alteración de las propiedades físicas, químicas o biológicas del medio ambiente causada por cualquier forma de materia o energía resultante de las actividades humanas que directa o indirectamente perjudiquen o dañen: La salud, seguridad o calidad de vida de la población. Las condiciones estéticas, culturales o sanitarias del medio. La configuración, calidad y diversidad de los recursos naturales (Diario Oficial N° 23977 1994).

Art. 12 del Decreto Reglamentario 435/94.- *El documento que recoja los resultados del Estudio de Impacto Ambiental, deberá contener, como mínimo, las características del ambiente receptor, en la que se describirán las características del entorno, se evaluarán las afectaciones ya existentes y se identificarán las áreas sensibles o de riesgo; todo ello en tres aspectos:*

a) Ambiente físico: agua, suelo, paisaje, etc.

b) Ambiente biótico: fauna, flora, biota acuática, etc.

c) Ambiente antrópico: población, actividades, usos del suelo, sitios de interés histórico y cultural. (Diario Oficial N° 24/145 1994).

La Ley de Medio Ambiente y el Decreto Reglamentario han contribuido a generar un gran crecimiento en lo referente al: campo laboral del arqueólogo, al conocimiento de nuevas áreas y a la profundización de información en áreas ya conocidas. Este crecimiento no ha sido acompañado por un cambio específico en la administración pública ni en el accionar de los profesionales involucrados. Lo expuesto lleva a la necesaria reflexión crítica sobre la situación actual del campo laboral en arqueología, haciendo especial hincapié en los procedimientos éticos y metodológicos, en el rol de los organismos fiscalizadores (Comisión del Patrimonio Cultural de la Nación-CPCN, Dirección Nacional de Medio Ambiente-DINAMA, Dirección Nacional de Minería y Geología-DINAMIGE) y de los profesionales que actúa sobre el Patrimonio Arqueológico.

Marco Conceptual

Para comenzar a plantear algunos de los puntos de este trabajo, parece conveniente primeramente mencionar los principios de los que se parte para desarrollar el tema de la Arqueología de Contrato llevada a cabo a través de los Estudios de impacto arqueológico (EIArq de aquí en adelante). Algunos de estos principios son:

- Entender al Patrimonio Arqueológico comprendido en tres dimensiones: como objeto real, como documento de las sociedades pasadas y como recurso de las sociedades actuales (*sensus* Criado 1996). Ello implica tener que gestionarlo de forma integral: inventarlo, describirlo, analizarlo, valorarlo y difundirlo (Criado 2003).

- El adecuado tratamiento y manejo del patrimonio arqueológico (Gestión Integral *sensus* Amado *et al.* 2002) es compatible con el desarrollo económico del país. La existencia de un sitio arqueológico en un área determinada no imposibilita habitualmente el desarrollo de otras actividades.

- Los EIArq frecuentemente se enmarcan dentro de la práctica liberal de la profesión. Con ello se entiende el ejercicio de una actividad intelectual profesional sin vínculos estables con personas o instituciones para la prestación de servicios. Las relaciones laborales cesan al concluirse el acto profesional y donde la obligación asumida por parte del profesional tiende a obtener un determinado resultado, en un tiempo y a un costo pactado entre los involucrados. Ello implica también la responsabilidad frente a los actos realizados en un EIArq.

- Se concibe al EIArq como un proceso continuo en el que interrelacionan arqueólogos y empresas, y como una parte más del proyecto de construcción durante su fase de diseño y planificación, lo que evita los problemas de mayor gravedad en momentos ulteriores de la ejecución del proyecto (Criado *et al.* 2004).

- Entre los objetivos de un EIArq se deben encontrar:

a - Diagnosticar, prevenir, mitigar, corregir y/o compensar el impacto sobre el Patrimonio Arqueológico, revirtiendo los efectos negativos mediante la producción de conocimiento de relevancia científica y social.

b - Dar soluciones a problemas específicos relacionados con proyectos de desarrollo o actividades económicas.

c - Gestionar de forma Integral el Patrimonio Cultural y que ese Patrimonio no sufra significativas alteraciones a través del desarrollo de diferentes emprendimientos económicos y procesos de modernización.

d - Valorar los impactos y generar propuestas de mitigación.

- Considerar las diferencias y similitudes existentes entre la Arqueología Aplicada o de Contrato y la Arqueología Académica, ya que si bien comparten la rigurosidad metodológica y la generación conocimientos, difieren en varios puntos (Tabla 1).

- Se entiende a la Arqueología Aplicada como una Arqueología que permite pensar la Arqueología, pensar la relación que

debe establecerse entre ésta y la Sociedad, que genera nuevos valores, que contribuye a erradicar unos y a transformar otros. Una Arqueología Aplicada es entonces una Arqueología desde la *reflexión* y para la *acción*, planteada en el contexto actual, en donde tienen cabida nuevas necesidades y viejos problemas, a los que podemos intentar dar respuesta manteniendo vigente el componente epistemológico y axiológico que debe acompañar toda disciplina (Barreiro 2005:22).

Tabla 1

Arqueología Aplicada o de Contrato <i>Investigaciones en Obras Públicas/Privadas</i>	Arqueología Académica <i>Investigación en General</i>
Arqueología como disciplina para la gestión del patrimonio arqueológico (Barreiro 2005:22).	Arqueología entendida como disciplina independiente del contexto social en que se genera o sólo unida a él por el cordón umbilical de las aulas universitarias (Barreiro 2005:22).
Tiempos Cortos para desarrollar las actividades.	Tiempos Largos para desarrollar las actividades.
Costos económicos altos.	Costos relativos.
Responsabilidades de todos.	Responsabilidades de algunos.
Genera un ámbito laboral.	Genera preparación académica.
Es una necesidad social derivada del desarrollo de las políticas de planeamiento o de infraestructuras (Cabrejas 2004).	Necesidad para la generación de conocimiento científico.
La Arqueología como un saber-hacer-cosas (Criado 1996).	La Arqueología como saber académico.
Resuelve problemas prácticos, se orienta hacia su resolución y se materializa en una oferta de servicios concreta (Criado 1996).	Resuelve problemas de conocimiento particulares y se materializa en artículos científicos.
Rigurosidad metodológica.	
Generación de Conocimientos del área estudiada.	

En la tabla se exponen de forma esquemática algunas de las similitudes y diferencias entre la Arqueología Aplicada a través de la investigación en obras públicas/privadas y la Arqueología Académica.

- Los EIArq generan el crecimiento del campo laboral del arqueólogo, del conocimiento de nuevas áreas y de la profundización de información de áreas ya conocidas.

Situación actual

El Patrimonio de Uruguay no posee aún el amparo legal, administrativo ni científico necesario para que se pueda Gestionar de forma integral (inventariar, describir, analizar, valorar y difundir). Una de las herramientas indispensables y básicas para gestionar el Patrimonio son los inventarios. En este sentido, Uruguay cuenta con la Ley de Patrimonio 14.040 de 1971 que establece, entre otras cosas, la necesidad de realizar y publicar el inventario del patrimonio histórico, artístico y cultural de la nación (Diario Oficial N° 18667 1971). Interesa resaltar como esta conformado ese inventario: el mismo cuenta con 76% de bienes de la época histórica y colonial, 23% de la época histórica moderna y 1% de bienes prehistóricos compuestos por

2 colecciones de objetos y 13 sitios con arte rupestre (Registro de Monumentos Históricos Nacionales 2006) (Gráfico 1).

Evidentemente el inventario presenta un vacío en la representación de la prehistoria del territorio producto de la época en el que el mismo se realizó (amparado en la historiografía oficialista en donde los bienes patrimoniales debían corresponderse con la identidad colonial blanca). En dicho contexto, mediados del S. XIX, la nación va tomando forma mediante la adopción de estrategias y valores provenientes de Occidente (Verdesio 2004). Ese vacío en el inventario, se correspondería a un olvido del pasado, que bien podría comenzar a completarse a través, entre otras, de la información generada por los EIArq y el interés de la administración y los profesionales involucrados en los mismos.

Con la finalidad de observar el estado de la práctica liberal en Uruguay y comenzar a inventariar información arqueológica, se hizo una revisión de informes de EIArq que se encontraban en el Departamento de Arqueología de la Comisión del Patrimonio Cultural de la Nación (CPCN) – Ministerio de Educación y Cultura.

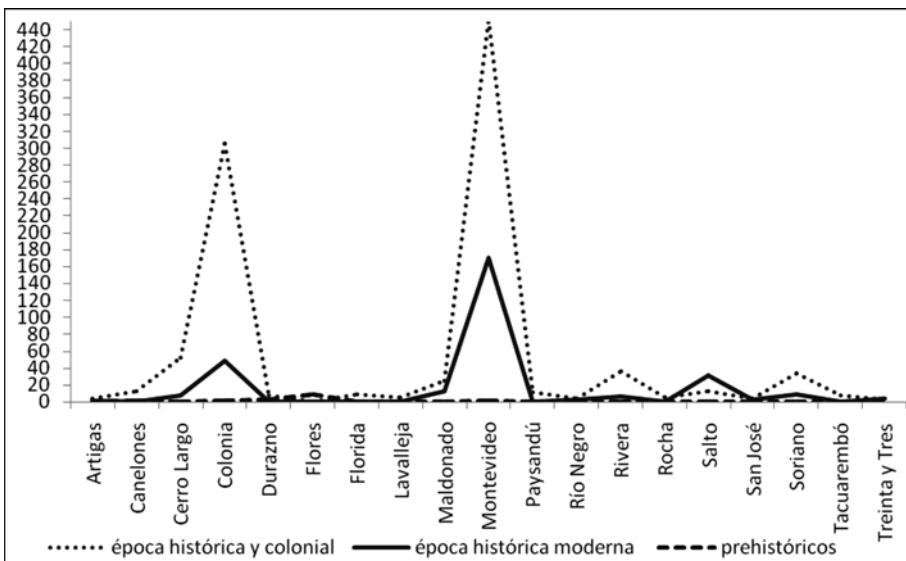


Gráfico 1. En el gráfico se expresa por Departamento el número de Monumentos Históricos Nacionales para el territorio uruguayo.

En los gráficos 2 y 3 se puede observar la evolución desde 1996 de las actuaciones de EIArq llevadas a cabo en Uruguay que han pasado por la CPCN. En los mismo se evidencia un nítido incremento a partir de fines de 1999 y principios del 2000 en el que se

registra el aumento de las intervenciones sobre el territorio, el número de arqueólogos participantes y la cantidad de EIArq realizados. Asimismo, de acuerdo a los datos manejados hasta ese momento, las obras mayormente representadas son las

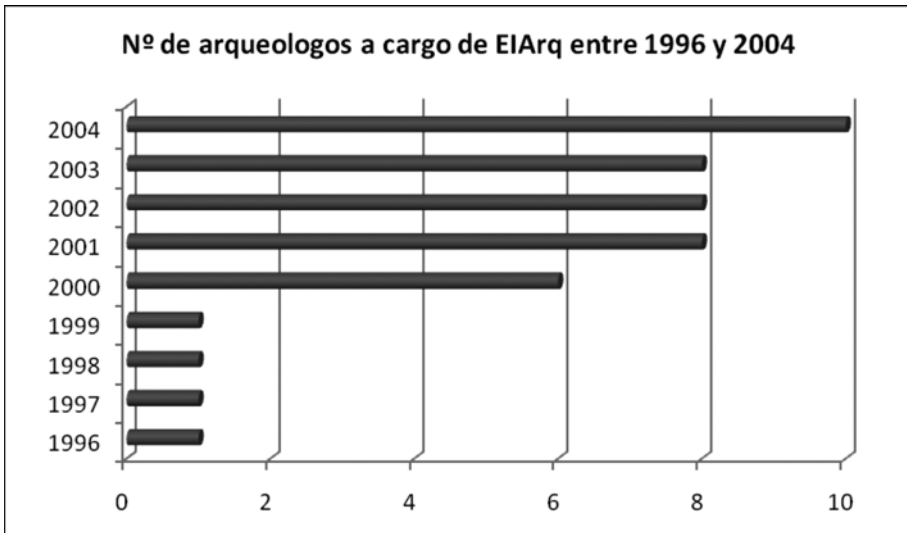


Grafico 2. En este gráfico se expone el número total de arqueólogos que ha desarrollado entre 1996 y el 2004 EIArq.

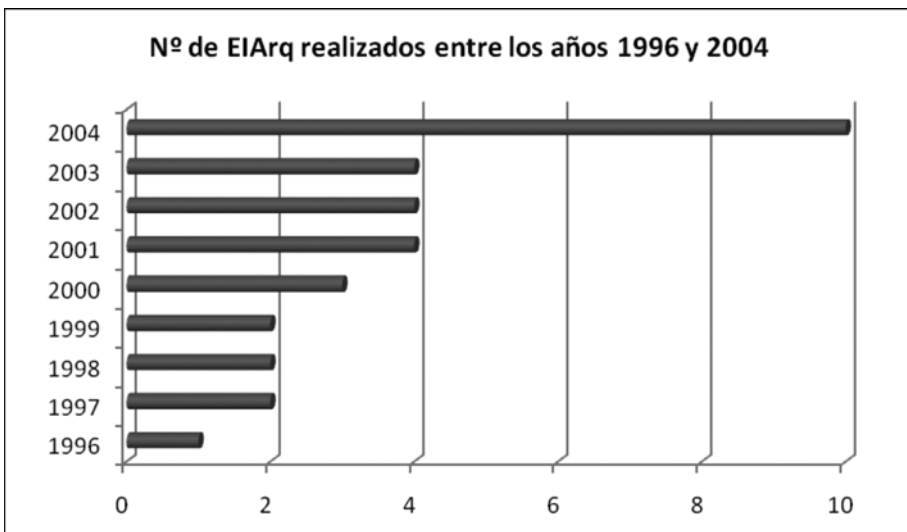


Grafico 3. Se expone en el gráfico la cantidad de EIArq desarrollados entre los años 1996 y 2004 en territorio uruguayo.

correspondientes a la extracción de minerales en los Departamentos de San José y Colonia (Grafico 4 y 5). No obstante, en los últimos años las actividades mineras se han incrementado en el departamento de Artigas.

En los relevamientos realizados se evidencia, que las evaluaciones de impacto arqueológico carecen de un modelo recomendado por instancias profesionales y administrativas, generando resultados muy disímiles con apenas puntos de coincidencia. Se ha

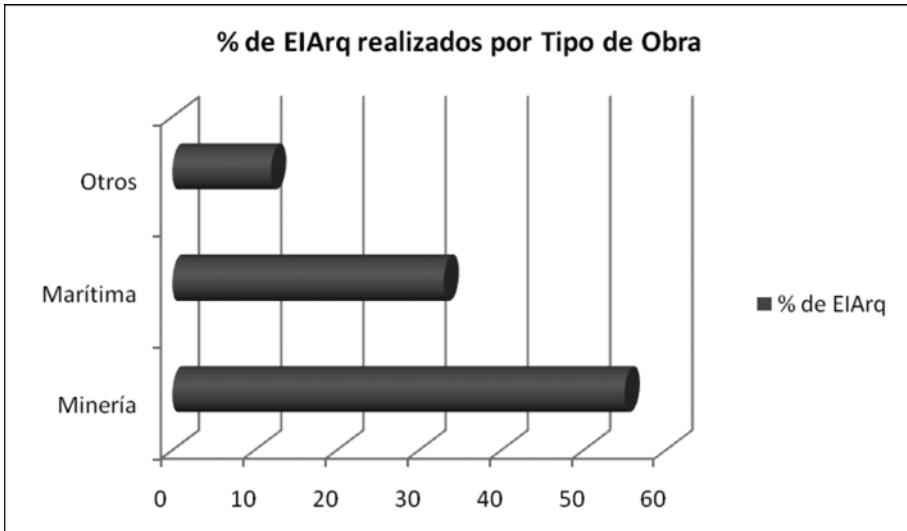


Grafico 4. Se observan los tipos y cantidad de obras en las cuales se han centrado los EIArq entre el año 1996 y 2004.

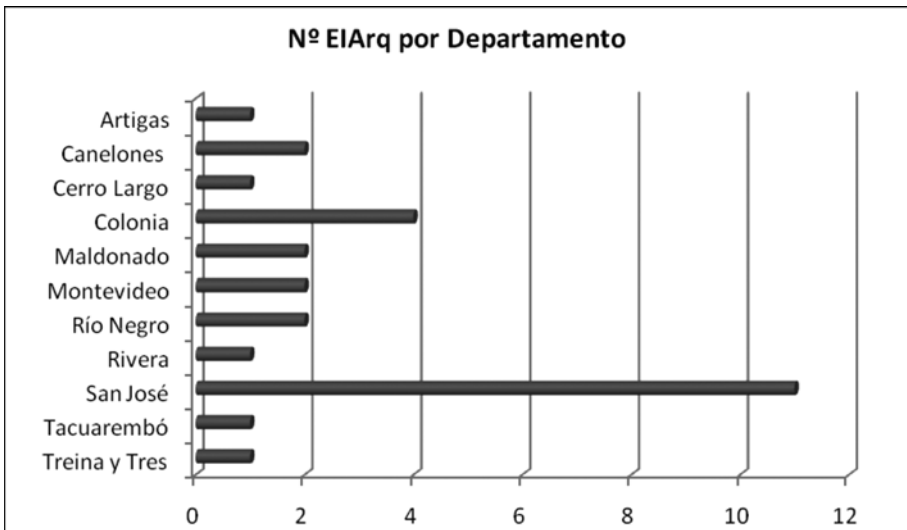


Grafico 5. Se expresa por Departamento el total de EIArq realizados en el correr de ocho años.

observado que los criterios de evaluación de los informes presentados, así como los criterios de la administración para abordar los mismos, son muy dispares. Por ejemplo, en la Tabla 2 se puede observar resumidamente datos de algunos informes en los que se presentan evidencias de materiales arqueológicos y no se hace mención de sus características, lugar donde se encuentran depositados, ni recomendaciones mínimas (medidas correctoras). De forma contraria, en otros EIArq se presentan las características de la cultura material hallada y una serie de recomendaciones. Esta disparidad genera problemas prácticos importantes y redundan en contra de la calidad de los trabajos en directo perjuicio del patrimonio cultural.

Como se observa en la Tabla 2, los informes relevados involucran el período comprendido entre 1996 y principios del 2005; desde la fecha aún no se ha generado el interés, esfuerzo y compromiso conjunto de los profesionales mediante un consenso en lo referente a modelos de trabajo, metodologías de valoración, herramientas prácticas, qué hacer y cómo hacerlo. Es así que se suscitan graves problemas (ver Expedientes 0557/01, 0742/02, 0609/05 y 0122/06, 0123/06 entre otros) como ser:

- Informes de Evaluación de Impacto Arqueológico sin las mínimas propuestas de medidas correctoras,
- Informes que pudieron realizarse sin que necesariamente el arqueólogo tuviera que trasladarse a campo,
- Informes realizados y evaluados por parte de un mismo individuo (juez y parte),
- Controles realizados por la CPCN sin aviso previo a los responsables de los EIArq generando la inspección a lugares equivocados, entre otros.

Las problemáticas enunciadas se han credo debido a la ausencia de estándares que establezcan al menos algunos lineamientos metodológicos y técnicos para los EIArq, a la ausencia de un control de gestión efectivo e

igual para todos los EIArq, al uso de criterios dispares en las evaluación de los EIArq y las irregularidades generadas por algunos individuos en el manejo de asuntos de injerencia exclusiva de la CPCN y el profesional actuante. Asimismo, el mal manejo conceptual de la actividad arqueológica en un estudio de impacto lleva a la errónea concepción de que un sitio arqueológico es un obstáculo para el desarrollo de actividades productivas. Esta concepción ha generado la errónea conclusión de que la existencia de un sitio arqueológico en un área específica imposibilita el desarrollo de cualquier actividad productiva. No obstante, existen profesionales que consideran que el adecuado tratamiento y manejo del recurso arqueológico es compatible con el desarrollo económico del país.

La inexistencia de asociaciones profesionales fuertes y protocolos para abordar los EIArq, entre otros factores, hace que algunos sujetos con su accionar generen perjuicios importantes sobre el patrimonio cultural, el organismo fiscalizador y el nuevo campo laboral arqueológico. Conjuntamente con ello, al no poseer el organismo fiscalizador bases claras e iguales para tratar todos los EIArq el funcionamiento liberal del ejercicio se convirtió ya en libertinaje, es decir en la pérdida total de responsabilidad frente a los actos realizados.

Cabe mencionar, que gran parte de la problemática enunciada también se debe a que muchos arqueólogos de los que hoy se dedican a estudios de impacto no se han formado en dicha actividad, ni han procurado actualizarse mediante los cursos impartidos sobre el tema en la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Este quehacer arqueológico ha sido tomado como mero generador de capital sin considerar que desde hace años se imparten en varias partes del mundo cursos de grado y postgrado específicos a nivel teórico-metodológico para abordar estudios de esa naturaleza.

Propuesta

De acuerdo a las problemáticas planteadas y considerando que Uruguay no

Tabla 2

Nº Expediente	Año	Departamento Localidad	Tipo Obra	Evidencias arqueológicas			Medidas de Corrección	
				Evidencias	Tratamiento	Depósito Materiales		
0762/01	2001	Artigas Zanja de los Talas	Minería - Piedras semi preciosas	Sitios Tipo en capa	Análisis lítico	?	Delimitar Zona Protección Intervenciones	
0017/03	2003	Canelones San Jacinto	Minería – Caliza	Material superficie y estratificado	Análisis lítico	Museo Nacional Historia Natural y Antropología	Prospección Intensiva Intervenciones	
0620/04	2004	Colonia Barrancade los Loros	Puerto	Material cerámico	Sin análisis	?	Seguimiento / sin Evaluación Subacuática	
0051/04	2004	Colonia Paso del Minuano	Minería – Balastro	INFORME EN DINAMA 2003 - 14001/1/003330				
0061/04	2004	ColoniaBrisas del Plata	Minería – Arenas	Material cerámico	Sin análisis	?	Sin Medidas Correctoras	
0545/00	2000	Colonia Pichinango	Minería - Granito	Sin material				Sin Medidas Correctoras
0248/04	2004	Maldonado P. del Este	Habitación	Batería de la Trinidad	Con Análisis	?	Seguimiento	
0837/01	2001	Maldonado Punta Salinas	Emisario Subacuático					Sondeos
0639/00	2000	Montevideo Punta Sayago	Puerto	Construcciones Históricas				Seguimiento / Conservación
0050/04	2004	Río Negro M. Bopicua	Planta Celulosa					

Tabla 2 (cont.)

Nº Expediente	Año	Departamento Localidad	Tipo Obra	Evidencias arqueológicas			Medidas de Corrección
				Evidencias	Tratamiento	Depósito Materiales	
0557/01	2001	Río Negro Laureles	Puerto	Ocupación Prehistórica Histórica	Análisis materiales	Facultad Humanidades y Ciencias	Excavaciones / Sin Medidas Correctoras subacuáticas
0741/03	2003	Rivera San Gregorio	Minería - Aurífero	Sin evidencias			Sin Medidas Correctoras
0026/03	2003	Rivera Zapucay	Minería - Aurífero	Estructuras históricas			Zona de Exclusión
0079/04	2004	San José Sierra Mahoma	Mineía - Granito	Sin vestigios			Mantener Distancias e Integridad afloramientos
0595/02	2002	San José Delta del Tigre	Minería - Arenas	Material en superficie	Análisis lítico y cerámico	Museo Nacional Historia Natural y Antropología	Seguimiento
0551/00	2000	San José Playa Pascual	Minería - Arenas	Material estratificado	Análisis lítico	?	Intervenciones previa obra
0742/02	2000	San José Santa Lucía	Minería - Arenas	Das áreas de interes	Análisis cerámica	Museo Nacional Historia Natural y Antropología	Intervenciones y exclusión de un área
0080/03	2003	San José Km 31	Minería - Arenas	Sin material		?	Sin Medida Correctora
0543/02	2002	San José Playa Pascual	Granjas Marítimas	Sin evidencias		?	Seguimiento

Tabla 2 (cont.)

Nº Expediente	Año	Departamento Localidad	Tipo Obra	Evidencias arqueológicas			Medidas de Corrección
				Evidencias	Tratamiento	Depósito Materiales	
1029/98	1998	San José Santa Lucia	Puente	Material		?	Sin Medidas Correctoras
0475/04	2004	Treinta y Tres Aº Yerbal	Minería - Caliza	Material superficie estratificado	Análisis lítico	Comisión Nacional del Patrimonio	Control y Seguimiento
	1997		Subacuática				
	1999	Colonia	Puerto				
0385/01	2001	San José Sierra Mahoma	Bodega y Represa	Lítico Estructura Histórica	Analizado		Seguimiento / Consolidación estructuras históricas
0432/04	2004	Tacuarembó Paso Manco	Planta Madera	Sin evidencias			Seguimiento
0409/04	2004	Canelones Cañada de los Padres	Minería - Basalto Tosca	Sin evidencias			Sin Medidas Correctoras
	2004	Cerro Largo Santa Clara	Minería - Arcilla	Material superficial	Análisis lítico		Seguimiento
0324/02	2002	Montevideo Punta Sarandí	Playa Contenedores	Estructuras históricas	Análisis		Intervenciones

En la tabla se presentan algunas de las informaciones que se relevan de los E/Arq presentados ante la CPCN.

cuenta con planes de Gestión Integral del Patrimonio Arqueológico, el modelo de procesos de trabajo que se presenta se basa en la propuesta realizada por el grupo del Laboratorio de Arqueología da Paisaxe del Instituto de Estudos Galegos Padre Sarmiento (CSIC – Xunta de Galicia). Esta propuesta se considera como un instrumento base para comenzar a lograr una efectiva y dinámica gestión del patrimonio. La propuesta se base en que todo programa de investigación, incluidos los EIArq, debe abordar, en todas sus fases, los diferentes procesos de trabajo: catalogación, valoración, intervención y puesta en valor (Criado 1996^a).

Se considera que sin una gestión efectiva y eficaz los trabajos de EIArq seguirán sin cumplirse con los requisitos mínimos que involucra un estudio de estas características y se continuará con el libertinaje en la actividad arqueológica; perjudicial en primera instancia para el Patrimonio. Las fases de trabajo que se presentan de manera esquemática (ver Amado *et al.* 2002, Barreiro 2002, Casheda 2004, Criado *et al.* 2004, entre otros) intenta contribuir a la gestión de los EIArq y apuesta a un cambio en el accionar de los profesionales involucrados en los mismos (Tabla 3).

Fase de Estudio y Evaluación

Se entiende que esta fase de estudio y evaluación del impacto que producirán diversos emprendimientos debe considerar los siguientes puntos:

- El objetivo principal en esta fase debería ser diagnosticar, prevenir, mitigar, corregir y/o compensar el impacto, revirtiendo los efectos negativos mediante la producción de conocimiento.
- Realización de una Oferta de Trabajo- Para ello es necesario conocer los bienes culturales del área, la documentación técnica del proyecto de obra, su localización, extensión y conocer los plazos con los que se cuenta. En función de esa información, se plantea el trabajo, el equipo de personas, el

periodo de realización y el presupuesto del mismo.

- Generación de un Proyecto Arqueológico – Por un lado, debería incluirse en el Proyecto una ficha técnica en la que se especifique el tipo de actuación a realizar por el emprendimiento, tipo de actuación arqueológica, zona geográfica de la actuación, equipo técnico de la actuación, periodo de realización, empresa contratante y presupuesto de la misma. Por otro, se resumen los objetivos del proyecto, se realiza la descripción geográfica de la zona de trabajo, se plantea la problemática patrimonial de acuerdo al relevamiento de antecedentes, la metodología y el plan de trabajo a llevar a cabo. Asimismo, se presenta el equipo técnico participante.
- Estudio Arqueológico - Localización de sitios conocidos y sin conocer, registrados por medio de prospecciones (prospección directa superficial extensiva e intensiva y prospección directa subsuperficial), fichas de registro y fotografías que posteriormente serán sistematizadas y analizadas al igual que la cultura material relevada.
- Valoración del impacto – Se realizar un diagnóstico de los impactos que el proyecto genera sobre el patrimonio de la zona. Impacto existe cuando hay una afección dentro del entorno de un sitio u área de interés patrimonial. Para determinar el entorno de afección, hay que diagnosticar el tipo de impacto a generarse.
- Plan de corrección – Según el diagnóstico de impacto se proponen las medidas correctoras a llevar a cabo.

Fase de Corrección

En fase de corrección de impacto debe considerarse:

- Entre los objetivos se encuentran: controlar que se adopten las medidas correctoras especificadas en la fase anterior; realizar la inspección de la obra y las remociones de tierra para documentar la aparición de entidades arqueológicas no previstas y poner en práctica las acciones previstas en fase de

Tabla 3

Etapa	Finalidad	Actuación	Fase Proyectede obra
EVALUACIÓN	Identificar los elementos patrimoniales y su entorno de protección. <ul style="list-style-type: none"> • Descubrimiento • Localización • Descripción • Documentación • Estudio • Valoración • Difusión de los bienes patrimoniales 	Identificación de los elementos patrimoniales <ul style="list-style-type: none"> • Estudio Cartográfico • Consultas Bibliográficas • Prospecciones intensivas y extensivas Identificar en proyecto de obra: <ul style="list-style-type: none"> • Agentes (infraestructuras, instalaciones, etc) • Acción (actividades concretas que generan el impacto) • Afección (modificaciones del medio físico – destrucción-alteración-distorsión) • Momento del impacto (identificar fase de proyecto en donde el impacto se hará efectivo) 	Previas al proyecto definitivo o en fase de ejecución
	Diagnosticar el impacto <ul style="list-style-type: none"> • Crítico - desaparición total o parcial • Severo - grado menor de gravedad • Moderado - riesgo elativo (visual) • Compatible - inexistencia de riesgo 		
CORRECCIÓN	Evitar o prevenir la alteración o destrucción, así como proteger los bienes mediante mediadas cauterlares efectivas y/o preventivas.	Medidas Preventivas / Protectoras <ul style="list-style-type: none"> • Señalizaciones • Protección física puntual • Prospecciones • Sondeos • Estrategias de control o vigilancia 	Previas al proyecto definitivo o en fase de ejecución
	Minimizar o Compatibilizar el impacto generando conocimiento a partir de la afección	Medidas Paliativas <ul style="list-style-type: none"> • Seguimiento arqueológico • Traslado o reubicación • Intervenciones puntuales • Cambio en técnicas constructivas 	
	Compensar el impacto producido mediante un valor agregado (plus de conocimiento).	Medidas Compensatorias <ul style="list-style-type: none"> • Excavaciones 	Fase de ejecución fase posterior

Modelo de fases de trabajo para el desarrollo de EIArq.

estudio y evaluación para corregir, paliar, mitigar o compensar en el impacto.

- Esta fase también incluye una oferta y un proyecto arqueológico de control y seguimiento de obra.
- Se llevan a cabo nuevas tareas de campo en la cual se constata que el proyecto de obra se corresponda con el proyecto evaluado y se realizan nuevas actividades de prospección en las que se pueden detectar nuevas incidencias sobre bienes culturales.
- Se hacen visitas periódicas e informes puntuales. En la fase de control y seguimiento se inspeccionan los nuevos perfiles expuestos, las escombreras y el entrono de los elementos ya documentados en las zonas de riesgo o potenciales.
- El informe final generado es el valorativo, en el que se incluyen las fichas de inventario arqueológico, la ubicación del depósito de los materiales y se produce la Memoria técnica final del Proyecto General.

Algunas reflexiones

Primeramente considerar que el intento por contribuir a establecer al menos algunos criterios, metodologías y sistemas de registro de la información, así como contribuir al inventario patrimonial, es uno de los caminos que algunos arqueólogos hemos estado intentando generar y seguir. Se considera que ello contribuiría a la consolidación de la actividad arqueológica necesaria para llevar adelante una política que promueva el crecimiento económico y valore la generación de conocimiento sobre el pasado.

Con ello se está pretendiendo cooperar en la resolución de la controvertida relación entre dos tipos de intereses (progreso socio-económico y bienes cultura) que involucran diversos actores. Es por ello que se hace entonces necesaria la participación, el diálogo y el planteo de alternativas, por parte de la administración, propietarios, arqueólogos, consultores y empresarios, entre otros. Se hace necesario que entre esas alternativas se consideren las metodológicas relaciona-

das con la gestión del impacto sobre el patrimonio cultural, con la finalidad de contribuir a una normalización de la actividad arqueológica. La gestión idónea del Patrimonio debería ser aquella que estableciese al menos criterios fundamentales para poder decidir: que es lo que puede ser preservado (entendiéndose ello en una situación extrema, convengamos que no se puede parar la economía y desarrollo de un país para preservar todo lo que es evidencia cultural, por ello la necesidad de un inventario que permita valorar los bienes); cuáles son las áreas que deberían ser intervenidas por medio de excavaciones arqueológicas; ponerse de acuerdo en que se entiende por sitio o yacimiento arqueológico (si una pieza aislada, varias piezas dispersas, agregaciones parcialmente discretas de piezas, etc); hasta que punto la identificación del patrimonio arqueológico significativo podría alterar o impedir la implementación de un emprendimiento económico, entre varios temas más.

Considerar las dos etapas de trabajo expuestas anteriormente como requisitos mínimos para abordar estos tipos de estudios, podría ser la base para la creación de un programa que articule y consensue, los intereses implicados comprendiendo todas las situaciones eventualmente pasibles de registro y ulterior análisis. Asimismo, pueden ser tomadas para llegar a un consenso respecto a las medias de mitigación, rescate o interdicción de acuerdo a los hallazgos oportunamente efectuados. De esta forma no solo se lograría un consenso entre las partes intervinientes sino que le proporcionaría a la CPCN un mecanismo expeditivo e imparcial para expedirse en tiempo y forma respecto a los informes y a la actuación de los profesionales involucrados en los EIArQ.

Dada la situación con la que nos encontramos en Uruguay, merece intentar articular planes de gestión del patrimonio que incluyan la atención a sus funciones metodológicas y cognitivas, estableciendo criterios y procedimientos para la identificación, caracterización y valoración de los bienes patrimoniales. La tarea de mejorar este es-

tado de cosas evidentemente excede en algunos puntos las posibilidades de los arqueólogos, ya que también se requiere una toma de posición gubernamental acerca de las políticas a seguir con respecto al Patrimonio Cultural.

Para ir finalizando, por un lado debemos reconocer que no hemos sido capaces de desarrollar nuestra disciplina para adaptarla a las nuevas necesidades, como expresa Criado (1996) *transformándola en un saber-para-hacer cosas* que se pueda aplicar a la resolución de problemas prácticos e inmediatos. El dialogo entre arqueólogos, la actualización metodológica de los mismos, las modificaciones y/o adecuaciones dentro

de la legislación nacional y administrativa, así como en el campo científico-académico, mediante la formación de recursos humanos que permita la correcta inserción de la arqueología dentro de las esferas productivas de y para la sociedad podrían comenzar a cambiar las cosas.

Mediante este trabajo se intenta contribuir al desarrollo de una nueva etapa en lo que han sido los EIArq en Uruguay, tratando de combinar la satisfacción de las demandas socioeconómicas con la producción de conocimiento sobre el pasado mediante el desarrollo de criterios, procedimientos e instrumentos para la Gestión del Patrimonio Cultural.

Abstract: The current economical development in Uruguay has led to transformations which affect the archaeological heritage when carrying out different enterprises. Its increasing number together with the Environmental Impact Law have come up with an intensification of Impact archaeological surveys. However, the development of this kind of archaeological surveys hasn't been accompanied by the legal, administrative and academic fields. The problems generated by all this made us think about the present situation of archaeology, the methodological and ethic procedures and the role of the institutions which must control this kind of archaeological surveys.

Keywords: Archaeological Impact, Labor field

Bibliografía

AMADO REINO, X., D. BARREIRO, F. CRIADO Y M. MARTÍNEZ

2002 Especificaciones para una gestión del impacto desde la Arqueología del Paisaje. *TAPA* 26.

BARREIRO D.

2002 Un modelo de estudio de impacto arqueológico. En *I Congreso de ingeniería civil, territorio y medio ambiente*, pp 481-491. Madrid.

2005 *Arqueología y Sociedad: una propuesta epistemológica y axiológica para una*

Arqueología aplicada. Tesis Doctoral. Facultad de Xeografía e Historia. Universidad de Santiago de Compostela, 620pp.

CACHEDA PÉREZ, M.

2004 La gestión del Impacto Arqueológico en los paisajes culturales de montaña. En *Comunicaciones del Laboratorio de Arqueoloxía da Paisaxe. II Congreso Internacional de ingeniería civil, territorio y medio ambiente*, pp. 3-17, Santiago de Compostela, Galicia.

- CABREJAS DOMÍNGUEZ, E.
2004 La corrección de impacto arqueológico en Galicia. Análisis de experiencias en el Plan Eólico y otras obras de infraestructura. En *Comunicaciones del Laboratorio de Arqueología da Paisaxe. II Congreso Internacional de ingeniería civil, territorio y medio ambiente*, pp. 33-49, Santiago de Compostela, Galicia.
- CRIADO BOADO, F.
1996 La Arqueología del Futuro ¿el Futuro de la Arqueología?. *Trabajos de Prehistoria* 53 (1): 15-35. Madrid.
- 1996a Hacia un modelo integrado de investigación y gestión del Patrimonio Histórico: la cadena interpretativa como propuesta. *PH. Boletín Andaluz de Patrimonio Histórico*, 16:73-78. Junta de Andalucía, Consejería de Cultura.
- 2003 Bases para una teoría arqueológica de la gestión del patrimonio cultural. Texto inédito en: *Curso de especialización en gestión arqueológica do patrimonio cultural*. Santiago de Compostela, Galicia.
- CRIADO BOADO, F., D. BARREIRO MARTÍNEZ Y X. AMADO REINO
2004 Arqueología y Obras Públicas: ¿excepción o normalidad? En *Comunicaciones del Laboratorio de Arqueología da Paisaxe. II Congreso Internacional de ingeniería civil, territorio y medio ambiente*, pp. 51-74, Santiago de Compostela, Galicia.
- DIARIO OFICIAL
1971 *Ley de Patrimonio 14.040/71*. Publicada el 27 octubre de 1971 - N° 18667. Montevideo.
1994 *Ley de Medio Ambiente 16.464/94*. Publicada el 26 enero de 1994 - N° 23977. Montevideo.
- 1994 *Decreto Reglamentario 435/94 de la Ley 16.466*. Publicado el 4 de octubre de 1994 - N° 24/145. Montevideo.
- EXPEDIENTE 0557/01
2001 *Informe de Estudio de Impacto*. Departamento de Arqueología de la Comisión del Patrimonio Cultural de la Nación – MEC.
- EXPEDIENTE 0742/02
2002 *Informe Estudio de Impacto*. Departamento de Arqueología de la Comisión del Patrimonio Cultural de la Nación – MEC.
- EXPEDIENTE 0609/05
2005 *Informe Estudio de Impacto*. Departamento de Arqueología de la Comisión del Patrimonio Cultural de la Nación – MEC.
- EXPEDIENTE 0122/06
2006 *Informe Estudio de Impacto*. Departamento de Arqueología de la Comisión del Patrimonio Cultural de la Nación – MEC.
- EXPEDIENTE 0123/06
2006 *Informe Estudio de Impacto*. Departamento de Arqueología de la Comisión del Patrimonio Cultural de la Nación – MEC.
- REGISTRO DE MONUMENTOS HISTÓRICOS NACIONALES
2006 Ministerio de Educación y Cultura - Comisión del Patrimonio Cultural de la Nación. http://www.patrimoniouruguay.net/bienes_protegidos.htm. Actualización: Febrero, 2006.
- VERDESIO, G.
2004 La mudable suerte del amerindio en el imaginario uruguayo. En *Hacia una arqueología de las arqueologías sudamericanas*, pp. 115-150. Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, CESO, Bogotá, Colombia.

PROJETO CULTURA E EDUCAÇÃO: UMA NOVA PROPOSTA MUSEOLÓGICA REGIONAL NA DIMENSÃO DO MUSEU HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE POÇOS DE CALDAS MG

*Daniel Fernandes Moreira **

*Haroldo Paes Gessoni ***

*Sônia Maria Sanches ****

Resumo: O Projeto Cultura e Educação: uma nova proposta museológica regional na dimensão do Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas MG, certificado de aprovação N°. 1619/001/2004 foi desenvolvido no ano 2007, através da Lei Estadual de Incentivo a Cultura N°. 12.733/97, 13.665/2000 Decreto N°. 43.615/2003. É um projeto de caráter artístico-cultural que almeja conscientizar alunos e professores das escolas da rede pública em relação as riquezas pré históricas, históricas, geológicas, arquitetônicas, ecossistêmicas e paisagísticas, através de uma Ação Cultural para professores e confecção de Kits Artísticos Itinerantes.

Palavra Chave: Cultura - Pré-História - Geologia – História - Patrimônio.

INTRODUÇÃO

MOTIVOS QUE LEVARAM A DESENVOLVER O PROJETO

Através do curso de pós-graduação aluno especial¹ no curso de Arqueologia oferecido no (MAE-USP

Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo e como estagiário voluntário no serviço técnico de Musealização desenvolvendo monitorias para o público infantil e adolescentes demonstrando o acervo Formas da Humanidade tivemos contato direto com a metodologia pedagógica dessa instituição a qual realiza plano de treinamento para professores utilizando materiais didáticos como a Valise Pedagógica “Origens do Homem, Kit de Objetos Arqueológicos e Etnográficos, material didático para professores”. Com a gama de conhecimentos adquiridos no MAE notamos a necessidade de enfatizar os aspectos pré-históricos, históricos, geoló-

* Lei Estadual de Incentivo a Cultura do Estado de Minas Gerais. Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas. E-mail: dafmor78@hotmail.com. (Turismólogo)

** Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas MG. E-mail: hgressoni@uol.com.br (Arquiteto e Urbanista)

*** Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas MG. E-mail: soniamsanches@gmail.com (Pedagoga)

(1) Daniel F Moreira aluno especial no curso de pós graduação em Arqueologia MAE-USP.

gicos, arquitetônicos e paisagísticos na cidade de Poços de Caldas, visto que a cidade possui grandes riquezas nas respectivas áreas. Para isso criamos um Kit Pedagógico Itinerante contendo cinco gavetas “**Maquetes**” que irão ressaltar todos esses aspectos regionais de uma forma lúdica criada através de um trabalho artístico confeccionado por alunos do PMJ (Plano Municipal da Juventude de Poços de Caldas MG). Juntamente com o Kit criamos também um plano de Ação Cultural que será ministrado por um Turismólogo, Arquiteto, Pedagoga.

DESCRIÇÃO DO PROJETO - (Apresentação)

A proposta do projeto, dividiu-se em duas etapas: A primeira elaborou Três Kits Artísticos Culturais (Maquetes) itinerantes². O conteúdo inserido no Kit é o contexto³ do potencial do acervo do Museu Histórico e Geográfico.

Os Kits Artísticos Culturais percorrerão os estabelecimentos de ensino das zonas rurais e urbanas como instrumento didático que será criado através de um trabalho “**ARTÍSTICO**” que enriquecerá o currículo escolar do ensino médio e fundamental.

Planta do Kit Artístico Cultural Itinerante

Primeira Gaveta

**CIDADE ATUAL
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Segunda Gaveta

**MUSEU HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE POÇOS DE CALDAS**

Terceira Gaveta

**MACIÇO ALCALINO
DE POÇOS DE CALDAS MG**

Quarta gaveta

**FOTO SAINT HILAIRE
FONTE PEDRO BOTELHO**

Quinta Gaveta

**COMPLEXO
ARQUITETÔNICO**

(2) Os Kits pedagógicos representam maquetes que foram confeccionadas por alunos do PMJ- (Plano Municipal da Juventude de Poços de Caldas). As maquetes possuem cinco gavetas.

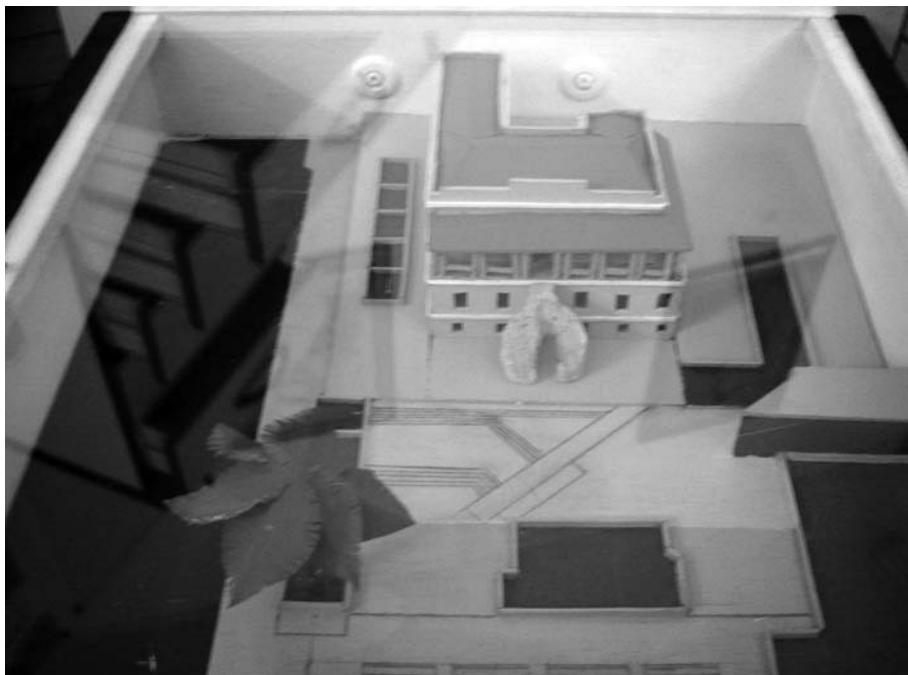
(3) O contexto refere-se às riquezas naturais e culturais (históricas e pré-históricas) de Poços de Caldas.

Registro Fotográfico Do Kit Pedagógico

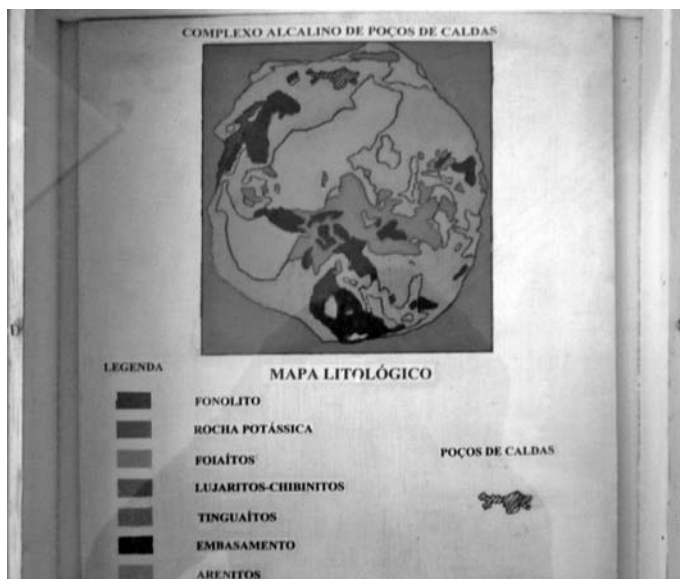


Conteúdo da Gaveta 01 - Representa a cidade de Poços de Caldas atualmente (o núcleo urbano e a Serra de São Domingos).





Conteúdo da Gaveta 02 - Representa o museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas MG.



Conteúdo da Gaveta 03 - Representa os diferentes tipos litológicos identificados no Maciço Alcalino de Poços de Caldas MG.



Conteúdo da Quinta gaveta - Representa a primeira Fonte de Agua Termal de Poços de Caldas " **Fonte Pedro Botelho** (a esquerda) . A direita representamos as descrições de Augusto Saint-Hilare (naturalista Frances) que relata a existência de águas sulfurosas detectadas em Poços de Caldas MG em 1819.



Crianças do Plano Municipal da Juventude (PMJ) confeccionando os Kits sob responsabilidade do coordenador voluntário Ivan Moura Antunes.



Crianças do Plano Municipal da Juventude (PMJ) confeccionando os Kits sob responsabilidade do coordenador voluntário Ivan Moura Antunes.

Para a segunda etapa, realizamos uma **Ação Cultural**⁴ destinada para professores da rede pública e possuiu o objetivo de divulgar as riquezas regionais, educando os cidadãos, sensibilizando-os para a necessidade de preservação do patrimônio histórico através do processo de releitura do ambiente natural.

(4) O Plano de Ação Cultural consistiu na confecção de apostilas e aulas expositivas destinadas aos professores de Poços de Caldas, funcionários do Museu e palestras nas empresas que colaboraram com o projeto através da Lei Estadual De Incentivo a Cultura do Estado de Minas Gerais (ICMS).

A empresa Incentivadora do projeto foi a Togni S.A. (Materiais Refratários), e a empresa colaboradora foi a CBA (Companhia Brasileira de Alumínio-Votorantim). Como suporte e desenvolvimento do projeto enfatizamos a colaboração da AMIV (Associação dos Amigos do Museu), Prefeitura Municipal de Poços de Caldas - MG, Secretaria de Educação de Poços de Caldas MG e Museu Histórico e Geográfico.

Nessa foi realizada a parceria com o Museu Histórico e Geográfico situado na cidade de Poços de Caldas Sul de Minas Gerais.

O projeto inseriu o processo de musealização, pesquisa, comunicação, preservação e arte.

Segue abaixo o plano de Ação Cultural destinado para professores da rede pública, nas zonas rurais e urbanas.

O Plano de Ação Cultural realizou a etapa de divulgação do projeto confeccionando cartazes distribuídos nas escolas, Paineis apresentados na IV semana de Museologia oferecido pela Universidade de São Paulo USP- Brasil 2005 e uma publicação no livro Estudos de Arqueologia Histórica/organização de Pedro Paulo Funari e Everson Fogolare, Erechim RS (2005) ISBN 85-905487-1-6.

O projeto realizou a divulgação no Jornal da Mantiqueira, Jornal da Cidade, Jornal Folha Popular, Jornal de Poços, Reportagem na TV Plan, Entrevista na Rádio Difusora. Essas, foram realizadas na data de 29-08-2007.

Visamos potencializar relações proveitosas entre o museu e o ensino formal.

No final de cada etapa proposta, foram enfatizadas aos grupos de professores participantes várias sugestões didáticas destinadas aos alunos dentro e fora da sala de aula.

Abordagens do Plano de Ação Cultural 01

- **Plano de Ação Cultural**
- Primeira Abordagem
- **Ministrante:** Daniel Fernandes Moreira.

Essa etapa teve como objetivo enfatizar aspectos ligados a evolução do vulcanismo e suas transformações magmáticas ao longo do tempo que originou a formação do maciço Alcalino de Poços de Caldas MG. Procuramos englobar nessa etapa os diferentes tipos litológicos existentes e suas relações com as atividades de intempéries enfatizando o surgimento das águas termais, a ocupação dos grupos pré-históricos e o contato com os colonizadores.

- **Abordagens:** “Pré-História e História”
- O Maciço Alcalino de Poços de Caldas
- A Geologia do Planalto de Poços de Caldas
- As fissuras, águas termais e mineração.
- Os índios pré-históricos e os vestígios arqueológicos
- O Francês August Saint-Hilare
- Sugestões didáticas

Abordagens do Plano de Ação Cultural 02

Plano de Ação Cultural *Segunda Abordagem*

Ministrante: Sônia Maria Sanches

Esse treinamento tem como objetivo específico contribuir com o educador (a) do

ensino fundamental no sentido de ampliar seu conhecimento da história de Poços de Caldas, obter noções da criação e modificações ocorridas nos espaços *museais*, elaborar metodologias que proporcionem aos alunos o entendimento da importância do museu de nossa cidade e incluí-lo, não como expectador, mas como parte integrante de nossa história.

- **Abordagens:** “Histórica”
- Breve Histórico de Poços de Caldas
- Histórico do surgimento dos museus no Brasil
- Trajetória do Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas
- A História da Villa Junqueira
- A Associação Amigos do Museu – AMIVI
- Sugestões didáticas.

Abordagens do Plano de Ação Cultural 03

- **Plano de Ação Cultural**
- Terceira Abordagem

Ministrante: Haroldo Paes Gessoni

Utilizar os bens culturais como recurso didático, analisar as vivências do passado, entender o momento presente e refletir sobre o futuro.

Durante algum tempo notamos o distanciamento existente entre os programas adotados nas escolas e a realidade dos alunos com relação às atividades extracurriculares. O aluno conhecia praticamente tudo sobre História Geral, mas desconhecia a história do seu próprio bairro e da sua cidade.

Atualmente nos deparamos com conteúdos mais flexíveis, programas diversificados, onde os alunos mantêm um contato constante com o Museu e outras instituições, contribuindo consideravelmente no processo educacional, oferecendo novas opções para o trabalho didático e possibi-

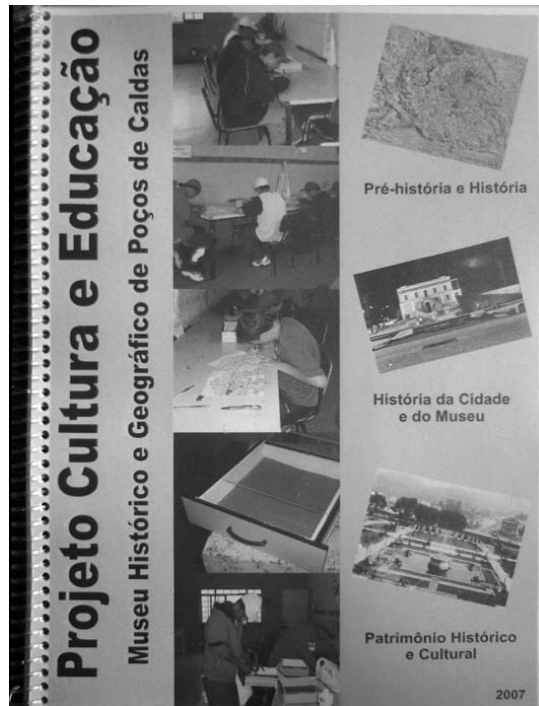
litando um maior aproveitamento, tanto para o Museu, quanto para a escola.

O fato de o Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas ser uma instituição que realmente representa a cidade, com acervos emergentes da própria comunidade, faz com que o público se identifique muito mais com a realidade local, pois nele está registrada a história de vida do nosso povo e da nossa cidade.

- **Abordagens:** "Arquitetônicas, Patrimoniais e Culturais"
- Conscientização e Preservação Patrimonial
- Terminologia Patrimonial
- A arquitetura do Complexo Cultural Central
- A arquitetura do complexo Cultural Central
- A Arquitetura dos Prédios tombados em Poços de Caldas, uma proposta para a conscientização e valorização do Patrimônio.
- Sugestões didáticas.

Para o desenvolvimento dessas abordagens criamos uma apostila destinada aos professores a qual está inserida em seu conteúdo, explicações detalhadas do conteúdo do Kit Pedagógico (maquetes). Dessa maneira o professor estará preparado para levar o Kit a escola e trabalhar de diversas maneiras aplicando uma metodologia diferenciada de acordo com seus objetivos traçados durante o ano letivo.

Como propostas finais foram desenvolvidas sugestões didáticas com o objetivo de fixar todo o conteúdo especificado no Kit e plano de ação cultural de uma forma lúdica beneficiando aluno e professor. Esse foi um esboço inicial e uma síntese traçada para o professor com o intuito que crie novas sugestões didáticas, realizando novo efeito multiplicador beneficiando a cultura e as novas gerações.



Modelo das Apostilas Confeccionadas

Esquema dos jogos inseridos nas sugestões didáticas:

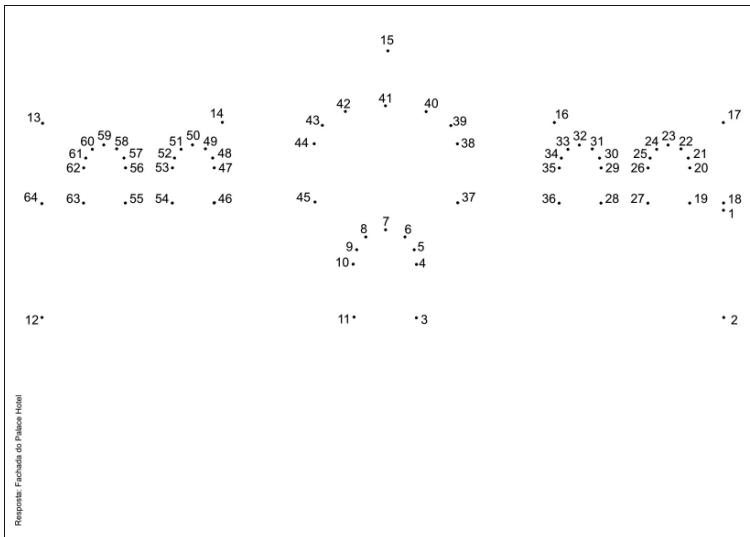
Sugestão didática 01

LIGUE OS PONTOS

Desenho esquemático da Fachada do Palace Hotel
Ligue os pontos e descubra a fachada de

um dos edifícios tombados pelo CONDEPHACT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Turístico de Poços de Caldas.

Sugerimos que os professores utilizem uma adaptação podendo abranger qualquer outro edifício.



Sugestão Didática 02

CAÇA-PALAVRAS

São diversas as formas de proteção do patrimônio cultural, encontre os nomes

que significam ações de preservação urbana:

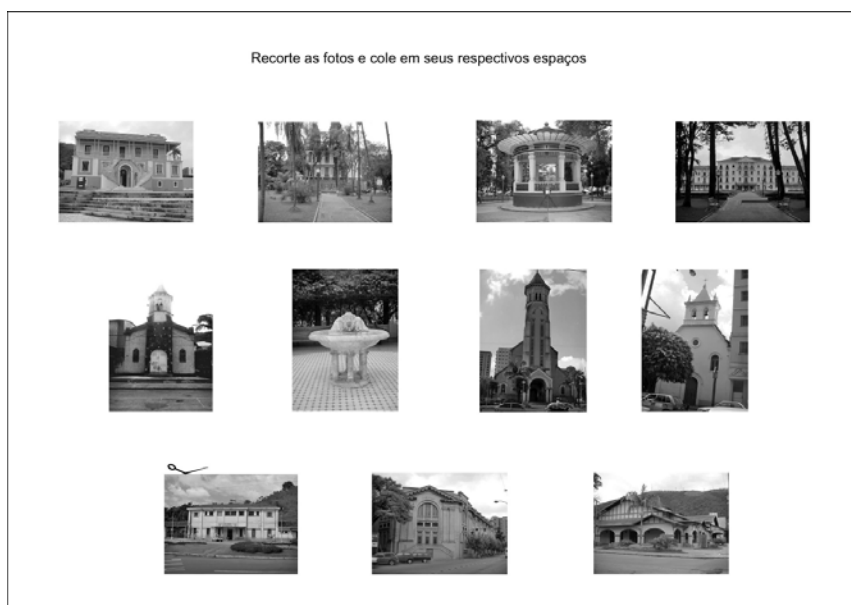
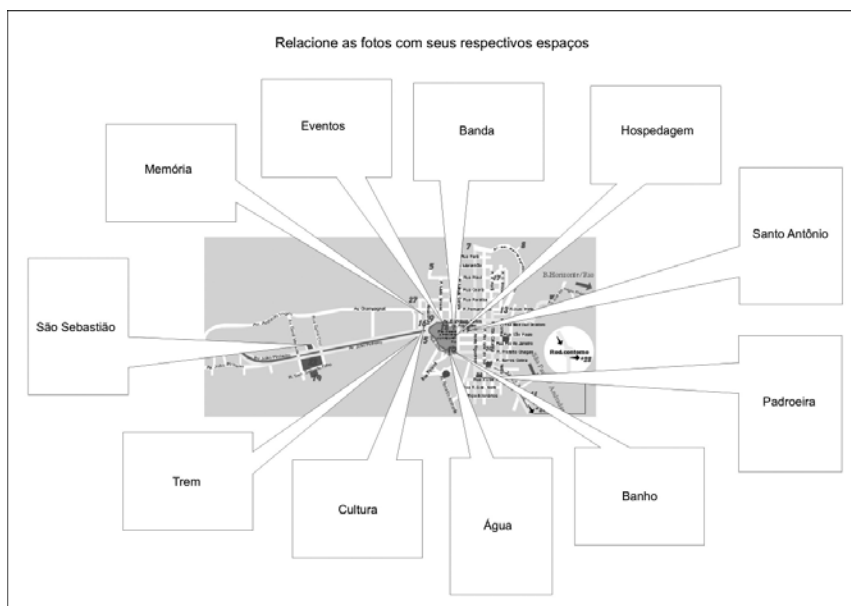
- INVENTARIAR*
- TOMBAMENTO*
- CONSERVAÇÃO*
- CONSOLIDAÇÃO*
- RESTAURAÇÃO*
- ALORIZAÇÃO*
- REUTILIZAÇÃO*

N	U	M	V	O	A	S	T	H	N	G	A	E	R	N	A	G	R	Z	X	C	V	T	N
Z	W	F	C	S	D	F	G	X	S	W	E	R	G	V	P	R	A	S	D	F	G	O	J
X	S	G	O	E	N	E	U	V	G	Q	T	O	S	A	O	E	S	A	Q	U	E	M	T
C	A	I	N	V	E	N	T	A	R	I	A	R	Q	W	I	U	S	T	O	X	I	B	A
Q	W	E	S	R	T	Y	U	L	I	R	K	L	Ç	E	U	T	E	P	K	O	Q	Å	S
V	D	G	E	E	U	E	I	O	F	E	N	G	H	D	Y	I	R	O	J	C	W	M	D
B	G	H	R	S	R	D	O	R	D	I	B	F	G	X	T	L	T	I	H	B	E	E	F
N	F	J	V	E	Z	S	E	I	S	C	O	N	S	O	L	I	D	A	Ç	A	O	N	G
M	H	K	A	W	X	A	R	Z	A	E	V	D	F	Z	R	Z	Y	Y	G	F	T	T	H
B	A	N	Ç	R	E	S	T	A	U	R	A	Ç	Å	O	E	A	U	T	F	E	Y	O	J
A	E	L	Å	I	C	D	C	Ç	N	A	C	S	S	E	W	Ç	I	A	D	Y	U	C	K
S	T	Ç	O	U	G	A	S	Å	M	R	X	A	X	R	Q	Å	O	R	S	T	I	X	L
D	Y	Q	W	E	R	T	Y	O	R	I	A	L	A	A	U	O	P	O	A	O	P	Z	Ç

Sugestão Didática 03

RECORTE E COLE

Recortar as fotos dos bens tombados pelo município e relacionar com os temas, colando nos respectivos espaços.












Sugestão Didática 04

JOGO DA MEMÓRIA

Consiste em cartas com fotos dos prefeitos da cidade de Poços de Caldas MG, que atualmente são nomes em espaços públicos. As cartas deverão ser colocadas lado a lado

com a frente voltada para baixo. O jogador desvira duas cartas. A cada par feito, o jogador retira as cartas. Ganha o jogo quem fizer maior número de pares.



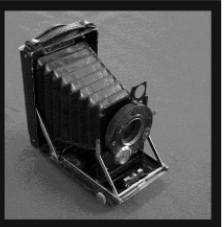


 David Benedicto Ottoni	 Francisco Escobar	 Ronaldo Junqueira	 Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas Country Club
 Carlos Pinheiro Chagas	 Joaquim Justino Ribeiro	 Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas Villa Junqueira	Recorte e cole uma foto de sua escolha.
 Martinho de Freitas Mourão	 Francisco de Paula Assis Figueiredo	Recorte e cole uma foto de sua escolha.	Recorte e cole uma foto de sua escolha.
Estádio Municipal Dr. Ronaldo Junqueira Ronaldão	Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas Country Club (de 1972 a 1994)	Avenida Dr. David Ottoni Jardim dos Estados	Escola Estadual Francisco Escobar Bairro José Carlos
Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas Villa Junqueira (Inaugurado em 14/12/96)	Identifique aqui sua foto.	Rua Prefeito Chagas Centro	Rua Justino Ribeiro Jardim dos Estados
Identifique aqui sua foto.	Identifique aqui sua foto.	Praça Martinho de Freitas Mourão (Praça do Museu) Centro	Rua Assis Figueiredo Principal rua comercial da cidade. Centro

Sugestão Didática 05

ANTEPASSADO DOS OBJETOS

O aluno (a) deverá observar atentamente as imagens de objetos antigos, depois recortar e colar no lugar indicado o mesmo

objeto moderno. Para essa atividade sugerimos os folhetos de propaganda distribuídos em lojas.

		
<p>Recorte e Cole o objeto moderno</p>	<p>Recorte e Cole o objeto moderno</p>	<p>Recorte e Cole o objeto moderno</p>
		<p>Fotografe ou desenhe um objeto antigo</p>
<p>Recorte e Cole o objeto moderno</p>	<p>Recorte e Cole o objeto moderno</p>	<p>Recorte e Cole o objeto moderno</p>

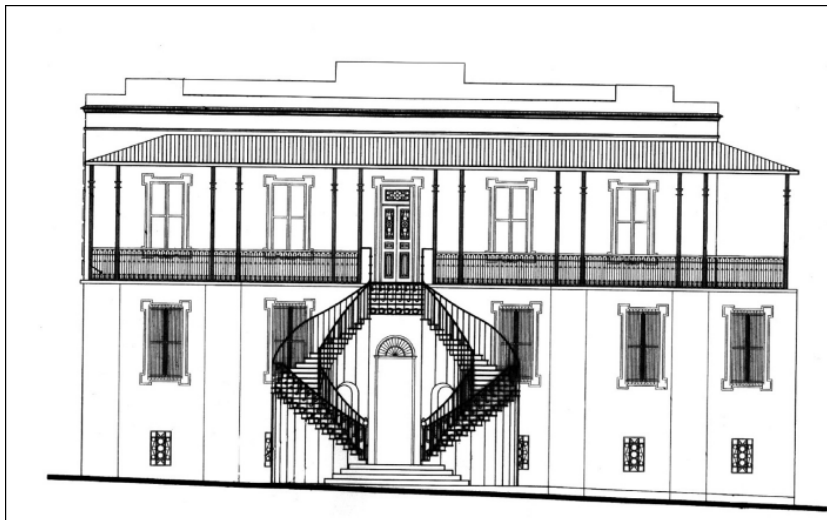
Sugestão Didática 06

COMPLETE A FACHADA DO MUSEU

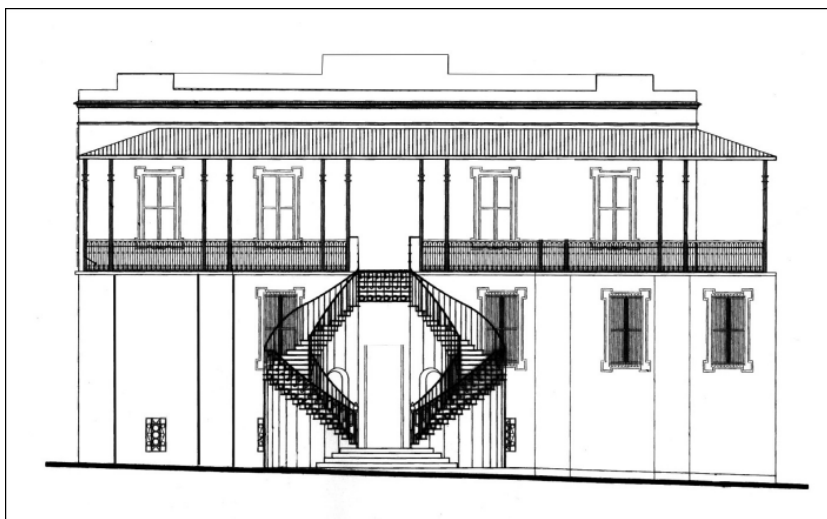
Exercício de observação para desenvolvimento da ação motora e identificação de figuras geométricas.

Os espaços faltantes são completados por desenhos que o aluno fará após observar a mesma figura completa.

OBSERVE A FACHADA DO MUSEU



COMPLETE O DESENHO DE ACORDO COM O ANTERIOR.



CONCLUSÃO

O projeto Cultura e Educação proporcionou intercâmbio Cultural entre múltiplas áreas resgatando o valor da cultura em suas mais variadas expressões.

AGRADECIMENTOS

Ao programa do curso de Pós-Graduação oferecido pelo Museu de Arqueologia e Etnologia e ao serviço Técnico de Musealização - divisão de difusão Cultural.

A Lei Estadual de Incentivo a Cultura do Governo do Estado de Minas Gerais.

A empresa incentivadora Togni S.A Materiais Refratários.

A empresa colaboradora CBA (Companhia Brasileira de Alumínio) - Votorantim.

A Prefeitura Municipal de Poços de Caldas MG.

A Secretaria de Educação de Poços de Caldas MG.

A AMIV – Associação Amigos do Museu.

Ao Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas.

Dr. Daniel Atencio - Universidade de São Paulo USP.

Dr. Oscar Seguel. Universidade Austral do Chile.

Dr^a. Márcia Angelina Alves. Universidade de São Paulo USP.

Dr. Astolfo G Araújo. Universidade de São Paulo USP.

Dr^a. Erika M.R. González. Universidade de São Paulo USP e Núcleo de Estudos Estratégicos UNICAMP.

Dr. Pedro Paulo Funari. Universidade de São Paulo USP e Núcleo de Estudos Estratégicos UNICAMP.

Dr. Tomas D. Dillehay. Universidade de Vanderbilt EUA.

MS-Gerson Levi Méndes. Universidade de Vanderbilt EUA.

MS- Carlos Rovaron. Universidade de São Paulo. USP.

MS- Raul Ortiz. Universidade de Campinas UNICAMP.

MS - Gilmar Pinheiro Henrique. Universidade de São Paulo USP.

Ednelson Pereira de Souza (CCPY) - Comissão Pró Yanomami, Universidade Federal de Roraima.

Aos geólogos de Poços de Caldas: Dr. Resk Frahya e Dr. Don Williams.

Ivan Moura Antunes. Poços de Caldas PMJ (Plano Municipal da Juventude)

Alunos do PMJ (Plano Municipal da Juventude).

Aos professores e alunos de Caldas MG.

Abstract: The Project "Culture and Education: a new proposed regional museum in the size of the Museum of History and Geography of Wells Caldas MG" (Certificate 1619/001/2004) was developed in 2007 supported by State Law for Encouragement of Culture no. 12733/97, Decree No. 13665/2000. 43615/2003. It is a project of artistic and cultural character that aims awareness of students and teachers from public schools for the pre historic heritage, historical, geological, architectural, landscape and ecosystem, through a Cultural Action for teachers and making Kits Artistic travelers.

Keywords: Culture – prehistory – geology – history – heritage.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ação Cultural 01

- ALVES, M. A.
1991 *7 Culturas Ceramistas de São Paulo e Minas Gerais*: Um estudo técnico-tipológico. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia n°1, p.71-96.
- ARAÚJO, A. G. M & NEVES. W & PILÓ L.
2003 *Eventos de seca durante o Holoceno no Brasil*: Possíveis explicações para o entendimento da variabilidade cultural no período paleoíndio (11.000-8.000 A.P.). CD - Anais do XII Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia, (Arqueologia das Américas), realizado em São Paulo.
- ATENCIO D. & COUTINHO J, & ULBRICH M. N. C.
1999 *Hainite from Poços de Caldas, Minas Gerais, Brazil*. The Canadian Mineralogist. Vol 37, pp. 91-98.
- BRUNO, MARIA CRISTINA OLIVEIRA, VASCONCELLOS, CAMILO DE MELLO
1989 A proposta educativa do Museu de Pré-História Paulo Duarte. *Revista de Pré-História*, São Paulo, n.7, p.161-182.
- DIAS JR.
1971 "Breves notas a respeito das pesquisas do PRONAPA no Sul de Minas Gerais". In: Programa Nacional de Pesquisas. Resultados preliminares do quarto ano. 1968-69. Publ. Avulsas Museu Emílio Goeldi, Belém, 15: 133-138,il.
- FUNARI, P. PAULO & FOGOLARI. E
2005 Estudos de Arqueologia Histórica; Erechim RS.
- FUJIMORI K.
1974 *Minerais Radioativos do Campo Agostinho, Poços de Caldas (MG)*. Tese Livre Doc. Inst. Geociências. Universidade de São Paulo.
- GUARNIERI, W R.C.
1990 Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e preservação. *Cadernos Museológicos*, Rio de Janeiro, n.3, p.7-12.
- GONZALEZ, E. M. R.
2000 Arqueologia em Perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo do nosso passado. W. Neves (org.) Dossiê Antes de Cabral EDUSP.
- GORSKY V. A. E GORSKY E.
1974 *Contribuição à Mineralogia e Petrografia do Planalto de Poços de Caldas*. Companhia Nacional Energia Nuclear. Rio de Janeiro: vol.13,93 p.
- INSTITUTO MOREIRA SALLES
1990 *Memórias de Poços de Caldas*. Poços de Caldas: Casa da Cultura. 23p.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos. Site: www.iphan.gov.br.
- MEGALE, NILZA BOTELHO
1990 *Memórias Históricas de Poços de Caldas*. Prefeitura Municipal de Poços de Caldas. 235p.
- MENDES-SILVA
2006 *Caçadores-coletores na Serra de Paranapiacaba durante a transição do holoceno médio para o tardio (5920-1000 anos AP)*. São Paulo - MAE-USP - Dissertação de Mestrado.
- CURT NIMUENDAJU
1987 *Mapa etnohistórico* - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em colaboração com a Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro: IBGE.
- MORAIS, J. L.
2000 *Tópicos de Arqueologia da Paisagem*. Revista do Museu de Arqueologia. São Paulo, 10:3-30.
- MORAIS, J. L.
1999 *A Arqueologia e o Fator Geo*. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 9: 3-22.
- MOURÃO, B. M.
1992 *Medicina Hidrológica – Moderna Terapêutica das Águas Minerais e Estâncias de Cura*. Ed. Prima.
- PONTES, HUGO
2004 *A Poesia das Águas: Retratos escritos de Poços de Caldas*. Poços de Caldas: Ed. Sulminas.
- PROUS, A.
1992 *Arqueologia Brasileira*, Universidade de Brasília.
- RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO DE POTENCIAL ARQUEOLÓGICO
2004 *Área do decreto DNPM 834.761/93*. Mineração Curimbaba Ltda. Município de Poços de Caldas – MG: (MC Consultoria, Ltda).
- SAINT-H, A.
1779-1853 *Viagem à Província de São Paulo*. Universidade de São Paulo. Série Coleção Reconquista de Brasil. 1976.
- MARRAS, STÉLIO
2004 *A propósito de águas virtuosas e ocorrências de uma estação balneária no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- SLAVEC, B. G & MANTOVANI. M & SHUKOWSKY. W.
2004 *Estudo Gavimétrico do Maciço Alcalino*

- de Poços de Caldas*. Revista Brasileira de Geociências, volume 34 (2): 275-280.
- SPIX, J. B. VON & MARTIUS, F. VON
1976 *Viagem pelo Brasil*. São Paulo: Ed. Melhoramentos.
- WILLIAMS, DON. PRADO, ALEX
2001 *Memorial da Companhia Geral de Minas - História da Mineração de Poços de Caldas*.
- ULBRICH H. H. E GOMES C. B.
1981 *Alkaline rocks from continental Brazil*. Earth Science Rev. 17, 135-154.
- ULBRICH H. H. ULBRICH M. N. C.
1992 *O Maciço Alcalino MG-SP - Características Petrográficas e Estruturais*. Roteiro de Excursão do 37º Congresso Brasileiro de Geologia, SBG/SP Vol. 5 - São Paulo-SP.

Ação Cultural 02

- CADERNO DE DIRETRIZES MUSEOLÓGICAS I
2002 Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus.
- MEGALE, NILZA BOTELHO
2002 *Memórias Históricas de Poços de Caldas*. Poços de Caldas: Gráfica e Editora Sulminas.
- PONTES, HUGO
1999 *110 Anos de Imprensa Poços-caldense*. Poços de Caldas: Gráfica e Editora Sulminas.
- 2006 Artigo sobre a criação da Associação Amigos do Museu.
- SANTOS, FAUSTO HENRIQUE DOS
2000 *Metodologia Aplicada em Museus*. São Paulo: Editora Mackenzie.
- SANTOS, MARIA C. T. M.
1987 *Museu, Escola e Comunidade – Uma integração necessária*. Ministério da Cultura. Sistema Nacional de Museus. Salvador.

Ação Cultural 03

- MOURÃO, MÁRIO
1951 *Poços de Caldas – Síntese Histórico-social*. 2ª edição. São Paulo, SP: Oficinas Gráficas de Saraiva S.A.
- 1933 *Poços de Caldas – Esboço Histórico, Águas Mineraes Sulfurosas*. Rio de Janeiro: Papelaria Velho.
- OTTONI, HOMERO BENEDICTO
1960 *Poços de Caldas*. São Paulo. SP: Editora Anhambí. Oficinas de Artes Gráficas Bisordi S.A.
- FRANCO, GABRIEL JUNQUEIRA; JUNQUEIRA, LUIZ ALBERTO FRANCO
1983 *Família Franco – Genealogia e História*. Poços de Caldas, MG: Gráfica D. Bosco.
- MOURÃO, BENEDICTUS MÁRIO
1998 *Quarteto Construtor de Poços de Caldas e epopéia de Pedro Sanches*. Poços de Caldas, MG: Gráfica Sulminas.
- PIMENTA, REYNALDO DE OLIVEIRA
1998 *O Povoamento do Planalto da Pedra Branca – Caldas e Região*. Obra póstuma: Reynaldo de Oliveira Pimenta. Complemento: Colcha de Retalhos/Marta Amato. São Paulo: s. ed.
- SEGUSO, MÁRIO
1999 *Os Admiráveis Italianos de Poços de Caldas – 1884-1915*. Poços de Caldas, MG: Gráfica D. Bosco.
- PRADO, ALEX
Memorial da Companhia Geral de Minas. História da Mineração no Planalto de Poços de Caldas. Poços de Caldas, MG: Santa Edwiges Artes Gráficas, Tietê, SP: 2001.
- MEGALE, NILZA BOTELHO
2002 *Memórias Históricas de Poços de Caldas*. 2ª edição revisada e ampliada. Poços de Caldas, MG: Gráfica Sulminas.

SOB FOGO CRUZADO: ARQUEOLOGIA COMUNITÁRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL

*Lúcio Menezes Ferreira**

“Não podíamos compreender porque estávamos longe demais,
e não lembrávamos porque estávamos viajando na noite das primeiras Eras,
de épocas que haviam desaparecido (...). O lugar parecia extraterreno.
Estávamos habituados a vê-lo sob a forma de um monstro agrilhado e domado,
mas ali – o que víamos ali era uma coisa monstruosa e livre”
(Joseph Conrad. *O Coração das Trevas*, 1902)

“O mar da História é agitado.
As ameaças e as guerras temos de atravessá-las.
Rompê-las ao meio, cortando-as,
Como uma quilha corta as ondas”
(Maiakovski. *E então, que quereis...?*, 1927)

Resumo: O objetivo deste artigo é o de discutir os métodos da Arqueologia Comunitária. Antes, porém, argumenta-se que a Arqueologia comunitária, como uma das vertentes da pesquisa arqueológica mundial, quase sempre se insere em meio aos conflitos sociais. Em primeiro lugar, porque ela não pode furtar-se de um legado duradouro: as relações históricas que a Arqueologia manteve com o nacionalismo e o colonialismo. Em segundo lugar, porque ela, para firmar-se como gênero de pesquisa, deve enfrentar as ambivalências das políticas de representação do patrimônio cultural.

Palavras-Chave: Arqueologia Comunitária, Patrimônio Cultural, Identidade Cultural.

Arqueologia comunitária significa envolver a população local nas pesquisas arqueológicas e nas políticas de representação do patrimônio cultural (Marshall 2002: 211). Ela tem sido extensivamente descrita como uma nova teorização sobre as relações entre o

passado e o presente, a pesquisa arqueológica e o público (Simpson e William 2008). Conceituaram-na, ainda, como um modo de impulsionar a “Arqueologia vista de baixo” (*“Archaeology from below”*) (Faulkner 2000). Concretizá-la, como tentarei demonstrar nesse artigo, é lidar com negociações de identidades culturais.

Requer, desse modo, instalar-se no centro dos conflitos sociais. Pois, ao falarmos

(*)(UFPel) luciomenezes@uol.com.br

em identidades culturais, nada é mais falso do que o adágio clássico do liberalismo: *quiescenda non movere* – não se deve tocar no que está quieto (Foucault 2004: 3). Se as instituições estão em repouso, se nada se abala ou subleva, se não há descontentamento ou revolta, deixemos tudo como está. Entretanto, no tocante à definição de identidades culturais, sobretudo quando elas se reportam à Arqueologia e ao patrimônio cultural, nada está quieto, mas em ebulição. Elas se movem em mar agitado. Não transcendem o mundo cotidiano, mas sim infundem noções de governamentalidade e inculcam normas para o governo de populações (Bhabha 1994). São, portanto, fontes perenes de combatividade.

Assim, argumento aqui que a Arqueologia comunitária, como uma das vertentes da pesquisa arqueológica mundial, está constantemente sob fogo cruzado. Primeiro, porque ela (e o mesmo aplica-se aos demais campos de trabalho em Arqueologia) não pode furtar-se de um legado duradouro: as relações históricas que a disciplina manteve com o nacionalismo e o colonialismo. Segundo, porque ela, para firmar-se como gênero de pesquisa, deve enfrentar as ambivalências das políticas de representação do patrimônio cultural. Contudo, seus métodos, que apresentarei no tópico final deste artigo, podem trazer uma série de benefícios, tanto para as comunidades quanto para a interpretação arqueológica.

Equação da Distância e Gramática da Pertença

A Arqueologia comunitária percorre a esteira do movimento crítico aos modelos normativos de cultura, que definem identidades culturais como estanques e ontologicamente fechadas. Insere-se na margem oposta das correntes políticas que constituíram historicamente a Arqueologia. Herdeira do nacionalismo e do imperialismo do século XIX (Díaz-Andreu 2007), a Arqueologia esteve a serviço do Estado (Kohl e Fawcett 1995, Fowler 1987). A Arqueologia institucionalizou-se

vocalizando identidades nacionais. Por meio da cultura material, forneceu matéria-prima palpável para a elaboração de símbolos nacionais e vinculações ancestrais (Atkinson et al 1996). Estabeleceu as regras de uma gramática da pertença, incutindo nas comunidades o sentimento de pertencimento a uma nação e a um território nacional.

A Arqueologia também foi prolífico instrumento do colonialismo. Sem dúvida, ao lado do nacionalismo e do imperialismo, o colonialismo esteve entre os mais importantes fatores estruturais da Arqueologia (Trigger 1984). As pesquisas arqueológicas foram entusiasticamente endossadas pelas potências coloniais da Europa por meio da organização de museus e explorações científicas (Lyons e Papadopoulos 2002: 2). Compassadas com os levantamentos topográficos e descrições geográficas, as pesquisas arqueológicas adentraram o “Coração das Trevas”; timbraram os territórios nativos com a noção de *terra nullius* (terras que não pertencem a ninguém), isto é, classificando-os como espaços plenamente selvagens, demograficamente vazios, esparsamente povoados por grupos “bárbaros” e “primitivos” (Wobst 2005). O que permitiu concebê-los como sujeitos de evicção de Direito, legitimando-se, assim, o colonialismo (Patterson 1997).

Como diria Johannes Fabian (1983), os contatos entre arqueólogos e antropólogos metropolitanos e comunidades do mundo colonial caracterizaram-se pela “negação da contemporaneidade”: os povos nativos, como Outro cultural, foram colocados num tempo diferente àquele do observador, que seria representante do progresso e da evolução; essa equação da distância redundou na classificação dos povos nativos como essencialmente “primitivos” e congelados no tempo. Durante o século XIX e mesmo até meados dos anos 1950, essa taxonomia fundou-se, ademais, nas escavações arqueológicas. Pois os depósitos arqueológicos “mostravam” que os ancestrais dos atuais “primitivos” usavam, basicamente, os mesmos tipos de ferramentas e organizavam-se em estruturas sociais fundamentalmente semelhantes.

Um dos baluartes dessa interpretação foi John Lubbock (1843-1913). Em seu clássico *The Prehistoric Times* (1865), Lubbock, ao lançar os conceitos de paleolítico e neolítico, não apenas classificou os períodos da Pré-História em entidades tecnológicas; estipulou também uma continuidade cultural entre grupos pré-históricos e os do presente, enfatizando que os indígenas da América, por exemplo, ainda fabricavam ferramentas paleolíticas ou neolíticas e que, portanto, estagnaram-se no tempo (cf., p. ex: Lubbock 1865: 446, 540, 542). Nesta visão, os povos nativos ainda viveriam em plena Era paleolítica ou neolítica. Segundo Tony Bennet (2004), os museus, com suas coleções arqueológicas e etnográficas arranjadas em série, exibiam para o público europeu exatamente esse tempo congelado; plasmavam a imagem de uma primitividade fossilizada, lidando a noção de “missão civilizadora” e o governo colonial. Daí os museus do século XIX, como já observaram Tim Barringer e Tom Flynn (1997), erigirem-se como expressões espaciais, culturais e sociais da expansão dos impérios.

A Arqueologia Clássica, por sua vez, foi fundamental para ampliar a equação da distância entre “primitivos” e “civilizados”. Ela cimentou os alicerces da noção de Ocidente como lugar politicamente hegemônico em relação às outras regiões do globo. Estipulando uma idéia de “longa duração”, a de que os europeus seriam herdeiros diretos (e diletos) de gregos e romanos, ou seja, de povos que no passado foram imperiais e alastraram seus dotes culturais apolíneos mundo afora, a Arqueologia Clássica articulou-se diretamente às ambições imperiais da Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos; açulou a segregação “racial” e a dominação colonial, naturalizando a “supremacia” e a “superioridade” do Ocidente (Bernal 1987, Hingley 2000).

Como diria Aimé Césaire em seu *Discurso sobre o Colonialismo* (1977 [1955]), se o mundo colonial foi onde essas idéias mais se experimentaram, a Europa também saboreou seu travo amargo. O fascismo e o nazismo vividos pela Europa seriam, para Césaire, o

efeito escorpião do colonialismo europeu. A Europa bebera do veneno das teorias do racismo científico que destilara ativamente no ultramar. A Arqueologia dos regimes totalitários mostra a justeza do raciocínio de Césaire. Seja nas pesquisas pioneiras de Bettina Arnold (1996), ou nos diversos estudos de caso reunidos numa obra recente (Legendre et al 2007), vemos como os financiamentos em Arqueologia Clássica e Arqueologia Pré-Histórica figuraram maciçamente nas políticas culturais da Alemanha e de partidos nazistas de outros países da Europa, como a Dinamarca. A Arqueologia tornou-se agente das idéias expansionistas, do anti-semitismo e da pródiga criação de símbolos nacionalistas.

É Possível Esquivar-se dos Conflitos?

Os séculos XIX e XX não se encerraram propriamente. É verdade que assistimos, pelo menos desde o final do século XX, a um deslocamento na economia dos poderes mundiais: o Estado-nação possivelmente não é mais o único foco de onde o poder emana e a dominação mundial provavelmente não se espalha mais como uma rede lançada por um específico centro imperial (Gilroy 2008, Hardt & Negri 2001). Contudo, há uma imensa literatura a discutir como as grandes estruturas coloniais, deslocadas após a Segunda Guerra Mundial, ainda exercem considerável influência cultural e política no presente (cf., p. ex: Hall 1996, MacLeod 2000, Moore-Gilbert 2000). Não surpreende, portanto, que diversas idéias da Arqueologia Nazista ainda vigorem no mundo contemporâneo, como os museus a céu aberto. Exposições sobre Arqueologia pré-histórica permanecem conformando identidades nacionais em países nórdicos (Levy 2006). Ruínas e artefatos da Grécia seguem fabulando a imaginação nacional local e conformando a identidade cultural da Europa (Hamilakis 2007).

Pode dizer-se, portanto, que o passado nacionalista e colonialista da Arqueologia não é fogo morto; é fogo cruzado que continua

se propagando pelo mundo contemporâneo (Gosden 1999). Representações coloniais ainda povoam, como afirma Martin Hall, as interpretações contemporâneas sobre a cultura material dos “países periféricos” (Hall 2000). É que a Arqueologia nunca está desvinculada de liames políticos (Champion 1991) e é sempre premiada pelos movimentos e conflitos sociais (Wood & Powell 1993).

Gostaria de dar alguns exemplos de como o trabalho arqueológico requer necessariamente posicionar-se em meio aos conflitos contemporâneos e, nos casos mais extremos, entre os disparos da guerra e da destruição programada e sistemática do patrimônio cultural. Com efeito, o patrimônio cultural, estudado e interpretado pelos arqueólogos, está sempre subsumido a políticas de representação. Dito de outro modo: como índice da formulação da auto-imagem de uma nação ou de um grupo étnico, o patrimônio cultural é periodicamente selecionado, re-selecionado, revisado, dispensado e, muitas vezes, intencionalmente destruído. Daí ele ser um poderoso símbolo dos conflitos sociais.

Assim, em 1992, nacionalistas hindus, estribando-se em resultados de escavações arqueológicas, demoliram mesquitas na Índia, sob a justificativa de que elas se erigiram sobre os vestígios de seus legendários heróis. Sérvios e croatas, durante a guerra da Iugoslávia, destruíram-se não apenas com armas de fogo, mas também simbolicamente, cada qual demolindo os monumentos de seus respectivos oponentes (Layton & Thomas 2001). A herança arqueológica da porção inglesa de Camarões, que incluiu edifícios históricos e sítios pré-históricos, é programaticamente abandonado e descurado pelo governo francófilo do país (Mbunwe-Samba 2001). Durante uma das mais cruentas fases da guerra civil na Libéria, em 2003, o Museu Nacional local foi dilapidado. Em 2008, iniciaram-se os trabalhos de restauração do Museu, pois, na concepção do atual governo liberiano, a instituição testemunhava parte da política cultural e da memória oficial que o Presidente Ellen Johnson-Sirleaf planejou pessoalmente (Rowlands 2008).

Certamente esses exemplos são radicais e extremados. Mas, de todo modo, o passado é sempre confrontado: o patrimônio cultural, mesmo em contextos de miséria ocasionados por guerra civil, integra as deliberações e anseios públicos, como é o caso, hoje, em Serra Leoa (Basu 2008). E mesmo que saíamos das paisagens despedaçadas pelas guerras civis, observaremos que as comunidades preocupam-se com os resultados das pesquisas arqueológicas e com as subsequentes representações do patrimônio cultural tecidas por elas. Os indígenas do território amazônico, no Brasil, exercem pressão crescente sobre arqueólogos e órgãos públicos, manifestando ansiedade quanto ao destino dos artefatos e aos usos do conhecimento arqueológico (Neves 2006: 74). Na Bolívia, os movimentos indígenas contra a exploração do gás natural pelas multinacionais inspiram-se em visões arqueológicas alternativas do passado, avessas às interpretações que os classificam como refratários à modernidade (Kojan & Angelo 2005). Numa palavra, vários grupos indígenas, cujas pletóricas Histórias foram cobertas por estereótipos e políticas coloniais, lutam pela auto-gestão de seus patrimônios culturais e pela repatriação arqueológica (Sillar 2005, Simpson 2001, Colley 2002, Funari 2001, Ferreira 2008).

Difícilmente, portanto, nos esquivaremos dos conflitos ao fazermos pesquisas arqueológicas. Se nada está quieto, é preciso efetivamente confrontar o passado e interferir criticamente, junto com as comunidades, nos processos de constituição de identidades culturais que a Arqueologia inevitavelmente promove. Para tanto, é necessário que defrontemos, inicialmente, as ambivalências das políticas de representação do patrimônio cultural.

As Ambivalências do Patrimônio Cultural

É possível afirmar que, depois de 2001, adquirimos uma mais acurada e aguda consciência do caráter seletivo que norteia as

políticas de representação do patrimônio. Dois eventos marcaram esse ano: a destruição de numerosos artefatos, incluindo-se duas gigantescas estátuas budistas, no Afeganistão, e o ataque ao *World Trade Center*, ambos perpetrados pelo regime Taliban. Segundo Lynn Meskell (2002), as estátuas budistas representavam, para o Taliban, um sítio de *memória negativa* – o ato iconoclasta visava a conjurar a lembrança monumental da diferença religiosa no Afeganistão, cujas marcas o Taliban desejava apagar das linhas oficiais da identidade nacional que acalentava. Ainda conforme Lynn Meskell, para boa parte da mídia, dos arqueólogos e profissionais do patrimônio no Ocidente, o ato iconoclasta representou, por sua vez, uma *herança negativa* – uma cicatriz permanente na memória, a lembrar os males do fundamentalismo e da intolerância, as perversidades da ortodoxia política e da violência simbólica.

A herança negativa foi invocada novamente a propósito do *World Trade Center*. Meses após o ataque, selecionou-se o lixo e os despojos oriundos das torres gêmeas para uma exposição pública na *Smithsonian Institution*, o Museu Nacional dos Estados Unidos, com sede em Washington. Criou-se, por meio dos destroços – pastas de executivo retorcidas, telas de computador e móveis queimados e em frangalhos –, uma memória oficial da tragédia, manipulando-se, ou tentando-se manipular, a dor dos parentes das vítimas e do público em geral (Shanks et al 2004).

A manipulação da herança negativa aciona um mecanismo político retrospectivo, uma marcha à ré que reativa as engrenagens das memórias do imperialismo oitocentista. Como diria Edward Said (1978), as Humanidades, no século XIX, pintaram o Oriente como cenário do “exótico”, da barbárie e do despotismo; elas cavaram uma trincheira, um fosso geopolítico onde se repartiram as “diferenças ontológicas” entre Ocidente e Oriente, entre “nós” e os “outros”. As reações à implosão das estátuas budistas, e principalmente a exposição na *Smithsonian Institution*,

evidencia como a representação das diferenças entre Ocidente e o Oriente pode ainda ser politicamente eficaz. Afinal, ela atuou em conjunto no clima de propaganda intensiva que ajudou a legitimar a guerra contra o Afeganistão e, posteriormente, contra o Iraque.

Sítios de memória e herança negativas. Pode-se falar também, complementando-se os conceitos de Lynn Meskell, em sítios de *herança positiva* – uma reedição das pesquisas arqueológicas colonialistas, acionando-se as estratégias de pilhagem de artefatos e a fabricação de uma identidade ocidental remetendo-a a sítios onde viveram “grandes civilizações”. A Guerra contra o Iraque exemplifica o conceito de herança positiva. Além da morte de civis e da destruição de edifícios, as coleções mesopotâmicas – de “grandes civilizações”, portanto – existentes no Iraque foram “resgatadas” como botim de guerra. O caso mais famoso foi a invasão do exército dos Estados Unidos ao Museu do Iraque, em 2003. Ainda recentemente, em maio de 2007, um militar do exército dos Estados Unidos, empunhando um documento da embaixada de seu país e comandando uma tropa, entrou à força no Museu do Iraque. O intuito era empossar-se da instituição e de suas valiosas coleções, emblemas da “História da civilização ocidental” (Al-Hussainy & Matthews 2008).

As ambivalências das políticas de representação do patrimônio cultural residem exatamente nos modos de produção de sítios de herança negativa ou positiva. Eles são construídos na bigorna onde se forjam os processos de seleção da cultura material e as subseqüentes representações arqueológicas do passado ou do presente. Pode-se simplesmente selecionar o lixo do *World Trade Center* para montar-se uma exposição; uma espécie de reciclagem de arte pós-moderna, que com despojos e fragmentos descartáveis compõe mosaicos imperialistas e arranjos de alteridade, modelando a memória para reforçar divisões geopolíticas e ilustrar o huttingtoniano “choque de civilizações”. Não é novidade que o arqueólogo tra-

dicionalmente trabalha com o lixo, com os restos deixados por outras sociedades e que se depositaram nos arquivos da terra. Se o lixo tem e pode ter valor simbólico, também os artefatos e monumentos, por meio dos quais se interpreta e representa o passado ou o presente, apontam significativamente para as escolhas seletivas que constituirão o patrimônio cultural.

Isso fica claro, por exemplo, nas discussões dos arqueólogos especializados em restauro de artefatos. Em seu trabalho rotineiro, o arqueólogo restaurador altera fisicamente os artefatos em nome da preservação. Foca-se, em geral, nos métodos físico-químicos para a preservação dos artefatos (Cf., p. ex: Applebaum 1987, Caldararo 1987), e não nas culturas que no-los criaram e continuam, algumas vezes, a usá-los. Esse índice seletivo da conservação arqueológica é devotado a garantir a longevidade e essência dos artefatos (cf., p. ex: Silverm & Parezo 1992). Contudo, a escolha sobre o que e como conservar, como diz Glenn Wharton (2005), afeta irremediavelmente nossa percepção sobre a cultura material exibida nos museus. Por meio de suas intervenções, o arqueólogo restaurador imprime os valores e padrões ocidentais na cultura material dos povos indígenas (Johnson 1993, 1994). Instaura, portanto, suas próprias premissas culturais nos artefatos, perpetuando-as. Como afirma Miriam Clavir (1996), o resultado destes critérios unilaterais e seletivos da conservação arqueológica é que os povos indígenas e, de um modo mais abrangente, as comunidades locais, são majoritariamente alijadas dos processos de interpretação e das políticas de representação do patrimônio cultural (Clavir 1996).

Poder-se-ia com razão argumentar que não há como restaurar um artefato sem adulterá-lo. Ou ainda, como o faz Cornelius Holtorf (2006), que destruição não é antítese de preservação e da idéia mesma de patrimônio cultural, tanto mais na "Era do terrorismo". Mas tal argumento essencializa as ambivalências das políticas de representação do patrimônio cultural, como se perda

e destruição lhes fossem naturais e inerentes, e não produtos das escolhas de *como preservar e para quem preservar*. Destruição e perda não são imanentes ao patrimônio cultural. Resultam das seleções deliberadas das políticas de representação. É preciso lembrar, como o fez recentemente Jody Joy (2004), que artefatos e monumentos só se tornam significativos quando são culturalmente constituídos como tais. As relações sociais não se dão simplesmente entre pessoas e grupos; elas sempre envolvem artefatos. Assim, as relações sociais entranham-se na materialidade. A cultura material, portanto, não é apenas um adendo epidérmico da sociedade, mas pulsa no coração da vida social (Thomas 2005). Assim é que a preservação do patrimônio cultural, ao contrário do que comumente se pensa, não é apenas para o futuro, mas, sobretudo, para o presente, para o *aqui e agora*, pois ele ocupa lugar central nos processos de socialização e conflitos sociais.

Se isto é claro no que se refere aos critérios de restauração arqueológica, torna-se ainda mais transparente em alguns enunciados da Arqueologia de contrato e das metodologias arqueológicas de campo. Como notaram Ian Hodder e Asa Berggren (2003) a respeito da Arqueologia de contrato que se faz em boa parte do mundo, esta, além de não atentar para o lugar social dos arqueólogos, seccionam em fases distintas os processos de escavação e interpretação dos sítios arqueológicos. Mas este não é o único problema. Em seu furor para "resgatar" e preservar artefatos para o futuro, a Arqueologia de contrato, animada por espírito salvacionista, tem se inclinado para a destruição planejada de sítios. Em alguns dos setores mundiais da Arqueologia de contrato, é perfeitamente aceitável que arqueólogos destruam propositalmente sítios, desde que façam registros detalhados dos contextos de deposição dos artefatos e que os organizem em reservas técnicas para pesquisas futuras (Lucas 2001).

Minha intenção não é detratar a Arqueologia de contrato, que, diante da crescente

expansão dos projetos de desenvolvimento econômico, tem prestado inestimáveis contribuições para o conhecimento histórico e arqueológico. Não estou cindindo em campos opostos Arqueologia de contrato e Arqueologia acadêmica, como se a primeira sempre fosse parceira de empresários inescrupulosos e do Estado, e a segunda sempre verdadeiramente científica e crítica. Contudo, a Arqueologia de contrato, quando direcionada retilínea e unicamente para o futuro, pode incorrer num equívoco: os arqueólogos do futuro não orientarão necessariamente suas pesquisas pelos mesmos problemas e objetos dos arqueólogos do presente. E, como não existe Arqueologia apolítica, montar arquivos para o futuro não elidirá as diversas percepções que comunidades locais e povos indígenas possuem sobre os sítios que estão sendo destruídos e sobre os artefatos que estão sendo depositados em reservas técnicas.

Não se pode desconsiderar, portanto, a série de reflexões contemporâneas sobre a ética das pesquisas de campo em Arqueologia, recentemente sumarizadas por Richard Bradley (2003). Como diz Henrieta Fourmile (1989), as comunidades conferem uma variedade de significados aos sítios arqueológicos: repositório de memórias ou mesmo fonte de recursos alimentícios. Sobre este ponto, Linda Tuhiwa Smith (1999), partindo do ponto de vista nativo, sublinha que pesquisas arqueológicas envolvem não apenas impactos físicos sobre a paisagem. Elas podem ser invasivas ao quebrarem os protocolos das comunidades sobre os lugares tidos como sagrados, poderosos ou perigosos. Uma mera caminhada para registrar sítios arqueológicos pode transgredir estas regras comunitárias. Há que observar, assim, que as técnicas empregadas em campo, assim como aquelas que são utilizadas para restaurar artefatos, estão indissociavelmente atadas à posição social e epistemológica do arqueólogo.

Negá-lo implica em não reconhecer as ambivalências das políticas de representação do patrimônio cultural, as escolham que permeiam a seleção da cultura material e

que, portanto, embasarão a constituição de identidades culturais e formarão as camadas sedimentares onde se assentarão os sítios de memória negativa ou positiva. Reconhecê-lo é primar pela função primordial da Arqueologia comunitária: perspectivar os modos por que concebemos as identidades culturais e o próprio trabalho arqueológico.

Métodos e Benefícios da Arqueologia Comunitária

A Arqueologia comunitária oferece-nos metodologias propícias para reconsiderarmos o trabalho com o público e enfrentarmos as escolhas quase sempre unilaterais das políticas de representação do patrimônio cultural. Obviamente, as metodologias da Arqueologia comunitária não são unívocas; variam conforme as especificidades culturais das comunidades e os problemas de pesquisa atinentes às áreas de estudo. Para exemplificá-las, servir-me-ei das pesquisas conduzidas pela equipe de Stephanie Moser em Quseir, no Egito (Moser et al: 2002), e pela síntese de Gemma Tully (2007). Ambos os trabalhos fixam algumas balizas gerais para o trabalho arqueológico comunitário.

Em primeiro lugar, enfatiza-se a necessidade de tornar as comunidades em agentes e colaboradoras ativas da pesquisa arqueológica. Os trabalhos em campo e laboratório, bem como as políticas de gestão do patrimônio cultural, devem ser discutidos e decididos conjuntamente pela equipe de arqueólogos e a comunidade, num diálogo e colaborações contínuos. O que conduz ao emprego e treinamento da comunidade para trabalhar em todas as fases do projeto de pesquisa, desde a prospecção de sítios às escavações. Em seguida, como parte fundamental dos trabalhos em Arqueologia comunitária, devem ser feitas entrevistas periódicas e pesquisas em História oral com a comunidade. Estas permitirão o entendimento dos sentimentos e interpretações das comunidades diante das pesquisas arqueológicas.

Sugerem, ainda, como elas experimentam e negociam suas identidades culturais em relação ao patrimônio cultural revelado pelas escavações das quais são partícipes. Outra metodologia importante é a formação de um arquivo visual, em fotos e vídeos. A organização de um arquivo visual das escavações e demais etapas da pesquisa arqueológica possibilita que a comunidade tenha registros dos eventos, de suas experiências e deliberações patrimoniais. A Arqueologia comunitária, nesse passo, assegura à comunidade função central na criação e imaginação das formas de extroversão e apresentação pública da cultura material revelada pela pesquisa. Inclusive no quesito de como conservar os materiais e para quem efetivamente conservá-los, as comunidades deliberam com os arqueólogos, decidindo-se conjuntamente se servirão para usufruto imediato do presente ou das gerações futuras.

Como se pode notar, a Arqueologia comunitária está longe da promulgação de identidades homogêneas, nacionalistas ou colonialistas. Aversa aos modelos normativos de cultura, ela parte da premissa de que o patrimônio cultural não tem valor intrínseco. Seu valor é definido por políticas de representação, cuja narrativa material, como afirma Lindsay Weiss (2007), pode fragmentar ou sotopor memórias sociais e identidades culturais dos grupos subalternos. A Arqueologia comunitária, ao protagonizar as comunidades no palco de atuação das pesquisas, permite-lhes decidir as formas de exibição e apresentação pública do patrimônio cultural. Oferece-lhes oportunidade para experimentar e discutir a especificidade histórica e antropológica de suas identidades culturais e as relações que elas entabulam com patrimônio local. Afinal, o patrimônio cultural, nas palavras de Ferdinand Jong e Michael Rowlands, está intimamente associado às políticas de reconhecimento ("*politics of recognition*"). O patrimônio cultural é sempre depositário dos signos que possibilitam o auto-reconhecimento de uma comunidade, pois oferece os meios materiais para as articulações culturais entre o passado e o presente. E é através deste re-

conhecimento, no qual emergirão as lembranças de memórias perdidas, de sofrimento e injustiças, que os instrumentos para a reconciliação ou o embate com os poderes estabelecidos surgirão (Jong e Rowlands 2008: 132).

O trabalho arqueológico ao lado das comunidades é primordial, como recentemente afirmou Paul Shackel, para a reafirmação de identidades locais, especialmente diante do atual contexto de transformações ocasionadas pela economia global (Shackel 2004: 10). De certo que as comunidades não são e nunca foram passivas. Nunca estiveram quietas. Elas sempre se inspiraram no passado para fundar significados culturais no presente; rotineiramente incorporaram objetos e lugares associados às suas memórias sociais e às narrativas que no-las criam e sustentam (Bradley & William 1998). E, para falar como Marshall Sahlins (1997), nos dias que correm, em que as forças centrífugas da "globalização" ameaçam tragar as alteridades num caldeirão cultural homogêneo, as culturas locais, não obstante as diversas experiências da diáspora, continuam firmando-se em suas memórias sociais.

Nem por isso os arqueólogos devem assistir de camarote, de seus centros acadêmicos ou postos avançados de escavação, o espetáculo grandioso da resistência das comunidades. Como diria Frantz Fanon (1961, 35), "todo espectador é covarde ou traidor". Se as identidades culturais, no mundo, ainda trazem as marcas e sinais do nacionalismo e do colonialismo, o trabalho arqueológico implica responsabilidade social e engajamento político. No mundo da economia global, como pondera Ian Hodder (2002), as questões e problemas arqueológicos não devem impor-se verticalmente; os arqueólogos têm obrigação ética de partilhá-las e negociá-las com os interesses dos diversos grupos de uma comunidade. Nesta linha, as pesquisas em Arqueologia comunitária trarão, inclusive, benefícios acadêmicos. Experiências arqueológicas em museus australianos evidenciam que, ao trabalhar ao lado dos povos indígenas, conseguiu-se acomodar múltiplos paradigmas e exibir para o público os pro-

cessos de interação, diálogo e tradução cultural (Robins 1996). Arqueólogos, tanto nos Estados quanto na Austrália, ao incorporarem os povos nativos e seus conhecimentos tradicionais nos trabalhos em museus, aprenderam uma pluralidade de significados, antes insuspeitados, que as comunidades atribuem aos artefatos (Gibson 2004) e sítios arqueológicos (Greer et all 2002).

Por todos esses motivos, talvez seja importante permanecer sob fogo cruzado e inserir-se no movimento permanente das comunidades.

Agradecimentos

Este artigo é uma versão bastante modificada de uma conferência que proferi, em 5 de novembro de 2008, na mesa-redonda *Gestão Patrimonial e Desenvolvimento Portuário*, um dos eventos do *Ciclo Internacional de Conferências: "2000 Anos de Abertura dos Portos", Patrimônio Cultural e Arqueologia em Zonas Portuárias*, realizado na Universidade Federal de Rio Grande (RS).

Agradeço a Rodrigo Torres, organizador do evento, pelo convite para integrar a mesa-redonda. Agradeço também aos demais componentes da mesa-redonda pelas discussões ensejadas, que muito contribuíram para a reformulação do texto original: Dr. Norton Gianuca (Departamento de Oceanologia – FURG; Secretário do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio Grande), Dr^a Maria FARRIA Gluchy (Universidad de la Republica, Uruguai), Tobias Vilhena (arqueólogo da 12^a SR IPHAN, Rio Grande do Sul), e ao coordenador da mesa-redonda, Dr. Artur Henrique Franco Barcelos (Departamento de Arqueologia – FURG). Sou o único responsável pelo conteúdo do artigo. Pedro Paulo Funari e Francisco Noelli, contudo, leram-no previamente, ajudando-me a melhorá-lo. Dedico-o a um amigo velho e velho amigo, José Alberione dos Reis, e aos meus mais novos amigos, Artur Henrique Franco Barcelos e Adriana Fraga da Silva.

Abstract: The aim of this paper is to discuss the methods of the Community Archaeology. It argues before that the Community Archeology, as one element of the world archaeological research, falls almost always in the heart of social conflicts. Firstly, because it cannot escape of the a lasting legacy: the historical relations that related Archeology to nationalism and colonialism. Secondly, because to establish itself as sort of research it should confront the ambivalencies of the policies of representation of the cultural property.

Key-Words: Community Archaeology, Cultural Property, Cultural Identity.

BIBLIOGRAFIA

- APPLEBAUM, B.
1987 Criteria for Treatment: Reversibility. *Journal of the American Institute for Conservation*, 26 (2): 65-73.
- ATKINSON, J. A.; BANKS, I.; O'SULLIVAN, J. (Eds.).
1996 *Nationalism and Archaeology*. Glasgow: Cruithne Press.
- BARRINGER, T; FLYN, T.
1997 *Colonialism and Object: Empire, Material Culture and the Museum*. London: Routledge.
- BASU, P.
2008 Confronting the Past? Negotiating a Heritage of Conflict in Sierra Leone. *Journal of Material Culture*, (13): 2, 233-247.

- BENNETT, T.
2004 *Pasts Beyond Memory: Evolution, Museums, Colonialism*. London: Routledge.
- BERNAL, M.
1987 *Black Athena: The Afroasiatics Roots of Classical Civilization*. London: Free Association Press.
- BHABHA, H. K.
1994 *The Location of Culture*. London: Routledge.
- BRADLEY, R.
2003 Seeing Things: Perception, Experience and the Constraints of Excavation. *Journal of Social Archaeology*, (3): 2, 151-168.
- BRADLEY, R & WILLIAM, H.
1998 The Past in the Past: The Reuse os Acient Monuments. *World Archaeology*, (30): 1, 2-13.
- CALDARARO, N. L.
1987 An outline history of Conservation in Archaeology and Anthropology as Presented through its publications. *Journal of the American Institute for Conservation*, (26): 85-104.
- CÉSAIRE, A.
1977[1955] *Discurso sobre o Colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- CHAMPION, T.
1991 Theoretical Archaeology in Britain. In: HODDER, I (ed.). *Archaeology Theory in Europe*. London: Routledge, pp. 129-160.
- CLAVIR, M.
1996 Reflections on Changes in Museums and the Conservation of Collections from Indigenous Peoples. *Journal of the American Institute for Conservation*, (35): 2, 99-107.
- COLLEY, S.
2002 *Uncovering Australia: Archaeology, Indigenous People and the Public*. Sidney: Allen and Unwin.
- DÍAZ-ANDREU, M.
2007 *A World History of Nineteenth Archaeology: Nationalism, Colonialism, and the Past*. Oxford: Oxford U. P.
- FABIAN, J.
1983 *Time and Other: how anthropology makes its objects*. New York: Columbia Press.
- FANON, F.
1961 *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FAULKNER, N.
2000 Archaeology from Below. *Public Archaeology*, (1): 1, 21-33.
- FERREIRA, L. M.
2008 Patrimônio, Pós-Colonialismo e Repatriação Arqueológica. *Ponta de Lança: História, Memória e Cultura*, (1): 37-62.
- FOURMILE, H.
1989 Who owns the past? Aborigines as captives of the archives. *Aboriginal History*, (13): 1, 1-8.
- FOUCAULT, M.
2004 *Naissance de la Biopolitique*. Paris: Gallimard/Seuil (Hautes Études).
- FOWLER, D. D.
1987 Useus of the Past: Archaeology in the Service of the State. *American Antiquity*, (52): 2, 229-248.
- FUNARI, P. P. A.
2001 Public Archaeology from a Latin American Perspective. *Public Archaeology*, (1): 4, 239-243.
- GIBSON, J.
2004 Traditional Knowledge and the International Context for Protection. *Script*, (1): 1, 1-35.
- GILROY, P.
2008 *O Atlântico Negro*. São Paulo: Editora 34.
- GOSDEN, C.
1999 *Anthropology and Archaeology: A Changing Relationship*. London: Routledge.
- GREER, S. et all.
2002 Community-Based Archaeology in Australia. *World Archaeology*, (34): 2, 265-287.
- HALL, M.
2000 *Archaeology and Modern World: Colonial Transcripts in South Africa and the Chesapeake*. London: Routledge.
- HALL, S.
1996 When Was the Post-Colonial? Thinking at the Limit. In: CHAMBERS, I; CURTI, L. (eds.). *The Post-Colonial Question: Common Skies, Divided Horizons*. London: Routledge, pp. 237-257.
- HAMILAKIS, Y.
2007 *The Nation and its Ruins: Antiquity, Archaeology, and National Imagination in Greece*. Oxford: Oxford U. P.
- HARDT, M; NEGRI, A.
2001 *Império*. Rio de Janeiro: Record.
- HINGLEY, R.
2000 *Roman officers and English gentlemen: the imperial origins of Roman Archaeology*. London: Routledge.
- HODDER, I & BERGGREN A.
2003 Social Practice, Method, and Some Problems of Field Archaeology. *American Antiquity*, (68): 3, 421-434.
- HODDER, I.
2002 Ethics and Archaeology: The Attempt at Eatalhoyuk. *Near Eastern Archaeology*, (65): 3, 174-181.
- HOLTORF, C.
2006 Can less be more? Heritage in the Age of Terrorism. *Public Archaeology*, (5): 101-109.

- JOHNSON, J. S.
1993 Conservation and Archaeology in Great Britain and the United States: A Comparison. *Journal of the American Institute for Conservation*, (32): 3, 249-269.
- JOHNSON, J. S.
1994 Consolidation of Archaeological Bone: A Conservation Perspective. *Journal of Field Archaeology*, (21): 2, 221-233.
- JONG, F & ROWLANDS, M.
2008 Introduction: Postconflict Heritage. *Journal of Material Culture*, (13): 2, 131-34.
- JOY, J.
2004 Biography of a Medal: People and the Things they Value. In: SCHOFIELD, J; JOHNSON, W. G; BECK, C. M. *Material Culture: The Archaeology of Twentieth Century Conflict*. London: Routledge, 132-142.
- KOJAN, D; ANGELO, D.
2005 Dominant Narratives, Social Violence and the Practice of Bolivian Archaeology. *Journal of Social Archaeology*, (5): 3, 383-408.
- KOHL, P & FAWCETT, C.
1995 Archaeology in the Service of the State: Theoretical Considerations. In: KOHL, P; FAWCETT, C (eds.). *Nationalism, Politics, and the Practice of Archaeology*. Cambridge: Cambridge U. P., pp. 3-20.
- LAYTON, R. & THOMAS, J.
2001 Introduction: the destruction and conservation of cultural property. In: LAYTON, R & STONE, P & THOMAS, J (eds.). *Destruction and Conservation of Cultural Property*. London: Routledge, pp. 1-21.
- LEGENDRE, J; OLIVIER, L; SCHNITZLER, B.
2007 *L'Archéologie Nazi en Europe de l'Ouest*. Paris: Infolio.
- LEVY, J. E.
2006 Prehistory, Identity, and Archaeological Representation in Nordic Museums. *American Anthropologist*, (108): 1, 135-147.
- LUBBOCK, J.
1865 *The Prehistoric Times*. Edinburgh: Willians and Norgate.
- LUCAS, G.
2001 Destruction and the Rethoric of Excavation. *Norwegian Archaeological Review*, (34): 35-46.
- LYONS, CLAIRE L.; PAPADOPOULOS, JOHN K. (Eds.).
2002 *The Archaeology of Colonialism*. Los Angeles: Getty Research Institute.
- MACLEOD, J.
2000 *Beginnings Postcolonialism*. Manchester: Manchester U. P.
- MARSHALL, Y.
2002 What is Community Archaeology? *World Archaeology*, (32): 2, 211-219.
- MBUNWE-SAMBA, P.
2001 Should Developing Countries Restore and Conserve? In: LAYTON, R & STONE, P & THOMAS, J (eds.). *Destruction and Conservation of Cultural Property*. London: Routledge, pp. 30-41.
- MESKELL, L.
2002 Negative Heritage and Past Mastering in Archaeology. *Anthropological Quarterly*, (75): 3, 557-574.
- MOORE-GILBERT, B.
2000 *Postcolonial Theory: Contexts, Practices, Politics*. London: Verso.
- MOSER, S ET ALL.
2002 Transforming Archaeology through Practice: Strategies for Collaborative Archaeology and the Community Archaeology Project at Quseir, Egypt. *World Archaeology*, (34): 2, 220-248.
- NEVES, E. G.
2006 *Arqueologia da Amazônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- PATTERSON, T.
1997 *Inventing Western Civilization*. New York: Monthly Review Press.
- ROBINS, R.
1996 *Paradox and Paradigms: the changing role in Aboriginal cultural heritage management*. *Ngulaig*, (16): 2-32.
- ROWLANDS, M.
2008 Civilization, Violence and Heritage Healing in Liberia. *Journal of Material Culture*, (13): 2, 135-152.
- SAHLINS, M.
1997 O "Pessimismo Sentimental" e a Experiência Etnográfica: Por que a Cultura não é um Objeto em Via de Extinção (Parte I). *Mana*, (3): 1, 41-73.
- SAID, E.
1978 *Orientalism*. New York: Penguin Books.
- SHACKEL, P. A.
2004 Working with Communities: heritage development and applied Archaeology. In: SHACKEL, P. A & CHAMBERS, E. J (eds.). *Places in Mind: Public Archaeology as Applied Anthropology*. London: Routledge, pp. 1-16.
- SHANKS, M. & PLATT, D. & RATHJE, W.
2004. The Perfume of Garbage: Modernity and the Archaeological. *Modernism/Modernity*, (1): 61-83.
- SILVERM, S; PAREZO, N. J (EDS.).
1992 *Preserving the Anthropological Record*. New York: Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research.

- SIMPSON, F & WILLIAMS, H.
2008 Evaluating Community Archaeology in the UK. *Public Archaeology*, (7): 2, 69-90.
- SIMPSON, M. G.
2001 *Making Representations: Museums in the Post-Colonial Era*. London: Routledge.
- THOMAS, JULIAN.
2005 Materiality and the Social. In: FUNARI, P. P. A; ZARANKIN, A; STOVEL, E (eds.). *Global Archaeology Theory: Contextual Voices and Contemporary Thoughts*. New York: Kluwer Academic, pp. 11-18.
- TRIGGER, B. G.
1984 Alternative Archaeologies: Nationalist, Colonialist, Imperialist. *Man*, (19): 355-370.
- TUHIWAI SMITH, L.
1999 *Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous People*. Dunedin: University of Otago Press.
- TULLY, G.
2007 Community Archaeology: General Methods and Standards of Practice. *Public Archaeology*, (6): 155-187.
- WEISS, L.
2007 Heritage-Making and Political Identity. *Journal of Social Archaeology*, (7): 3, 413-431.
- WHARTON, G.
2005 Indigenous Claims and Heritage Conservation: an opportunity for critical dialogue. *Public Archaeology*, (4): 199-204.
- WOBST, H. M.
2005 Power to the (indigenous) past and present! Or: The theory and method behind archaeological theory and method. In: SMITH, C; WOBST, H. M. (eds.). *Indigenous Archaeologies: Decolonizing Theory and Practice*. London: Routledge, pp. 17-32.
- WOOD, J. J & POWELL, S.
1993 An Ethos for Archaeological Practice. *Human Organization*, (52): 405-423.